

temáticas

ano 14
número 27 / 28
2006

revista dos pós-graduandos em ciências sociais

ifch - unicamp

temáticas

ano 14
número 27 / 28
2006

revista dos pós-graduandos em ciências sociais
ifch - unicamp

temáticas

Publicação semestral dos alunos de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

ISSN 1413-2486

Conselho Editorial

André Borges
Claudete Pagotto
Gábor Basch
Luís Alexandre Fuccille
Luiz Gustavo Freitas Rossi
Luiz Henrique Passador
Maria Cristina Cardoso Pereira
Nashieli C. Rangel Loera
Samira Feldman Marzochi

Bela Fieldman Bianco
Josué Pereira da Silva
Marcelo Ridenti
Márcio Bilharinho Naves
Sérgio Barreira de Faria Tavoraro

Organização do dossiê

Nashieli Rangel Loera

Projeto gráfico/Editoração

Marilza A. Silva

Finalização

Maria Cimélia Garcia

Capa

Saulo Marzochi

Impressão

Gráfica do IFCH / UNICAMP

IFCH/UNICAMP

Diretor

Arley Ramos Moreno

Diretora Associada

Nádia Farage

Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação

Marcos Nobre

Sub-Coordenação de Doutorado em Ciências Sociais

Ângela Maria Carneiro Araújo

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Antropologia Social

Mauro Almeida

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Ciência Política

Armando Boito Jr.

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Sociologia

Elide Rugai Bastos

SUMÁRIO

Dossiê ESTUDOS RURAIS

Introdução ao Dossiê <i>Nasbieli Rangel Loera</i>	7
Produção familiar e pluriatividade no Município de Araraquara, SP <i>Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira e José Carlos Alves Pereira</i>	11
Experiências e representações do “ser jovem” em Rosário das Almas <i>Vanda Silva</i>	35
Jovens rurais e agricultura familiar: desafios para a modernidade <i>José Carlos Alves Pereira</i>	75
Novas Ruralidades: identidade, meio ambiente e turismo no Vale do Ribeira, SP <i>Marisa Barbosa Araújo Luna</i>	97
Identidade étnica italiana e agroturismo em Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo <i>Verena Sene Nogueira</i>	117
Cultura cabocla: uma identidade cultural em construção no mundo rural <i>Pedro Martins e Tânia Welter</i>	139

Artigos

- Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos na construção de
uma *idéia de Brasil Moderno*
Tatiana Gomes Martins 157
- A criação de Municípios no Brasil: breve revisão da literatura
Vidal Dias da Mota Junior 187

Resenha

- A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no
início no século XX.* Rio de Janeiro/ RJ,
Editora Fiocruz, 2003, 248p de Fabíola Rohden.
Daniela Tonelli Manica 203
- Normas para apresentação de originais 207

Dossiê
ESTUDOS RURAIS

INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ ESTUDOS RURAIS

Recentemente os estudiosos das chamadas sociedades rurais temos sido testemunhas da emergência de novas configurações políticas, sociais e econômicas no campo brasileiro. Novos atores, no âmbito rural, entram em cena vivenciando novas relações entre eles, o mercado, o Estado e a sociedade abrangente. Os estudiosos, que durante anos realizaram grandes projetos sociais e acadêmicos tendo como foco as populações rurais, têm se deparado com uma eminente heterogeneidade impossível de se apreender através de conceitos e categorias gerais - como “campe sinato” – que, muitas vezes, atribui um caráter imutável às comunidades rurais. Nesse contexto, novos estudos e novas perspectivas analíticas entram em cena permitindo uma maior aproximação às novas configurações políticas e sócio-econômicas das populações rurais, possibilitando, assim, a apreensão da heterogeneidade dos diversos atores do campo e as formas nas quais as mudanças são vivenciadas, representadas e ressignificadas por eles.

É tendo estas e outras reflexões como pano de fundo que a revista Temáticas, em parceria com o Centro de Estudos Rurais da Unicamp (CERES), dedica este número ao tema dos “*Estudos Rurais*”. Este dossiê acolheu alguns trabalhos que foram apresentados durante o seminário “Perspectivas dos Estudos Rurais no século XXI”, organizado pelo CERES nos dias 21 a 23 de junho de 2005 nas instalações do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas desta universidade.

No artigo *Produção familiar e pluriatividade no Município de Araraquara, SP*, Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira e José Carlos Pereira debatem as estratégias de reprodução social do agricultor familiar que vive o contexto da modernização tecnológica no campo. Os autores tomam

como estudo de caso o Município de Araraquara no estado de São Paulo, onde produtores familiares acharam, na diversificação das suas atividades, uma estratégia de resistência e sobrevivência.

Vanda Silva, no seu artigo *Experiências e representações do “ser jovem” em Rosário das Almas*, mostra-nos, através dos relatos de adultos e de jovens que transitam nos contextos rural e urbano, o que a sexualidade, a saúde reprodutiva e as questões relacionadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis dizem respeito aos valores coletivos e geracionais e o contraste com valores individuais e suas implicações no rearranjo das famílias rurais. E mais, problematiza através de exemplos etnográficos um tema caro aos Estudos Rurais: a própria categoria rural.

Em Jovens rurais e agricultura familiar: desafios para a modernidade, José Carlos Alves Pereira mergulha no debate contemporâneo sobre agricultura familiar no Brasil. O autor aborda o universo dos jovens rurais e mostra a problemática vivida por eles. Para estes jovens existem poucas perspectivas de permanecer habitando e trabalhando no campo em contextos adversos à agricultura familiar. Na busca de alternativas, estes jovens reelaboram e criam estratégias de produção e reprodução social.

O artigo de Marisa B. A. Luna, *Novas ruralidades: Identidade, Meio ambiente e Turismo no Vale do Ribeira*, mostra através de exemplos etnográficos, a complexidade sociológica de algumas comunidades do Vale do Ribeira no estado de São Paulo. O texto, demonstra como as dimensões institucionais (a sobreposição de uma área remanescente de quilombo num parque estadual), o modo de vida, as estratégias de produção e o consumo nas comunidades desta zona se assentam num denominador comum, a titulação da terra.

Em *Identidade étnica italiana e agroturismo em Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo*, Verena Sevá Nogueira mostra, através de uma etnografia da Festa da Polenta, a relação existente entre a prática do agroturismo e a construção da identidade étnica italiana daquele lugar. A autora observa que o agroturismo desenvolvido naquele município se apresenta como um turismo referido a práticas identificadas como “típicas italianas” e demonstra a existência de um processo de re-invenção da identidade dos vendanovenses. Nesse processo, o agroturismo desponta como um ele

mento central destacando ou mesmo inventando sinais diacríticos do grupo estudado.

No texto *Cultura cabocla: uma identidade em construção no mundo rural*, os autores Pedro Martins e Tânia Welter apresentam alguns resultados de uma pesquisa levada a cabo na área rural de Santa Catarina enfocando o segmento da população camponesa identificada como “caboclos”. Os autores abordam esta parcela da população a partir das diversas categorias identitárias, buscando identificar os critérios de atribuição destas categorias, sua operacionalidade política (para a população alvo), científica (para os pesquisadores) e a dinâmica cultural subjacente aos diversos processos históricos a eles associados.

Nashieli Rangel Loera
Organizadora*

□ Membro do Conselho Editorial e doutoranda em Antropologia Social – IFCH/Unicamp.

PRODUÇÃO FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO SOCIAL *

Darlene Aparecida De Oliveira Ferreira^{*II}

José Carlos Alves Pereira^{*II}

RESUMO: Nesse artigo, procura-se debater as estratégias de reprodução social do agricultor familiar sob os impactos da modernização tecnológica na base da produção agrícola. Como estudo de caso, tomou-se o Município de Araraquara-SP, onde a monocultura é hegemônica, mas persistem produtores familiares.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; estratégia; pluriatividade.

INTRODUÇÃO

Nossas reflexões têm como foco principal o desenvolvimento de atividades não-agrícolas concomitantemente às atividades agrícolas como

□ As reflexões apresentadas neste artigo são resultados parciais do Projeto de iniciação científica “O potencial das atividades agrícolas e não-agrícolas em pequenas propriedades rurais do Município de Araraquara-SP” – financiado pela FAPESP. Período: 01/07/2002 a 31/07/2004, desenvolvido junto ao Projeto “*Do campo à cidade, da cidade ao campo – ruralidade e urbanidade em espaços contíguos: o caso de Araraquara-SP*”, no DAPF – FCL-UNESP/CAR.

□* Docente do Depto. de Antropologia, Política e Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – FCL – UNESP – Araraquara. Docente Convidada do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço – IGCE – UNESP – Rio Claro.

□** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – IFCH/Unicamp. Bolsista FAPESP MS 2005-2007.

estratégia de reprodução social do pequeno produtor familiar do Município de Araraquara-SP, área onde predominam – em extensão – grandes propriedades rurais altamente capitalizadas.

A combinação de atividades não-agrícolas com as atividades agrícolas formam o que muitos autores denominam de pluriatividade. Faremos nossa abordagem sobre o produtor familiar da região e a pluriatividade considerando os impactos do processo de modernização desigual da agricultura brasileira sobre os pequenos agricultores, bem como as influências da pluriatividade na unidade familiar de produção que a adota como uma estratégia de resistência e permanência numa área consolidada economicamente pelas monoculturas de cana e laranja.

Dividiremos nosso texto em cinco partes. Primeiro abordaremos a pluriatividade numa perspectiva histórica de autores clássicos como Karl Kautsky, e Alexander Chayanov; na segunda parte apontaremos para a polêmica que envolve a noção conceitual do fenômeno da pluriatividade nas pesquisas contemporâneas; terceiro, indicaremos a discussão sobre a pluriatividade nos estudos da agricultura brasileira e os seus impactos no meio rural brasileiro; quarto, através da leitura de resultados parciais de nossa pesquisa de campo, centraremos nossa discussão sobre a pluriatividade no Município de Araraquara-SP. Por último, faremos uma breve conclusão sobre os resultados de nossa pesquisa e a discussão teórica sobre a noção de pluriatividade e seus impactos sobre a unidade familiar de produção.

PLURIATIVIDADE: UM FENÔMENO HISTÓRICO

A pluriatividade não é um fenômeno recente e nem efêmero, tampouco exclusivo de uma região. Ela é realidade em áreas rurais de países desenvolvidos como os EUA, França, Alemanha, Japão, Espanha, etc., e, de países em desenvolvimento como Coreia, México, Chile, Brasil, etc.

Karl Kautsky (1968), no escopo de análise marxista e, Alexander Chayanov (1974), sem descartar tal escopo, mas incorporando novos elementos na análise, já chamavam a atenção para a prática de atividades não-agrícolas por famílias camponesas. Contudo, esses pesquisadores

não chegaram a trabalhar com a nomenclatura “pluriatividade”. O primeiro trabalhou com a expressão “trabalhos acessórios”, já o segundo usou a “expressão atividades não-agrícolas”.

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo e, como consequência disso a concentração de riqueza pelos grandes proprietários, Kautsky (1968), indicava que, dentro desse processo, o pequeno camponês estaria fadado ao desaparecimento, já que se quisesse manter sua pequena propriedade teria que desenvolver trabalhos acessórios. Essa prática era o instrumento que poderia garantir a existência da pequena propriedade no capitalismo. Entretanto, ela apontaria para um processo de proletarização do pequeno camponês.

De acordo com Kautsky, a grande maioria dos camponeses alemães não dispunha de recursos para melhorar seus instrumentos de trabalho ou substituí-los por outros mais eficientes, como poderiam fazê-lo os agricultores capitalizados que se tornavam mais competitivos no mercado. Tal fato colocava em cheque a reprodução social dos pequenos camponeses, posto que eles não conseguiriam se capitalizar e resistir à concorrência dos grandes agricultores. No entanto, os pequenos agricultores que não conseguissem se capitalizar não ficariam de todo fadados ao desaparecimento. Isto, se eles usassem como estratégias de reprodução social de sua categoria formas de *trabalhos acessórios*, que poderiam estar ligadas ou não às atividades agrícolas. Ao desenvolver trabalhos acessórios fora de sua propriedade, o pequeno agricultor tomaria cada vez mais o caráter de proletário. Mas, não se deve

pensar que a pequena propriedade esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa inteiramente ser substituída pela grande propriedade. Onde a concentração desta última avançou bastante, a tendência à subdivisão da terra entra em jogo, e o Estado, políticos locais, e mesmo os grandes proprietários intervêm com o objetivo de garantir a pequena propriedade ou os pequenos arrendatários (KAUTSKY, 1968: 182).

O pressuposto é que a manutenção da pequena propriedade seria funcional ao capitalismo na medida em que ela se torna uma reserva de mão-de-obra barata para grandes produtores capitalizados ou grandes industriários instalados nas áreas rurais.

Assim, podemos destacar alguns aspectos analíticos fundamentais no pensamento do autor sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a) a intervenção do Estado e/ou das empresas capitalistas é de fundamental importância para a criação de infraestruturas que viabilizem o desenvolvimento de trabalhos acessórios seja para a agroindústria, seja para indústrias domésticas; b) entretanto, a ação dessas instituições, mais do que proteger os camponeses, visa mantê-los à sua ilharga porquanto se constituem em modelos para políticas sociais e fonte de mão-de-obra barata (KAUTSKY, 1968).

Percebe-se que para o autor a ação e influência de elementos externos (Estado, grandes produtores capitalizados, indústrias, etc.) ao núcleo familiar camponês são decisivos para a manutenção ou supressão dessa categoria social. Para isso o capital dispõe e reinventa diversos ardis, sendo que os mais evidentes são os trabalhos acessórios. Estes constituem uma via de duas mãos. Por um lado faz diminuir a produção agrícola na pequena propriedade e o camponês se proletariza, por outro é a única forma de permanência da pequena propriedade diante do desenvolvimento do capitalismo no meio rural.

O outro autor clássico (Alexander Chayanov) destacou que as rendas obtidas através das atividades não-agrícolas são significativas para o processo de reprodução social da família camponesa e que, para compreender a dinâmica deste processo, é de fundamental importância um estudo sobre a organização interna e a composição demográfica deste sujeito social. Ao elaborar a teoria da “Unidade Econômica Camponesa” (UEC) o autor sugere que se deve fazer um

balance subjetivo entre trabajo e consumo para analizar los procesos de continuidad en la unidad económica campesina y para establecer la natureza de la motivación de la actividad económica da al familia campesina. Mas allá de sus límites en la esfera de las relaciones entre unidades de exploración agraria, la unidad económica campesina

aparece através de sus acciones objetivas y es la única manera que puede hacerlo (CHAYANOV, 1974: 38-9).

Assim, o foco central da análise não recai nos elementos externos ao núcleo familiar, mas nos elementos internos a ele como a relação entre a demografia do grupo e quantidade de terras disponíveis para trabalhar, ou ainda a quantidade de membros aptos ao trabalho.

Mas, além do equilíbrio entre consumo e trabalho na unidade camponesa, isto é, quantos braços produzem e quantas bocas comem; do caráter demográfico da família (quantidade de membros que a compõem e seu ciclo de vida), Chayanov aponta para a importância de analisar e compreender o núcleo familiar como o centro que regula e operacionaliza a produção. Assim, as decisões não são tomadas por um único membro da unidade – no caso o chefe –, mas pelo grupo familiar. Este fator é fundamental para se analisar e compreender os motivos, consequências e estratégias da execução de atividades não-agrícolas pelas famílias camponesas.

Portanto, todas as formas de influência da composição da família sobre a produção do trabalhador familiar e as outras consequências produzidas pelo equilíbrio interno dos fatores de produção da unidade de exploração estão naturalmente relacionadas com a renda total da família e não com a parte que constitui sua renda agrícola. (CHAYANOV, 1974: 110).

O grupo familiar pode se organizar de diversas formas em função das muitas estratégias de produção e reprodução. Algumas dessas formas de organização, mediante o exercício de atividades não-agrícolas, podem conduzir à ruptura da família camponesa. É suscetível de acontecimento que um ou mais membros da unidade familiar de produção se desvincule desta – sem, no entanto, – constituir uma nova família. Isto acontece, principalmente, com os migrantes. Pode ocorrer também que indivíduos constituam novas famílias e se desvinculem das relações de trabalho do seu primeiro núcleo familiar. Os motivos para isso são diversos, como: desentendimentos na elaboração ou execução de projetos coletivos,

casamentos, novas oportunidades que podem melhorar o nível de vida individual; etc. Neste último caso, o exercício de atividades fora da propriedade da família – sem a transferência da renda ou parte dela para o grupo – estaria no princípio do processo de ruptura da unidade familiar de produção.

Chayanov indica também que existem formas de organização que viabilizam a coesão do grupo familiar, desenvolvendo ou não atividades não-agrícolas. É o caso de membros que constituem novas famílias, mas permanecem nas terras de sua família de origem, ou até continuam a morar na casa onde já moram pai, mãe e irmãos. Pode ser ainda que trabalhem em propriedades alheias, fábricas, lojas etc., mas somam seus rendimentos salariais com os dos demais membros da família a fim de beneficiar todo o grupo com uma renda maior. Essa seria mais uma estratégia, entre outras, pela qual o grupo familiar estaria se organizando internamente para administrar e gerir atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro e/ou fora de sua propriedade visando atingir um nível de vida confortável e manter sua reprodução social. Assim, o exercício de atividades agrícolas e não-agrícolas por membros de uma família fora da propriedade, não informa necessariamente a desagregação do núcleo familiar. Essa ruptura depende de como a família consegue organizar seus projetos coletivos e individuais. Nessa perspectiva de análise das famílias pluriativas e sua ruptura ou coesão deve-se considerar: a) o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora da propriedade; b) a constituição de novas famílias sem que seus membros mudem de propriedade ou percam vínculos de produção com a família de origem; c) migração em busca de trabalho devido a quantidade insuficiente de terras próprias que ocupem todos os indivíduos aptos ao trabalho etc.

Feitas essas breves explicações sobre os respectivos pensamentos de Kautsky e Chayanov pode se concluir que: a) Kautsky destacava em sua análise sobre a questão agrária a influência dos arranjos institucionais e dos aspectos macroeconômicos do capitalismo (elementos externos) influenciando a produção familiar; b) já Chayanov, embora não descartasse a influência desses fatores, deu ênfase à compreensão de elementos internos (equilíbrio entre braços aptos ao trabalho e bocas para consu-

mir, organização da família, etc.) influenciando a reprodução socioeconômica das famílias camponesas. Seu foco analítico é direcionado aos fatores microeconômicos e sociais – não desvinculados do capitalismo – mas forjados no seio familiar.

A NOÇÃO DE PLURIATIVIDADE NAS PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

Para os pesquisadores contemporâneos a noção de pluriatividade não difere muito daquilo que Kautsky e Chayanov chamavam de “trabalhos acessórios” e “atividades não-agrícolas”, respectivamente. Procura-se investigar o fenômeno sem perder de vista aqueles elementos internos e externos ao grupo familiar que trazem para o debate a questão da modernização tecnológica e a modernidade social. Contudo, não há um consenso formado acerca de um conceito e as implicações da pluriatividade na reprodução social dos pequenos produtores rurais. A noção mais aceita até o momento é a de que a pluriatividade é

um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003: 25-6).

É importante destacar essa idéia de produção inerente a atividade agrícola, pois a família rural que não tem no seu arco de atividades a agricultura, escaparia do conjunto de atores e fenômenos sociais que o conceito alcança. A pluriatividade ocorre em “unidades de produção multidimensionais, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências)” (FULLER, 1990: 367).

Alguns autores concebem a pluriatividade como um fenômeno de ruptura da unidade de produção familiar e/ou a falência da atividade agrícola. Como as rendas geradas pelas atividades agrícolas em geral são infe-

riores às rendas geradas pelas atividades não-agrícolas, o pressuposto é que estas últimas passem a ocupar mais tempo das famílias em detrimento da agricultura. Outro pressuposto ainda é que a prática de atividades diferenciadas em lugares distintos desencadeie um processo de individuação¹ dos membros, o que elimina o caráter coletivo e, conseqüentemente, inviabiliza a reprodução social da unidade familiar de produção (LACOMBE, 1984). Nessa perspectiva, o destino desse sujeito social seria, além do trabalho em caráter de assalariamento, a desagregação do núcleo familiar como unidade social de produção.

Porém, outros pesquisadores indicam que a renda obtida nas atividades não-agrícolas pode complementar e garantir o investimento na exploração agrícola pode significar, ainda, uma secundarização estratégica desta no processo de reprodução social do grupo familiar como unidade social de produção. Sob esse argumento, o pressuposto é que o caráter familiar da produção possibilita maior plasticidade aos membros na organização do trabalho interno e na utilização de rendas provenientes de fontes externas (CARNEIRO, 1996).

Isso posto, Moreira (1999: 102) observa que a investigação das unidades familiares de produção agrícola deve considerar dois aspectos: a) as relações entre os indivíduos de um lado; b) os valores que dão sentido a essas relações. A idéia é que, como em toda relação social, os arranjos familiares (seja na esfera do parentesco, seja na esfera da produção) consideram uma parte ideal do pensamento ou de representação que informa valores e atitudes. Estes refletem uma “tradição que é acionada na formulação das estratégias familiares orientando as escolhas coletivas e informando os projetos individuais possíveis” (CARNEIRO, 1999: 329). Assim, a família não opera sem considerar a individualidade de seus membros, seja na organização do trabalho, seja na obtenção de rendas. Isso posto, a pluriatividade se apresenta como um fenômeno potencial e não fatal de desagregação do grupo familiar. Desagregação ou

¹ INDIVIDUAÇÃO: “enfraquecimento de certas formas de controle social, exercido pela família, pelo grupo vicinal, ou pela comunidade local” (WILLEMS, Emílio. Individualização. In: *Globo*. Dicionário de Sociologia. Rio de Janeiro: Globo, 1961).

coesão não ocorrem de forma linear e não dependem exclusivamente de fatores externos ao grupo, pois a

multiplicidade de fontes de ganhos, de distribuição de ganhos e de acumulação familiar de patrimônios só se explica e se compreende se levarmos em conta a multiespacialidade e a multitemporalidade da família agrícola. Ela é mais uma rede de relacionamento de várias gerações, em vários lugares, do que simplesmente um agrupamento nuclear como supõem os organizadores dos Censos e supõem, no geral, os pesquisadores interessados em temas econômicos (MARTINS, 2001: 22).

Isso nos leva a trabalhar com a hipótese de que os produtores familiares têm como principal característica no seu rol de estratégias para sua reprodução social, a capacidade de se adaptar a diversas formas de sociabilidade temporal, espacial e cultural para a manutenção de seu *status quo*. Mais que isso, esses sujeitos são capazes de reinventar suas tradições para garantir seus espaços político, econômico, cultural e social na sociedade moderna.

A modernização sem modernidade é perniciosa ao conjunto da sociedade, mas o é de modo mais intenso aos grupos minoritários, ou mais frágeis política e economicamente, tanto nas sociedades urbanas, quanto rurais (LECHNER, 1990). Nos países desenvolvidos esse problema não foi resolvido definitivamente, mas seu debate é aberto e conta com ampla participação de diversos setores sociais. Já nos países em desenvolvimento, e no caso específico do Brasil, não há o debate político e social que leve à reflexão sobre a modernização tecnológica e seu contrapeso – sadio e necessário – a modernidade social.

A despeito da fundamental importância do produtor familiar na geração de empregos e gêneros alimentícios básicos para o abastecimento do mercado interno, no Brasil esse sujeito/ator social é politicamente bloqueado e socialmente desvalorizado (WANDERLEY, 1995). Em função das nossas tradições históricas, no que se refere à apropriação dos espaços (grande ou pequena propriedade), organização do trabalho etc., nossa so-

cidade ainda não se mostrou capaz de reconhecer formas sociais de produção que não se pautem exclusivamente pela lógica capitalista.

OS ESTUDOS DA PLURIATIVIDADE E SEUS IMPACTOS NO MEIO RURAL BRASILEIRO

É basicamente a partir do fim dos anos de 1980 e início da década de 1990 que as pesquisas sobre pluriatividade no meio rural brasileiro começam a se multiplicar. A maior parte dos trabalhos se alinha conceitual e metodologicamente a autores como Marsden (Economia Política), na tradição européia, bem como a Anthony Fuller, na Sociologia da Agricultura nos EUA, e ainda com as perspectivas de Kautsky e Chayanov, respectivamente.

Salvo algumas exceções, as pesquisas realizadas no Brasil revelam que os agricultores têm recorrido à pluriatividade como uma estratégia para complementar suas rendas, e, assim garantir a reprodução social de sua família, porquanto seu acesso a políticas públicas para o setor é limitado por trâmites burocráticos ou ainda pelo caráter incipiente das políticas.

No que se refere aos impactos da pluriatividade no meio rural brasileiro, as pesquisas realizadas a partir da década de 1990 apontam para a transformação da dinâmica do campo, principalmente na região Centro-Sul. De modo geral, os estudos revelam que o meio rural não é mais apenas sinônimo de atividades agropecuárias. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990 revelaram que, no Brasil, o crescimento da PEA (população economicamente ativa) rural a partir de 1985 tem sido maior que o crescimento da PEA agrícola, sendo que o crescimento desta já era negativo. Na década de 1980, a PEA agrícola teve crescimento negativo de 0,3% e 0,6% nas regiões Sul e Sudeste, respectivamente. Já a PEA não-agrícola teve um crescimento superior a 2,6% a.a., sobretudo na região Sudeste. Em 1990, mais de 40% da PEA rural já estava ocupada em atividades não-agrícolas na região Sudeste. O setor que mais absorveu mão-de-obra foi o agroindustrial. As PNADs mostram ainda que, no estado de São Paulo, a PEA ru-

ral vinha caindo nos anos 1980, mas no período 1992-95 ela teve um crescimento de 2,3% a.a.. Este crescimento da PEA rural paulista foi superior ao da PEA urbana, que teve crescimento de 1,5% a.a. no mesmo período.

O crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural não indica que os salários dos trabalhadores rurais tenham melhorado e sejam iguais ou superiores aos dos trabalhadores urbanos. Os dados da PNAD de 1992 mostram que, de modo geral, as rendas dos trabalhadores rurais assalariados ou não – além de continuarem mais baixas que as dos trabalhadores urbanos – sofreram uma queda entre 1990 e 1992. Mas a mesma pesquisa mostra também que as rendas dos trabalhadores rurais, em especial das unidades familiares de produção pluriativas, a despeito de terem caído em relação a 1992, caíram menos e continuam mais altas que as dos trabalhadores que só se ocupam com atividades agropecuárias (SILVA, 1999).

É sabido que tanto nos países desenvolvidos (EUA, Alemanha, Inglaterra, etc.), como nos países em desenvolvimento (Brasil, México, países do Leste europeu, China, etc.), a renda dos trabalhadores urbanos é superior a renda dos trabalhadores rurais (Mendras, 1969; Abramovay, 1998). Diante desse quadro, a análise científica sobre a realidade do fenômeno se faz necessária, a fim de compreender a pluriatividade em Araraquara, bem como as ações e relações sociais dos sujeitos/atores sociais com ela envolvidos. É sobre esses aspectos que nos debruçaremos no próximo tópico.

PLURIATIVIDADE E PRODUÇÃO FAMILIAR: O CASO DE ARARAQUARA-SP

As pesquisas realizadas por cientistas sociais brasileiros entre o período de 1980 e 2000, apontam para a modernização da base tecnológica da agricultura brasileira, no entanto indicam também a permanência do latifúndio em detrimento do minifúndio. Tal qual a tecnologia, a instalação dos Complexos Agro-industriais (CAIs), a partir de 1970 não provocou mudanças substantivas na estrutura agrária do país, no sentido de viabilizar o pleno desenvolvimento da agricultura familiar ou facilitar

a desconcentração da propriedade de terras. Os assentamentos de reforma agrária começaram a surgir a partir da década seguinte, refletindo a demanda de movimentos sociais².

A modernização não atingiu de forma homogênea todo o espaço rural do país, tampouco foi alcançada, ou levou benefícios a todas as categorias sociais que nele atuam. A região que mais se desenvolveu foi a Centro-Sul, enquanto a Norte e a Nordeste se caracterizam por uma exploração agropecuária insatisfatória por meio de bases técnicas rudimentares. Por outro lado, a agricultura familiar – inclusive na região Centro-Sul, mas principalmente nas outras regiões do país – foi posta à margem das políticas públicas que privilegiaram os médios e grandes produtores capitalizados ou em vias disso. Substituídos pela máquina, ou sem condições de manter a propriedade, um grande contingente de trabalhadores e pequenos produtores rurais descapitalizados tiveram de abandonar o campo e partir em direção aos grandes centros urbanos.

No que diz respeito à questão fundiária e a elaboração de políticas que viabilizassem a permanência no campo e a competitividade dos pequenos produtores, essa modernização foi deficitária e, em algumas regiões, inexistente. Isso posto, a conclusão a que se pode chegar é que a modernização do meio rural brasileiro foi feita de forma desigual, dolorosa e excludente (SILVA, 1982; WANDERLEY, 1995; GONÇALVES NETO, 1997).

Tendo em vista o processo desigual de modernização da agricultura brasileira que privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos o fenômeno da pluriatividade nas unidades de produção familiar, nosso objetivo é analisar o potencial e a dinâmica de uma área – Município de Araraquara-SP – onde predominam as grandes lavouras capitalizadas (citricultura, voltada para exportação de suco, e a cultura canavi-

² Sobre o assunto, recomenda-se a leitura de: LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir e CINTRÃO, Rosângela (coordenadores). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA: NEAD: São Paulo: Editora da Unesp, 2004; MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003 e SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

eira para produção de açúcar e álcool), mas persistem produtores familiares. De acordo com os cadastros de 1995 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, há no Município de Araraquara-SP aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que desse número cerca de 750 propriedades medem entre 0,1 ha e 50 ha. Como parte de nossa pesquisa aplicamos 308 questionários junto a produtores familiares com propriedades de 0,1ha até 50ha. Os produtores foram divididos em três grupos: 0,1ha a 20ha; 20,1ha a 40ha, e de 40,1ha a 50ha. Assim, cobrimos o que o INCRA define como minifúndios e pequenas propriedades e analisamos os impactos da pluriatividade nos respectivos extratos de áreas. As informações levantadas foram sistematizadas em Banco de dados Acces e Banco de dados Excel. Para a elaboração desse texto, selecionamos algumas informações para análise. São elas: a) índice de famílias pluriativas; b) número de famílias que têm acesso ou não a financiamento para a atividade agrícola; c) tempo ocupado com as atividades não-agrícolas; d) local onde as atividades não-agrícolas são desenvolvidas; f) caráter da mão-de-obra das atividades não-agrícolas; g) destino da renda das atividades não-agrícolas e h) por quais motivos, eventualmente, a família venderia sua propriedade rural. Como nossa proposta central é investigar a possível proletarianização do produtor familiar pluriativo e a possível individualização dos membros dessa unidade, analisaremos com mais profundidade os três últimos tópicos. Na tabela 1 procuramos esboçar um diagnóstico preciso dessas informações.

Tabela 1: Caracterização dos agricultores com propriedades de até 50ha no município de Araraquara-SP (% das famílias*)

Estratos de área (ha)	01-20	20,1-40	40,1-50
Famílias por estrato de área	56	32	12
Pluriativas	77	67	86
Têm financiamento	26	45	31
Atividade não-agrícola em tempo parcial	49	68	48
Atividade não-agrícola em tempo integral	51	38	52
Atividade não-agrícola na propriedade	24	31	40
Atividade não-agrícola fora da propriedade	76	69	60
Mão-de-obra assalariada	30	16	17
Mão-de-obra própria	100	52	70
Renda não-agrícola para investir na lavoura	25	30	23
Renda não-agrícola para no consumo familiar	46	29	37
Renda não-agrícola para investir na lavoura e consumo familiar	23	36	28
Renda não-agrícola para consumo individual	6	5	12
Venderia a propriedade p/comprar outra maior	13	20	22
Venderia a propriedade para mudar-se para a cidade e abandonar a agricultura	2	0	0
Venderia a propriedade para ajudar um filho em dificuldade financeira	4	9	20
Venderia a propriedade por outros motivos	11	3	11
Não venderia a propriedade por motivo nenhum	70	68	47

* Total de 308 famílias pesquisadas.

Fonte: Trabalho de Campo – fev/maio de 2003

Nossas análises indicam que 75,3% das famílias estudadas são pluriativas. Entre outros, dois elementos ajudam a explicar esse alto índice de pluriatividade. O primeiro é a necessidade de obtenção de uma renda extra, por parte das famílias, para complementar sua renda agrícola e dessa forma satisfazer as necessidades do grupo. O segundo é a iniciativa do poder público local e estadual em desenvolver políticas de apoio aos produtores. Sobre essas políticas, vale ressaltar que elas são relativamente reduzidas e tampouco atendem às principais necessidades dos contemplados, como o acesso ao crédito, escoamento e comercialização da produção. Além disso, a falta de informação sobre elas, ou seus trâmites burocráticos, impedem que um número maior de produtores seja atendido. Assim, o principal elemento que leva os produtores familiares analisados a desenvolverem atividades não-agrícolas, dentro ou fora de suas propriedades, é a necessidade de uma renda extra, que complemente a renda obtida através das atividades agrícolas. Em geral, a renda extra (complementar) é destinada à satisfação das necessidades do grupo familiar (roupas, eletrodomésticos, remédios, artigos escolares etc.), e também ao investimento na lavoura (compra de sementes, adubos, equipamentos etc.). Nota-se que são fatores externos ao grupo familiar (políticas públicas, parcerias com fundações etc.), mas principalmente fatores internos (necessidades básicas de consumo familiar) que o influenciam diretamente no desenvolvimento ou não dessas atividades. Discorreremos sobre cada um desses dois aspectos, procurando apontar suas influências sobre as famílias ao optarem ou não pela pluriatividade.

a) Políticas públicas

O Sebrae-SP, em parceria com a Prefeitura Municipal de Araraquara, oferece cursos de capacitação profissional aos produtores do município e sua região. O objetivo desses cursos é capacitar profissionalmente os produtores para que eles mesmos possam transformar seus produtos *in natura* e com isso agregar-lhes mais valor. O pressuposto é que essa medida permita que o produtor amplie sua renda e surjam novas ocupações para outros membros da família que estejam desocupados. Nesse

sentido, foram elaborados os projetos “Direto do Campo” e “Sistema Agroindustrial Integrado” (SAI). O primeiro projeto permite ao produtor vender os seus produtos diretamente numa feira livre organizada semanalmente nas imediações do centro da cidade. Atualmente o “Direto do Campo” atende cerca de 48 produtores.

O segundo projeto oferece cursos de artesanato, padaria caseira, confeitaria, apicultura, turismo rural, doceria, etc. Como esse projeto é mais amplo que o primeiro, de 2002 a 2003 ele atendeu cerca de 300 produtores. Contudo, nem todos os atendidos organizam suas pequenas indústrias domésticas, pois muitos têm dificuldades financeiras para adquirir os equipamentos necessários ou ainda não têm em vista locais de venda dos seus produtos.

b) Necessidade de rendas complementares

Esse fator é o que mais influencia diretamente na decisão das famílias desenvolverem ou não as atividades não-agrícolas, como forma de dar ocupação aos membros sem trabalho, mas principalmente como estratégia para atender às necessidades do grupo. Para se ter uma idéia disso, 40,5% dos produtores analisados usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar e 27,1% deles usam essas rendas para investir na lavoura e o consumo familiar concomitantemente. Vale ressaltar que 43,6% dos produtores que usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar têm propriedades com até 20 ha. É interessante destacar que se considerarmos o universo total (232) dos produtores pluriativos veremos que 94,4% deles destinam a renda das ANAs para consumo familiar e o investimento nas lavouras. Isso reflete a tentativa de suprir suas necessidades domésticas, bem como a dificuldade de obtenção de crédito agrícola, já que 67,0% dos produtores não conseguem financiamento para as lavouras. Apenas 5,6% usam a renda não-agrícola para o consumo individual. Isso quer dizer que, no caso analisado, a pluriatividade não provoca uma fragmentação da unidade familiar de produção como pressupunham alguns autores.

No que se refere ao tempo parcial ou integral ocupado pelas atividades não-agrícolas, há um “ligeiro” equilíbrio. 47,9% das famílias as de-

envolvem em tempo integral e 52,1% o fazem em tempo parcial. Para as que desenvolvem em tempo integral, não significa dizer que elas não se ocupam com a agricultura. Na verdade, enquanto um ou mais membros da família se ocupam em tempo integral fora da agricultura, os outros se ocupam com as lavouras.

Sobre o local onde as atividades não-agrícolas são desenvolvidas, constatamos que 28,0% das famílias o fazem na sua propriedade e 72,0% as praticam fora. Nesse ponto é interessante verificar qual é o caráter da força de trabalho ocupada nessas atividades. Sua principal característica é a autonomia, pois 33,6% dessa força de trabalho é contratada formalmente com registro em carteira e 66,4% é autônoma sem registro em carteira.

Não se pode depreender daí que não há uma relação de assalariamento do produtor familiar e as atividades desenvolvidas por ele fora de sua propriedade em função do caráter autônomo de sua mão-de-obra. Uma análise mais perspicaz revela um assalariamento dissimulado, já que o produtor vende sua força de trabalho. Além disso, há uma precarização do trabalho, pois 66,4% dos trabalhadores não gozam dos benefícios garantidos pelo contrato formal em carteira de trabalho. Isso vale para os três estratos de área estudados. Pode-se dizer também que não há uma relação direta de perda de vínculo com a atividade agrícola e o trabalho não-agrícola fora da propriedade. Dos 308 de produtores, apenas 0,9% venderiam suas propriedades para mudar-se para a cidade e não mais praticar a agricultura. Vale destacar que esses 0,9% são produtores situados no estrato de área de 0,1 a 20 ha. 16,3% dos produtores a venderiam a propriedade para comprar outra maior; 7,5% o fariam para ajudar um filho em dificuldade financeira; 8,5% venderiam por outros motivos como doença, velhice, carência total de recursos para investir na lavoura etc. Já 66,8% não venderiam suas propriedades por motivo nenhum. No grupo de produtores com propriedades até 20 ha, o percentual dos que não as venderiam chega a 70,3%.

Essas estatísticas revelam ainda a questão do *ethos* camponês. A identidade e o vínculo com a terra se apresentam muito imbricadas com as estratégias elaboradas tendo em vista sua reprodução social. Nesse

caso, a tradição camponesa é ressignificada, mas não sucumbida pelo processo de modernização. Além disso, embora não hegemônicos política e economicamente, os produtores familiares ao contrário de passivos, se mostram ativos no processo histórico.

No aspecto da organização do trabalho e da reprodução social da unidade de produção familiar, a pluriatividade aparece como uma de suas principais estratégias visando suprir a falta de créditos e a ineficiência das políticas públicas para o setor. Dentro das propriedades as principais atividades não agrícolas são: pesque-pague, restaurante caseiro, produção de queijos, doces, artesanatos, costuras etc. Fora delas, as atividades desempenhadas com maior frequência são: comércio (lojas e/ou bares), feirante, pedreiro, pintor, tratorista, apicultura, doméstica, artesanato, cabeleireiro, etc. As atividades não-agrícolas desenvolvidas na propriedade não diferem muito das apresentadas por Balsadi (2002), em recente trabalho sobre as ocupações não-agrícolas em áreas rurais do estado de São Paulo. De igual modo, a zona rural do Município analisado não se diferencia de outras da região Centro-Sul do Brasil, já que nessas também há um percentual significativo de famílias pluriativas como mostram as PNADs de 1992 e 1995.

Considerações finais

Nossas reflexões se aproximam parcialmente das conclusões de Karl Kautsky (1968), as quais apresentamos no início desse texto. Ao contrário dos grandes proprietários da região em análise, os pequenos produtores não são capitalizados. Este fator está na base das pressões econômicas e políticas engendradas pelos grandes produtores, cuja consequência, entre outras, é a desestabilização dos produtores familiares enquanto categoria social, visto que não dispõem de mediadores eficientes que garantam o equilíbrio. Como os pequenos produtores não conseguem concorrer com os grandes em termos de preços, e nem sempre dispõem de recursos técnicos e financeiros para transformar seus produtos, agregando-lhes mais valor, nem conseguem financiamento, a saída que lhes é mais propícia é obter renda de atividades não-agrícolas dentro ou fora de suas propriedades para complementar a renda agrícola e as-

sim, satisfazer suas necessidades domésticas como mostramos na análise da Tabela 1. Mas no que diz respeito à individuação do produtor familiar, nossas conclusões se afastam das de Kautsky, bem como das de Lacombe. Como vimos, para esses autores as atividades não-agrícolas indicariam, além da proletarianização, a individuação do produtor familiar. Contudo, nossas investigações indicam que, a despeito de 72% dos produtores pluriativos atuarem fora de suas propriedades, 94,4% destinam a renda não-agrícola para o consumo familiar e o investimento na lavoura.

Isso posto, nossas conclusões se aproximam mais daquelas feitas por Alexander Chayanov (1964), Maria José Carneiro (1999) e José de Souza Martins (2001). Chayanov não descarta a influência de fatores externos, mas centra sua análise sobre a “Unidade Econômica Camponesa” na organização do grupo familiar. Para o autor, é a demografia do grupo e suas reais necessidades que determinam a quantidade de trabalho a ser desenvolvido fora ou dentro da propriedade, visando a reprodução social do grupo. Ora, no nosso caso, os pequenos produtores também não estão interessados em aumentar sua quantidade de trabalho para concorrer diretamente com os grandes produtores, tanto que apenas 16,3% dos nossos entrevistados venderiam suas terras para comprar outras maiores.

Nesse sentido, a organização do seu trabalho não se pauta exclusivamente pela lógica do capital (lucro) mas, principalmente, pela satisfação das necessidades do grupo familiar. Mais ainda, o produtor familiar consegue se adaptar a distintos modos de produção em distintos lugares concomitantemente, tendo como principal objetivo sua reprodução social. É nesse aspecto, em especial, que nossas conclusões se aproximam das reflexões de José de Souza Martins e Maria José Carneiro. Para Martins (2001), o fato de membros de uma unidade familiar de produção desenvolverem atividades não-agrícolas em tempo parcial, ou integral fora de sua propriedade, não significa necessariamente que eles estejam fora da lógica da organização do trabalho do grupo familiar, pois a unidade de produção familiar se caracteriza também por ser multitemporal e multiespacial. Quanto ao processo de individuação dos membros da

família relacionado às atividades não-agrícolas dentro e/ou fora da propriedade, Carneiro (1999) indica que tal processo pode, sim, ocorrer, pois a unidade familiar de produção não é uma estrutura rígida a ponto de ser totalmente refratária à influência de fatores externos, como migrações forçadas, educação e mesmo fatores internos, como casamentos, projetos individuais etc. Contudo, a influência desses fatores não chega a comprometer de todo a unidade do grupo, pois é justamente o caráter familiar da organização do trabalho que permite uma maior plasticidade aos membros no momento de organizarem seus projetos coletivos e/ou individuais. Isso é mais difícil de ocorrer numa forma social de produção que não é organizada pelo grupo familiar. Como mostramos anteriormente, dos 232 produtores pluriativos que analisamos, somente 5,6% usam a renda das atividades não-agrícolas para a execução de projetos individuais. Os outros 94,4% usam essas rendas para a execução de projetos coletivos, o que demonstra o alto grau de coesão do grupo familiar no processo de sua reprodução social.

Nossas conclusões não pretendem esgotar o debate sobre a pluriatividade, pois a organização dos sujeitos sociais com ela envolvidos é muito complexa e requer estudos mais duradouros. Cabe analisar ainda a influência do grau de escolaridade dos produtores familiares, sobretudo os jovens em contextos de pluriatividade; analisar as possíveis transformações culturais das famílias pluriativas, bem como seu vínculo com a tradição, etc.

ABSTRACT: This paper discuss the small family producer's strategies of social reproduction under the impacts of technological modernization in the base of agricultural production. As a case study, we have chosen Araraquara-SP where, despite monoculture is hegemonic, the family producer persists.

Key words: family agriculture; strategy; pluriactivity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BALSADI, O. V. *Mudanças rurais e o emprego não-agrícola no estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002.
- CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.323-45.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.11, n.32, p.89-105, out. 1996.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 343p.
- FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*. New York, v. 6, n. 4, p.361-373. 1990
- GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- KAUTSK, K. *A questão agrária*. Tradução de: C. Iperóig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LACOMBE, P. La Pluriactivité et l'évolution des exploitations agricoles. In: ASSOCIATION RURALISTE FRANÇAISE. *La Pluriactivité dans les Familles Agricoles*. Paris: ARF, 1984.
- LECHNER, N. A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia na América Latina. *Lua Nova*. São Paulo, n. 21, set/nov., 1990
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M. e CINTRÃO, R. (coordenadores). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA: NEAD: São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- MARTINS, J. de S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

- MARTINS, J. S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: Seminário Interno sobre “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase na Agrícola e Rural na Primeira Década do Séc.XXI”, *FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura*. Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001
- MENDRAS, H. Sociologia do meio rural. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org.) *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 41-63.
- MOREIRA, J. R. *Agricultura familiar Processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- MOREIRA, J. R. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 8, p.51-69, abril de 1997.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2003.
- SILVA, J.G. da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.
- SILVA, J.G. da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SPAROVEK, G. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. A Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária*. São Paulo, v. 25, n.2 e 3, p.37-68, 1995.
- WILLEMS, Emílio. Individualização. In: *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Globo, 1961.

BIBLIOGRAFIA

- MARCONDES, J.V. F. A agricultura em tempo parcial no estado de São Paulo e a industrialização. *Sociologia*. São Paulo, v.24, n.1, p.29-40, 1962.
- MARSDEN, T. Towards the political economy of pluriactivity. *Journal of Rural Studies*. New York, v.6, n.4, p.375-382, 1990.
- SCHNEIDER, S. *Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar*. Porto Alegre, [s/n] 2001. 37f. Mimeografado.

EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DO “SER JOVEM” EM ROSÁRIO DAS ALMAS

*Vanda Silva**

RESUMO: Este estudo foi realizado com jovens de origem rural num município da região do Vale do Jequitinhonha - MG. Os sujeitos sociais centrais pertencem à faixa etária dos 14 a 19 anos de idade cuja experiência de vida se faz entre os contextos rural e urbano. Outros jovens pertencentes a uma faixa etária subsequente também foram entrevistados. Os relatos de jovens e adultos sobre suas experiências com a sexualidade, a saúde reprodutiva e questões relacionadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis dizem respeito, portanto, aos valores coletivos e geracionais contrastando com valores individuais, e suas implicações no rearranjo das famílias rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Experiências, Jovens rurais, Sexualidade, Família, Vale do Jequitinhonha – MG.

INTRODUÇÃO

Fruto de algumas análises desenvolvidas na tese de doutorado¹, neste texto falo de jovens do meio rural que foram tratados como centrais na investigação, e cuja preocupação mais ampla se relaciona com a construção das identidades dos jovens de origem rural num município

□ Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp/2005. Pós-Doutoranda (ICS-Universidade de Lisboa). Pesquisadora do CERES (Centro de Estudos Rurais – IFCH/Unicamp – E-mail: vandas7@yahoo.com.br

¹ Intitulada *Menina carregando menino...: Sexualidade e Família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha - MG*, sob orientação das professoras Dra. Emília P. de Godoi e Dra. Neusa M. M. de Gusmão. Departamento de Antropologia do IFCH/Unicamp, fevereiro de 2005. Apoio Financeiro: FAPESP.

do Vale do Jequitinhonha – MG. A relação que os jovens têm com a sexualidade e a família é o foco das preocupações. Sendo assim, a sexualidade pensada como o campo de descobertas do corpo e que está marcada ou demarcada pelo contexto cultural, apontou para a necessidade de se analisar o processo de aprendizagem sociocultural ao qual estão sujeitos estes jovens do meio rural e quais as marcas do gênero que modelam as trajetórias de moças e rapazes no campo das representações e práticas sexuais. A gravidez precoce (desejada ou não) entre os jovens desse município impôs-se como um dos temas da pesquisa porque diz da vida amorosa e da sexualidade dos rapazes e moças, e foi observada com as seguintes inquietações: a) descobrir os significados que esta gravidez precoce tem para moças e rapazes no processo de passagem da juventude à vida adulta; b) se essa gravidez em idade precoce é percebida como um problema.

Nestes termos, os adultos foram privilegiados através da relação que os jovens têm com eles e vice-versa, no bojo do processo de socialização e interação social, privilegiando as experiências que dizem respeito à sexualidade devido ao tabu sobre o sexo, marcado por valores morais religiosos presentes nos grupos familiares. As narrativas dos jovens e adultos acerca da experiência com a sexualidade inscrevem-se cotidianamente através de outros sinais, símbolos e comportamentos. Estes, por sua vez, dizem das representações do "ser jovem" neste município de Rosário das Almas² e que procurarei demonstrar a seguir.

NO CONTEXTO DE ROSÁRIO

Na divisão geográfica, o município pertence ao Alto Jequitinhonha – Minas Gerais. Originou-se da migração de ex-escravos e aventureiros à captura do ouro anunciado nas águas do rio *Capivari*, nos idos de

² Nome fictício adotado para preservar a identidade dos sujeitos sociais que fizeram parte da pesquisa.

1728. Atualmente conta com 15.225 habitantes.³ Os moradores das comunidades rurais vivem da agricultura de abastecimento e das migrações para outras regiões, enquanto driblam os longos períodos da seca nesse ambiente de *chapada*: terras planas e elevadas com limitadas nascentes d’água (Galizoni, 2000).

No topo da hierarquia social do município encontram-se: A) no rural: os proprietários de grandes extensões de terras, os fazendeiros (alguns falidos); os “gatos” (agenciadores de mão-de-obra para outras regiões, também chamados de encarregados de turma). Estes homens, chefes de família(s), exercem domínio no rural, no entanto, são pessoas que possuem moradia e trânsito de influências nas sedes (seja do município, seja nos distritos). B) no urbano (sede): os comerciantes; os que ocupam cargos de confiança na prefeitura local ou nas extensões distritais; os que se constituem na *intelligentsia* local, professores, padre, pastores, artistas, médicos, dentistas (2) e enfermeiros (alguns também são membros da irmandade religiosa de Nossa Senhora do Rosário).

Na base da pirâmide encontram-se: A) os pequenos lavradores que conseguem plantar e colher algum produto agrícola para abastecimento doméstico e comercializar o que “sobra do gasto”. B) os pequenos

lavradores que mal conseguem plantar e têm que viver das migrações sazonais em terras produtivas ou trabalhos assalariados nas cidades. Cabe observar que as dificuldades com o plantio e colheita, muitas vezes, também estão relacionadas as questões do solo, principalmente devido à proximidade ou não de lençóis d’água; e que estes pequenos agricultores podem, também, ser moradores na sede do município ou dos distritos e continuar migrando para os trabalhos nas usinas de cana-de-açúcar ou fazendas de café. Enquanto estão morando nas comunidades rurais, também há casos de famílias cujos filhos, crianças e jovens, são beneficiários de um programa de assistência mantido por uma entidade filantrópica

³ Fonte: IBGE, *Cidades@*, Censo demográfico 2000.

cristã que atua através de uma associação local de assistência ao trabalhador rural e à criança.⁴

Portanto, dessa categorização social foi que construí o meu universo de análise, entrevistei jovens e fiz observações empíricas junto a estes nos seus trânsitos internos, na sede e algumas comunidades rurais. Daí resulta a diversidade dos principais sujeitos da pesquisa devido às diferentes categorias sócio-econômicas da qual descendem.

Rosário das Almas apresenta-se em transformação, cujas consequências mais visíveis podem ser resultantes da crescente influência da televisão, do rádio, da estrada, e das migrações. Assim sendo, para este caso estudado também pode dizer que se trata de um município “rurbano” (Carneiro, 1998; Veiga, 2003), principalmente porque seus moradores vêm descobrindo as possibilidades de se apropriarem de valores e bens de consumo, assim como vêm rompendo com as “limitações” geográficas (rural-urbano) e construindo moradias também nas sedes (seja do município ou dos distritos), enquanto estão cotidianamente em constantes ir e vir. Até porque é na sede que podem ter acesso mais fácil à água, eletricidade, correio, escola, saúde (Veiga, 2003).

Deste modo, o que está em questão também diz respeito ao como entender municípios rurais como este de Rosário das Almas que se mostra em toda sua dinâmica social. Entender como os moradores (os atores sociais) estão elaborando, re-elaborando o trânsito cada vez mais fácil dos bens de consumo, dos modos de vida de ambos os universos, o rural e o urbano, principalmente no que diz respeito às experiências e representações da sexualidade frente aos valores subjacentes. O que se vem percebendo é que, talvez, as sutilezas nas diferenciações entre os membros de famílias que são pertencentes às comunidades rurais e membros de famílias que pertencem ao urbano do município são muito mais regidas por questões ligadas a oportunidades e escolhas dos membros fami-

⁴ Sobre esta associação ver o trabalho da dissertação de mestrado, *Sertão de Jovens: Antropologia e Educação*, editado pela Cortez Editora, Coleção Questões da Nossa Época, 2004.

liares do que, propriamente, devido ao pertencimento a um ou outro universo.

Desta maneira, observando-os vê-se que aqueles que já eram moradores do núcleo urbano, embora trabalhando na terra (de herança ou de aquisição posterior) são reconhecidos como sendo da “cidade”. Já aqueles que nasceram, cresceram, constituíram família em comunidades rurais são identificados como sendo da *roça*. No entanto, ocorre a mobilidade e estes transitam por um universo e outro sem maiores constrangimentos visíveis. Tal mobilidade fica ainda mais fortalecida através das relações entre amigos, vizinhos, parentes que se visitam e se socorrem nas dificuldades; e compartilham as alegrias, mas também tecem suas intrigas e promovem disputas, além das visitas ao Centro médico, recebimentos de valores na prefeitura e compra de mercadorias industrializadas por aqueles que moram nas comunidades rurais.

No âmbito de uma análise mais circunscrita, pode-se dizer que os moradores de Rosário das Almas constroem representações sociais, que operam as distinções entre os que são da sede e os que são das comunidades; porém, tal classificação não é imobilizadora, não os aprisiona em suas moradas, assim como não há entraves para as trocas simbólicas e dos valores. Se nas sedes estão mais presentes os produtos industrializados, os jovens e demais moradores identificados com os comportamentos citadinos, estes também aguardam e consomem os produtos agrícolas, esperam pela circulação⁵ e a solidariedade dos moradores que têm moradia nas comunidades rurais.

Deste modo, ao mesmo tempo em que os residentes na sede estimam a presença dos moradores das comunidades rurais, os que são ou estão nas sedes podem ser parte de uma rede de parentesco e integrar a *parentela*, numa perspectiva das relações sociais. Tal troca simbólica pode ser percebida durante os preparativos para os festejos da santa padroeira, Nossa Senhora do Rosário, quando os que moram na sede recorrem às comunidades para angariarem as prendas para os leilões e conquistarem

⁵ As sedes ficam mais movimentadas e menos desertas com a circulação dos moradores das comunidades rurais que, além da presença física, também consomem e dão lucro ao pequeno comércio local.

a ajuda de homens e mulheres mais experientes nos preparativos para a festa; ou mesmo em outros festejos religiosos. Nessa “movimentação em dupla direção” realimenta-se a sociabilidade rural. Assim, “(...) observa-se que as categorias ‘rural’ e ‘urbano’ assumem significado como uma realidade simbólica, construída por representações sociais, e não como uma situação observada sobre o plano espacial. (...)” (Carneiro, 1998, pp.174-175).

SER E NÃO SER “DA CIDADE”

Assim, o palco mais privilegiado desse processo seria a sede (tanto do município quanto dos distritos), sobretudo quando se pensa nos jovens. Pois, são estes que mais enfaticamente investem em articular comportamentos tidos por tradicionais e modernos, quando freqüentam as danceterias instaladas nas sedes – em algumas circunstâncias por moradores vindos “de fora” ou jovens que estavam morando fora e retornaram – e participam dos festejos e cortejos religiosos de Nossa Senhora do Rosário ou outros momentos e práticas de religiosidade, por exemplo.

Não obstante, de um lado, se há tal articulação, por outro no convívio entre os próprios jovens observa-se que há os que buscam diferenciarse ou demarcar terreno atribuindo características classificatórias àquele ou àquela como sendo “do rural” (das comunidades rurais ou *roça*) e os que são “da cidade” (da sede do município ou dos distritos). Tais classificações partem de comentários que contribuem ou somam à construção de estigmas sociais. De alguns depoimentos de jovens moradores da sede sobre os jovens que são das comunidades rurais, ouvi o seguinte: são “ignorantes”, “fechados” ou “desconfiados”; enquanto que os jovens das comunidades rurais, principalmente, os que não freqüentam as sedes com assiduidade dizem que “não se pode confiar em gente de cidade, não”.

Dáí vê-se que os filhos dos lavradores e camponeses com pouco convívio junto aos jovens que vivem nas sedes tendem a se mostrar mais reservados ou “desconfiados” quanto às amizades, por exemplo. Do outro lado, os jovens que querem ser vistos como modernos atribuem estigmas aos que não aderem a comportamentos e práticas de ousadia ou espontaneidade nas relações afetivo-amorosas ou mesmo de estética, como adereços e indumentárias que compõem a vestimenta que julgam estar na moda. Porém, tão logo os filhos de camponeses ousem e invistam em incorporar hábitos e técnicas corporais, tal como as vistas nos comportamentos dos jovens da sede, abafam o estigma, atenuam os conflitos e a distinção de pertencimento a uma dada localidade chega a confundir o observador; mas, mais ainda, a diminuir as possibilidades de uma análise com base no espaço geográfico dicotomizado “rural” e “urbano”, sobretudo quando se deita o olhar para as questões da sexualidade, valores e saberes.

Se nas relações interpessoais revelam os seus conflitos e tensões, é pouco provável que o espaço geográfico seja o que delimita a cultura ou o grupo social, enquanto que a força da mobilidade dos moradores desse município faz surgir cotidianamente o redescobrimento da corporeidade. Tratar a corporeidade é colocar em evidência o corpo enquanto matéria humana que se mostra como uma certeza sensível e visível. Neste sentido, se faz imprescindível à compreensão de uma dada situação consideradas as *relações intersubjetivas* em que os sujeitos vão construindo e refazendo os valores num interminável processo de interação (Santos, M. 2002).

Portanto, através de uma perspectiva caleidoscópica, com vistas a traduzir o sistema de reprodução social no qual estão inseridos estes jovens, o pressuposto que norteia o campo de análise diz da necessidade de compreender a experiência dos jovens e as identidades que ela forja. A experiência, desse modo, é vista como um processo vivido na heterogeneidade dos jovens, posto que a categoria juventude como categoria totalizadora não dá conta, uma vez que estes refletem, em diferentes contextos socioculturais, a diversidade de sua experiência e mobilidade, tais como:

- a) os jovens que estão na sede do município ou dos distritos de Rosário das Almas diferenciam-se entre os que nasceram e foram criados dos que vieram das comunidades rurais e estão vivendo com suas famílias na sede;
- b) os jovens que vêm das comunidades rurais e estão vivendo temporariamente nas sedes;
- c) os jovens que são das sedes e migram para outros centros urbanos e retornam;
- d) os jovens que migraram para cursar faculdade e retornam e se empregam;
- e) os jovens que migraram para cursar faculdade e retornam, mas não conseguem se empregar;
- f) os jovens das comunidades rurais que migram para outros campos (os da agroindústria) ou centros urbanos e retornam.

Neste sentido, em suas trajetórias de vida, estes jovens do município de Rosário das Almas podem ser agrupados em diferentes grupos e subgrupos, distintos da seguinte forma conforme sua vinculação ou desvinculação escolar (Silva, V. A., 2002, p.113):

A) Estudantes;

- A1) estudantes (sustentados pela família ou fazendo parte do programa de apadrinhamento ligado à Associação de Assistência ao Trabalhador Rural e à Infância)⁶ *com* ou *sem* experiência da maternidade e paternidade.

B) Não-estudantes;

- B1) não-estudantes-trabalhadores (migrantes sazonais ou não) *com* ou *sem* experiência da maternidade e paternidade, casados ou não.

C) Estudantes temporários (ou sazonais);

⁶ Cf. Silva, V., 2004.

C1) estudantes-temporários-migrantes (para os cortes da cana-de-açúcar ou colheita do café) *com* ou *sem* experiência da maternidade e paternidade, casados ou não.

D) Estudantes Formados;

D1) formados empregados, *com* ou *sem* experiência da maternidade e paternidade.

D2) formados e desempregados, *com* ou *sem* experiência da maternidade e paternidade.

Por isso, não trato da “juventude” – como se estivesse tratando de um todo homogêneo – mas sim, dos jovens de Rosário das Almas, jovens de origem rural, ancorada no reconhecimento individual desses sujeitos de que são ou não jovens. Quando se reconhecem como jovens e se iniciam na experiência da sexualidade, caminham para a transição para a vida adulta ou se precipitam na vida adulta. Assim como quando trato da contextualização da origem espacial dos sujeitos sociais, o “rural”, diz das comunidades rurais identificadas ao universo camponês; o “urbano” diz das sedes do município e distritos, ressaltando que elas são utilizadas pelos próprios moradores como “categoria operacional” para dizerem do mundo que está à sua volta.

Não obstante, seja em quais forem os espaços, a experiência da sexualidade mostrou-se central na construção identitária dos jovens, sobretudo quando em suas diferenças se descobrem com suas articulações nos “modos de ser, de sentir e de representar-se”. Daí que experiências com a gravidez, precoce ou não, e o questionamento da valorização da virgindade assumem outros enredos. Alguns dados de fecundidade⁷ demonstram os seguintes números em Rosário das Almas:

Quadro1: Fecundidade por situação de domicílio rural e urbano

Filhos tidos das mulheres de 10	Situação de domi-	Situação de do-
---------------------------------	-------------------	-----------------

⁷ IBGE – Censo Demográfico, 2000 (*Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA*). Tabela 1981 – Filhos tidos das mulheres de 10 anos ou mais de idade por situação do domicílio, tipo de nascimento e grupos de idade das mulheres.

anos ou mais de idade (Ano = 2000)	cílio/ Rural	micílio/Urbana
Grupos de idade = 10 a 14 anos	0	06
Grupos de idade = 15 a 17 anos	17	17
Grupos de idade = 15 a 19 anos	69	37

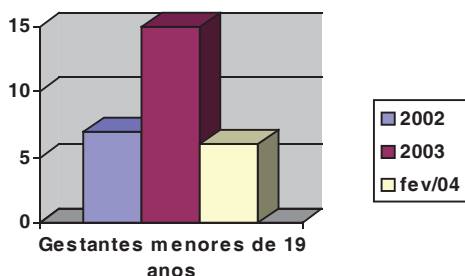
Na Secretaria de Saúde do município⁸ foi possível obter alguns números sobre a gestação entre moças menores de 19 anos que se apresentavam para os exames de pré-natal. Porém, saliento que apesar destes se mostrarem ascendentes, deve ser levado em consideração que tais informações não estão completas, uma vez que, nessa documentação, não constava se a gravidez foi levada adiante; a informação sobre os registros de abortos provocados, sendo que somente os abortos espontâneos foram registrados nos documentos das agentes de saúde⁹, assim como não foi possível saber se as gestantes eram solteiras, casadas ou *amasiadas*. Deste modo, os números de gestantes menores de 19 anos registrados no período de 2002 a fevereiro de 2004, foram: em 2002 = 07; 2003 = 15 e já fevereiro/2004 = 06. No gráfico, observar-se que mesmo não obtendo informações referentes aos meses restantes de 2004¹⁰, na comparação dos dados do ano de 2002 com os de apenas os 02 (dois) meses iniciais do ano de 2004, este último quase se iguala, em proporção, ao total de gestantes menores de 19 anos de idade no ano de 2002.

Quadro 2: Gestantes menores de 19 anos de idade

⁸ Sublinho que tal sistematização dos documentos – Formulário DATASUS – feita pela prefeitura local data dos dois últimos meses do ano de 2001 quando começam a implantar o PSF (Programa de Saúde Familiar) do Ministério da Saúde, Governo Federal, no município.

⁹ Importante salientar que tais anotações eram feitas a lápis, num canto da folha das anotações, quase como que se tal informação devesse ficar apenas à observação da agente de saúde, pois no documento oficial tais dados não constavam.

¹⁰ Uma vez que o mês de fevereiro (2004) foi a minha última visita ao campo de pesquisa.



Donde se pressupõe uma ambigüidade entre o dito e o vivido, o “ideal” e o “acontecido”; assim como uma “vigilância”, por parte dos pais, não tão rígida. Ou seja, existe a expectativa de uma “conduta ideal” e um comportamento real flexível coexistindo neste município, sem que isto isente seus moradores do conflito – ao contrário (Galizoni, 2000). E, portanto, decorrente disso talvez a questão da gravidez em idade precoce seja apontada como um “problema”, sobretudo para aqueles que representam instituições, tais como a escola, a igreja ou mesmo o sistema médico-hospitalar, por não corresponder a um padrão ideal.

As expectativas dos pais podem ser frustradas quando os jovens não correspondem àquilo que eles ensinam. Outros valores sobre sexualidade estão sendo incorporados ao universo juvenil – através dos meios de comunicação de massa, especialmente a TV. Em outras palavras, muitos pais esperam ver seus filhos casados, trabalhando, tendo filhos. Porém, com as transformações experimentadas pela sociedade, não raramente os pais podem ser surpreendidos com a notícia de uma gravidez precoce. Sendo que no município, a gravidez precoce é um acontecimento na vida dos jovens, da moça e do rapaz, que pode levar ao casamento, mas prioritariamente na vida das moças uma gravidez lhes dá um novo *status* social, o de mãe. Conseqüentemente, este *status* é também a entrada na vida adulta para estas jovens. O que não poderá ser observado para o rapaz que vive a experiência de paternidade sem o casamento com a mesma liberdade de quem não tem nenhuma responsabilidade sobre outrem.

A gravidez, caso ocorra antes do casamento, suscita reações variadas nas famílias: há as que apóiam e as que não apóiam o rapaz e/ou a moça. Com o apoio familiar há a reafirmação dos valores de solidariedade familiar, reforçando a idéia de família extensa (Fonseca, 1993). O casamento, por conseguinte, é “um” dos marcos de passagem para a vida adulta, somando-se a um marco de um conjunto mais correspondente para o rapaz que, para ser reconhecido como adulto, deverá conjugá-lo com a paternidade e o trabalho. Assim, para o coletivo, o nascimento de uma criança de pais solteiros tem igual valor como a passagem para o *status* de adulto, no caso das moças, sendo que tal aceitação e correspondência a esse *status* será mais ou menos visível conforme a descendência familiar, o grau de escolarização e origem espacial da moça. Ou seja, se da área urbana ou rural.

O que se observa é a predominância espacial da população em área rural, bem como de valores atribuídos e associados a este universo que são mantidos e realimentados pela família, tais como a reciprocidade e a expressão religiosa marcada pelo “catolicismo popular” – aquele que mescla a tradição da Igreja católica com outros cultos. Todavia, tal como nas palavras de Maria José Carneiro: “(...) dessa relação ambígua com os dois mundos resultaria a elaboração de um novo sistema cultural e de novas identidades sociais” (1998, p. 109). Assim, a família em Rosário das Almas participa dessa “relação ambígua com os dois mundos”, ao mesmo tempo em que “possui um duplo significado”, pois pode se “apresentar como conjugal do ponto de vista econômico, porém se define como a parentela” se vista pela perspectiva das relações sociais (Queiroz, M. I. P. de *apud* Galizoni, F., 2000, pp. 47-48).

Os JOVENS E A(S) FAMÍLIA(S)

Os jovens do meio rural estão, íntima e diretamente, ligados à sua família. Não são poucos os jovens de Rosário, no Vale do Jequitinhonha, que deixam suas casas para trabalhar em outras terras. Na maior parte

das vezes, os filhos são os primeiros a iniciarem-se no processo de migração, seja para ganhar a própria vida, seja para ajudar no sustento da família de origem. Há, porém, outras duas causas que podem ser somadas a essa demanda: a primeira é o pouco interesse para com os estudos (em alguns casos não se deve interpretar como pouca capacidade ou aptidão para a aprendizagem formal, ao contrário); a segunda, está diretamente co-relacionada com a primeira, pois diz respeito à pouca cobrança ou exigência que se faz aos rapazes com relação aos estudos, seja socialmente, seja através da família (Silva, V., 2004). O abandono ou a não conclusão dos estudos (muito antes que as moças) acaba por ser visto como um dos traços de masculinidade.

Estrategicamente, a distância e os longos tempos fora de casa¹¹ são vividos como uma forma de continuarem pertencendo ou vivendo em suas terras, pois como observa Margarida Maria Moura “quem é parente, ativa, à distância, essa condição” (1986:28). Neste processo, a presença feminina é de suma importância, pois a mulher muito tardiamente inicia-se na migração, principalmente a rural – rural (Silva, M. A. M., 1988; V. A. da S. 2000). Em dias atuais, observa-se que as mulheres migram, algumas com seus maridos e deixando os filhos, se ainda são pequenos, sob os cuidados de uma tia, uma parenta próxima ou uma comadre, por exemplo. Ou, para o caso de serem mulheres separadas, viúvas ou “viúvas de marido vivo”,¹² são elas também migrantes e levam consigo seus filhos. Observei que tal tipo de migração feminina predomina para as fazendas de café.¹³

¹¹ Em média, os trabalhadores migrantes ficam fora por um período de seis a nove meses, conforme a safra.

¹² Tal expressão é empregada na região para denominar a mulher cujo marido está vivo, mas que é migrante e está fora por muito tempo, ou que abandonou a ela e aos filhos. Ver também Silva, M. A. M. “Quando as andorinhas são forçadas a voar”. *XIII Encontro Anual da ANPOCS*, de 23 a 27 de outubro de 1989, Caxambu (MG), p. 27. (mimeo).

¹³ A pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva escreve que: “(...) nesta atividade, elas podem contar com a ajuda dos filhos menores, assim como podem levar os bebês de colo e deixá-los aos pés de café. Esta atividade oferece mais facilidades àquelas que estão amamentando os filhos. As mulheres com filhos menores, lactantes ou não, que se dirigem ao corte da cana, não podem levá-los ao trabalho (...)”. “Quando as andorinhas são forçadas a voar”. *XIII Encontro Anual da ANPOCS*, de 23 a 27 de outubro de 1989, Caxambu, MG. p. 27. (mimeo).

O dinheiro ganho pelos homens, mulheres e pelos jovens destina-se, na maior parte das vezes, à ajuda nas despesas da família. Os dados indicam que a família, seja qual for sua composição, conjugal ou extensa, mantêm-se unida, pois os laços que unem pais e filhos e outros parentes se fortalecem justamente no que poderia debilitá-los. Deste modo, a família é vista “como um valor, o valor-família, permanente no tempo” (Woortmann, 1990). Porém, mesmo em se tratando de um município rural, vê-se particularidades no interior das famílias, jovens que ora se rebelam frente a imposições do grupo social ou que ora tendem a corroborar o que este espera deles. Devo enfatizar a importância da casa de cada família como a representação de um espaço quase sacralizado no qual apenas seus moradores – ou, melhor, os pais – são os verdadeiros guardiões e podem ditar suas próprias regras.

Neste sentido, quando explodem os conflitos estes podem ter origem não entre o ideal e a realidade, mas sim entre idéias diferentes, entre o ontem e o hoje, entre aquele que conta com a autoridade da tradição e aquele que está apenas em vias de formação. Pais e filhos se confrontam quando os primeiros exigem um determinado comportamento, correspondente ao quando o filho ou filha não tinha ou pretendia ter independência. Tal exigência por parte dos pais diz respeito à relação que os jovens devem ter com o dinheiro ganho. Ou seja, na opinião de alguns pais, o dinheiro que o (a) filho (a) ganhou deve ser incorporado à família e ser administrado pelos pais. Por sua vez, é possível inferir que tal mentalidade encontra eco na herança de um modelo de família patriarcal brasileira na qual os filhos, dentro da estrutura do casamento, somam para a “manutenção de uma propriedade” (Corrêa, 1994). Um modelo que deve continuar sendo questionado, posto que quando se pensa sobre a família brasileira é importante considerar enquanto uma questão conceitual a “pluralidade de organização e a própria representati-

vidade do casamento” que o termo ‘família’ comporta (Sâmara, 1997 *apud* Fonseca, 1997).¹⁴

Nos dias atuais, em Rosário das Almas observa-se que a partir dessa tentativa de conquistar e preservar uma certa autonomia é que se formam os conflitos entre pais e filhos de origem rural, sobretudo quando estes (os filhos) passam a assimilar as representações simbólicas de ser jovem com direitos a ter seus espaços, seu ponto de vista particular, e questionam o “coletivismo familiar”, o trabalhar para “nós”, quando posso trabalhar para “mim” (Woortmann, K., 1990). Vale ressaltar que tais modelos de comportamentos são os dos centros urbanos que chegam às famílias rurais, principalmente através da televisão. Além do fato de que muitos jovens desse município do sertão mineiro estão em trânsito, no contexto do próprio município, pois dividem o espaço que se considera urbano (a sede) dos que são as comunidades rurais; ou através das migrações sazonais para trabalhar nos cortes de cana-de-açúcar ou colheita do café (migração rural – rural); ou, ainda nos deslocamentos para estudar, estudar e trabalhar ou pelo simples prazer de se aventurar em terras estranhas. Desse modo, esse movimento no campo das representações dos próprios moradores também pode ser interno: rural – urbano (os jovens das comunidades rurais para a sede), ou urbano – rural (jovens que vão trabalhar ou viver nas comunidades) ou urbano – urbano (jovens da sede que vão para outras cidades).

No que diz respeito à composição da família conjugal deste município, esta tem se mostrado com características que vão variando no tempo, no geral com um número de quatro filhos por casal. Há a predominância das mulheres “chefiando” os lares, sobretudo porque os mari-

¹⁴ “(...) Terá, portanto, o pesquisador que se defrontar com esses problemas, bem como com a questão da bastardia, dos concubinatos e das uniões esporádicas, que revelam imagens bem mais realistas do comportamento e do modo de vida da população do passado. A oposição de imagens é evidente – de um lado o casamento, a moral e própria submissão e a castidade da mulher; do outro, o alto índice de ilegitimidade, a falta de casamentos e a insatisfação feminina revelada nos testamentos e nos processos de divórcio. Obcecados pelo ideal de recato, moral e pureza, historiadores e romancistas exageraram nesse quadro, estabelecendo estereótipos que se enraizaram até o presente”. “Ser Mulher, Mãe e Pobre”. DEL PRIORI, M. (Org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 512-513.

dos são obrigados a se ausentarem por longos períodos, nos trabalhos da migração sazonal ou mesmo nos casos de abandono das mulheres e dos filhos, confirmam a predominância feminina. Deste modo, de uma boa parte dos jovens entrevistados, os relatos acerca da figura paterna me foram transmitidos indiretamente através dos próprios filhos ou pelas esposas. Mas, é importante sublinhar que mesmo que a família conjugal neste município de Rosário das Almas tenha um perfil dinâmico e não-linear, devido aos casos de abandono, separação, viuvez, disso resulta o fortalecimento do papel da mãe como aglutinadora da família. Vê-se que em muitos casos de viuvez ou mesmo de abandono, a mulher não se casa novamente. A esta costumam denominar de “viúva de marido vivo”. Viúvas por causa de morte, abandono ou por longo período distante do marido, estas mulheres, na maioria dos casos, criam toda a prole e permanecem em suas casas sem recorrer à casa de parentes.

No sentido de inchamento familiar, há casos de jovens, rapazes e moças que “engravidam” antes do casamento, por exemplo, implicando que os pais da moça ou do rapaz acabarão por incorporar a criança à família (isto no caso de não irem morar juntos), pois a coabitação (ou *amigamento*) é uma forma predominante de união, principalmente nas comunidades rurais, com perspectivas de virem a se legalizar. Fatores como pouca idade, desemprego ou mesmo desqualificação profissional fazem com que os jovens de origem rural, quando têm filhos fora do casamento, aumentem a família de origem, dando-lhe outro formato. Também há casos em que, a moça, não se casando, deixa o filho sob os cuidados dos pais (avós) e vai procurar trabalho, muitas vezes subempregos nas cidades de médio-grande porte para ajudarem “em casa”. Mas, todas essas hipóteses não anulam o fato de que, para muitos jovens, sobretudo para as moças, uma gravidez represente uma estratégia pré-matrimonial ou de “aliança” (Pina Cabral, 1996; Leal e Fachel, 1999); mas, especialmente, seja a realização do desejo da maternidade e de outra forma de inserção social.

Em Rosário das Almas, a família exerce grande influência sobre os jovens, inclusive em seus comportamentos diante de fatos do cotidiano, pois para estes, a mesma tem grande significado (Silva, V. A., 2000). Por isto, também partilho da idéia de *campesinidade* como a mais interessante, em termos de aproximação, para se pensar sobre os jovens de origem rural deste município. Neste sentido, a discussão sobre o rural, sobretudo a que vê seus agentes voltados à “pequena produção”, a “família como produtora de bens” e não como valor (Woortmann, 1990), configura-se numa poderosa armadilha para que a presença efetiva dos jovens (rapazes e moças) do universo rural seja anulada, ou ainda com que estes apareçam apenas como “aprendizes de agricultor” (Carneiro, 1998). O fato de ser filho de “pequeno produtor” rural faz de um jovem camponês? E se o jovem de origem rural não quer ser herdeiro, casar-se e continuar na terra?

A família constrói e transmite aos jovens “a história da terra” porque esta é a história da família e daqueles que vivem nas comunidades rurais e trabalham na terra. Assim, se tece junto aos que ficaram na terra as lembranças das saídas de alguns de seus membros, enquanto se reafirma a lembrança do trabalho realizado no passado. Tal argumento constrói o direito daquele que trabalhou na terra para que, em momento oportuno ou necessário, se saiba quem herdará a terra. Por isso não há tanta rigidez quanto aos processos de herança, uma vez que esta acontece no transcorrer da vida e dos movimentos dos membros da família. Deste modo, a instabilidade da vida familiar que leva às migrações, mais as alianças através do casamento, são fatores que estão intimamente ligados e que afetam este processo de herança da terra (Galizoni, 2000).

O que não quer dizer que o fato de alguns jovens não quererem “herdar a terra”, tampouco trabalhar na mesma, represente ou signifique que a “ética do trabalho” (Pais, 1998) esteja descartada para os jovens de origem rural; ou que o rapaz que migrou, tendo vivido um bom tempo fora e, já adulto e até casado, querendo voltar a terra, não encontre acolhida, ao contrário¹⁵. Ocorre que, muito provavelmente, a “ética do tra-

¹⁵ A pesquisadora Flávia Galizoni que também esteve pesquisando no município de Rosário das Almas sobre as questões de trabalho, família e ambiente registrou o seguinte sobre a reen-

balho” esteja ganhando outro significado diante do que é desejado, das escolhas ou mesmo frente às dificuldades de sobrevivência. Todavia, se na ordem dos fatores referentes à vida material e manutenção da família, os jovens vêem-se em encruzilhadas; também na vida afetivo-amorosa estas se traduzem através das muitas representações que brotam do “estar” nesta conjugação “rurbana” de vida.

Por isso, ao me propor falar sobre jovens de origem rural estou pensando num “corpo constituído” e plural, cujos jovens se apresentam em seus diferentes “modos de ser”. Jovens que, talvez, estejam mais próximos de ideais individuais (modernos e urbanos), mas, também, outros que desejam permanecer na terra e ficam, ou que querem, mas a realidade os impulsiona para uma ação oposta: a de deixar a terra migrando para outro centro urbano ou mesmo indo para a sede do próprio município; ou estabelecendo uma relação com a *roça* que é apenas de endereço. Enfim, são jovens que estão em processo de formação e, não obstante, assimilando e reelaborando os valores herdados. Neste caso e conforme já foi citado: “(...) o coletivismo interno começa a apresentar rachaduras que se expressam pela recusa dos filhos em aceitar o destino camponês” (Woortmann, K., 1990, p.54).

Simultaneamente, talvez seja possível afirmar que para muitos jovens desse município, antes (ou ao lado) da necessidade de ganhar dinheiro para colaborar com a família, migrar pode representar também o início de um outro processo: o de ganhar autonomia dentro do grupo familiar e fora dele, perante os pares, pois uma vez na migração sazonal, não se estranha se com uma certa idade (por volta dos 18-19 anos em diante) o rapaz esteja pretendendo *amigar*¹⁶ e, como no adágio popular “quem casa quer casa...”, também empreenda esforços na construção de

trada do herdeiro potencial: “... seu retorno e tentativa de efetivar sua herança, não é pacífico; muito pelo contrário, é extremamente tensa, uma verdadeira queda de braço que mescla astúcia. (...)” Citando um depoente do referido município este lhe diz o seguinte: “Os herdeiros têm direito [à terra] mas quando chegam o povo põe num lapeiro [lugar cheio de pedra]”. Assim não se pode negar o direito a terra a quem retorna, mas o herdeiro não tem direito a outras coisas como casa, gado e benfeitorias, adquiridos por meio do trabalho de quem ficou.” (2000, pp. 68-69).

seu novo lar, ou queira juntar dinheiro para adquirir outros bens de consumo, tais como motocicleta, aparelho de som, tênis, a calça *jeans* com etiqueta de marca. Portanto, vê-se que o trânsito dos jovens além de resultar numa estratégia de sobrevivência, amplia a capacidade de consumo e intensifica o “processo de individuação no interior da família” (Carneiro, 1998).

Neste sentido, sob os valores ditos tradicionais há momentos em que os jovens buscam se afirmar como um “corpo constituído”. Ou seja, descartando ou acrescentando elementos que irão compor uma maneira individual de ser, ver e sentir. Como isto entra em “negociação” com os valores estabelecidos no seu universo de origem, é outro ponto importante. Na vida coletiva, um bom espaço de observação são os momentos de festa, principalmente o da Festa de Nossa Senhora do Rosário, ou os bailes (em danceterias no núcleo urbano).

ENREDOS DE FESTAS: A FLUIDEZ NOS ESPAÇOS

A festa de Nossa Senhora Rosário é organizada pela Irmandade que recebe este mesmo nome. Esta é constituída, principalmente, por adultos, sendo que aos mais velhos é atribuída grande importância, pois são detentores da “tradição” e dos saberes que dizem respeito às práticas rituais. A presença dos jovens na Irmandade é pouco expressiva, muito embora esta observação seja oscilante, pois há anos em que dizem que está aumentado o número de participantes jovens. Todavia, quando estes são incentivados a participar, e uma vez participando, demonstram suas diferentes “maneiras de ser”, percebem que o “incentivo” consistia, na verdade, num teste: era o aprendizado dos jovens acerca dos valores e práticas “tradicionais” que estava sendo avaliado. A esse “teste”, respondem quase sempre com uma atitude ambígua: não rompem com a tradição, porém insistem em realizar as práticas tradicionais “de modo diferente”, o que dá origem a muitas tensões. Ou, no dizer de Fabre, se estabelece “uma relação paradoxal de solidariedade conflituosa”, pois, ao

¹⁶ Condição de quem passa a viver como marido e mulher sem oficializar a relação no civil ou religioso. Eventualmente empregam o termo “amasiar” como sinônimo desta condição.

mesmo tempo em que os adultos se oferecem para orientar os jovens, estes não param de resmungar ou de discordar do modo como os jovens realizavam suas tarefas (1996, p.57).

O que me leva a inferir que, se as experiências individuais não estão “soltas” nem acontecem sem a interferência das interações com outros indivíduos, tampouco sem as transmissões de normas pelas instituições, elas não são, porém, resultado única e exclusivamente destas instituições; são reflexos do convívio social e das múltiplas e incessantes leituras que os indivíduos fazem de si, das instituições e da sociedade como um todo. As experiências constituem os sujeitos e, portanto, contribuem para a formação identitária de cada indivíduo e em diferentes épocas, tempos e espaços.

Nos contextos das festas outros enredos são encaminhados. Enredos que dizem respeito às relações afetivo-amorosas. Assim, alguns jovens e adultos têm mais expectativas do que outros para a chegada das festas, pois esperam encontrar o par, esperam “ficar”¹⁷ com alguém. Por isso, após alguma festa sempre se encontra um conteúdo fecundo de histórias amorosas, ilusões, decepções, traições, mas sempre algo para se contar. Oportunidade da qual não me privei mantendo os ouvidos e olhos atentos; pois, ao que tudo indica há a preocupação de alguns pais, uma vez que na festa os atrativos e tentações são maiores, enquanto que para os jovens tudo pode começar a partir de um simples “ficar”. Tais histórias, muitas vezes, ganham domínio público através das fofocas sobre possível gravidez, de um par amoroso que se assume, um namoro que é desfeito ou que fica abalado. Estas servem para entreter, mas também para alertar os pais mais preocupados em evitar dores de cabeça, frente à constatação do desenvolvimento físico e biológico de seus filhos, mas não da segurança de seu amadurecimento emocional, da sua responsabilidade.

¹⁷ Expressão usada, principalmente pelos jovens, em contextos urbanos, e que indica um relacionamento amoroso de curta duração, em que se tocam, se beijam, se acariciam podendo ter relação sexual ou não (Silva, S., 2002).

Com efeito, as festas mobilizam os jovens, os adultos, mas principalmente aqueles que desejam encontrar futuros maridos e esposas ou, pelo menos, um namoro para compromisso. Estes são sonhos, mas enquanto eles não acontecem, os jovens querem circular e conhecer quantos puderem, principalmente se forem de fora, de outros distritos ou comunidades. Pois, se há um namoro com alguém que se foi e retornou, sabe-se da família da qual este ou esta descende e nisso há um pré-julgamento do jovem. Aos olhos dos pais isto é o mais desejável, principalmente se forem das comunidades rurais, mas é menos motivo de preocupação para os jovens que estão nos núcleos urbanos da sede ou dos distritos. Uma vez que namorar ou casar-se com alguém de fora pode ser motivo de prestígio, principalmente se acarretar ascensão social e representar modernidade (Motta, F., 2002; Pereira, J., 2002). Os jovens entrevistados de comunidades rurais não mencionaram sobre a exigência de se casar com moça da própria comunidade, mas sim com alguém de quem se goste, pois preferem “ouvir o coração”.

Há, ainda, uma questão de fundo, que novamente remete para o tema da herança da terra e do trabalho, e que coloca o casamento como um eixo articulador da vida de quem é lavrador, seja no alto Jequitinhonha seja em Rosário das Almas, uma vez que ele, juntamente com o trabalho e uso da terra, constrói e concretiza a herança (Galizoni, 2000, p.71). Então, neste sentido, o casamento, para quem é das comunidades rurais, é um trabalho, uma vez que quem não tem terras poderá vir a tê-las através das núpcias ou, ainda, quem já possui alguma gleba vir a aumentá-la (*Ibidem*). É mais freqüente que as moças ao se casarem passem a viver na gleba do marido; porém, há casos em que o rapaz não tem terra. Se a noiva tem, o futuro marido deverá construir na terra da mesma e ir viver com ela.

Muitos outros jovens migram do rural a outro rural (o campo da agroindústria). Não obstante, vão em busca da autonomia financeira, uma vez que esta é também a confirmação social de que o rapaz é responsável e capaz de produzir sustento a uma casa, o que o torna um “bom” partido para assumir um casamento. Neste caso, quando isso ocorre na vida dos rapazes, fica mais fortemente marcada a passagem

para o mundo adulto. Quando ele assume um lar, se auto-representa como adulto, conjugando a combinação de trabalho, casamento e a paternidade. Essa tríade também se dá como passagem para a vida adulta das moças, porém ser mãe já é o equivalente de adulez mesmo sem o casamento ou conjugabilidade. Perguntei à moça [16 anos] se ela se achava uma adulta, e ela não teve dúvidas: “Hum, Hum (riso) Por que a gente vai ser mãe, né. Aí, já é adulto”.

O que, por outro lado, é pouco associado, vivido ou cobrado dos rapazes, principalmente quando permanecem solteiros, mas tiveram a experiência de serem pais, tanto no rural como no urbano. Junto às moças que são do núcleo urbano, a experiência de ser mãe solteira também lhes confere o *status* de adulta; porém, o modo como elas vivem tal experiência difere das moças de origem rural. Uma vez que entre as moças das comunidades rurais observa-se um certo decoro e recato, principalmente se não têm marido, junto às moças do núcleo urbano, a gravidez fora do casamento não as retira da vida de sociabilidades, tal como os demais jovens solteiros, assim como das “paqueras”, dos “ficar”. Este comportamento, porém, não é isento dos comentários e das tensões.

Identifica-se também que, para as moças que são das comunidades rurais e vêm morar (temporária ou permanente) no núcleo urbano, os sentimentos de ansiedade para a iniciação sexual (e perda da virgindade) são vividas sob maiores pressões, sobretudo quando estas moças passam a ter amizades influentes com as moças que são do núcleo urbano; bem como quando se relacionam com os rapazes deste mesmo núcleo. Os depoimentos de algumas moças nascidas e criadas em comunidades rurais demonstram que elas procuram ter segurança e confiança no rapaz com o qual irão ter sua iniciação sexual, ainda mais porque há, quase sempre, uma certa desconfiança das moças dessas comunidades com relação aos rapazes que estão na sede. Julgam que eles só querem se aproveitar das moças e não querem compromissos. Enquanto que em relação às moças das sedes o comportamento é mais ofensivo junto aos

rapazes. O que não significa que elas deixaram de querer compromisso sério, uma vez que sonham em encontrar seu par; porém, enquanto isso não acontece, as moças também querem “ficar”, paquerar sem serem discriminadas. É quando começam as tensões.

Como já foi demonstrado, junto às moças que são do núcleo urbano (nascidas e criadas) percebe-se que a “vigilância moral” é vivida com uma relativa dose de transgressão, pois, uma vez incorporado os valores atribuídos ao universo citadino, veiculado pelos meios de comunicação (principalmente através da televisão), estas vivem mais livremente as experiências de sexualidade. Por outro lado, elas sofrem muito mais os efeitos das fofocas entre os moradores, a rede de parentela, sobretudo quando são mais ousadas e transgridem as representações do “bom” comportamento feminino, sendo o recato a principal delas. Nesse confronto, nos relatos das experiências de algumas depoentes verificou-se o choque com os valores citadinos e as representações de casamento presentes no município, implicando numa demarcação temporal dos jovens quanto ao tempo para casarem-se. Mas qual a idade “ideal” para o casamento? Há depoimentos que indicam que a idade considerada “boa” para uma moça casar-se está relacionada à vontade e inclinação masculina. O que os depoimentos revelam é que quando os moradores, os pais, são chamados a opinar ou aconselhar sobre o assunto, fazem tomando por base sua própria trajetória até a conjugalidade para dizerem da idade. Quando o depoente é a mulher, a opinião segue a escolha masculina. Desta maneira, não há um consenso, mas é possível perceber que, conforme as condições sócio-econômicas das famílias, se lavradores e moradores das comunidades rurais, a idade para uma união é bem menor para a moça (antes dos 20 anos) em relação ao rapaz que entra na conjugalidade um pouco mais velho (a partir dos 19 ou 20 anos).

Mas não são todas as moças de Rosário das Almas que buscam ter novas expectativas de vida através do casamento, mesmo que tenham que ir ao sentido contrário do que é mais constante ou linear nas trajetórias femininas. A experiência de uma depoente [27 anos, solteira, professora com formação universitária, moradora nascida no núcleo urbano] é um exemplo importante, porque diz dos casos que corroboram a diversi-

dade juvenil de Rosário das Almas e de alguém que se reconhece como jovem.¹⁸ Enquanto que para os demais moradores, incluindo outros jovens, a moça já estaria passando da idade do casamento e da maternidade. Esta trajetória individual soma-se à de outros jovens que saíram do município, temporariamente, para fazer faculdade¹⁹. Se, para alguns, sair para viver em outros centros não é tão fácil, retornar também não. Este é o conteúdo do depoimento da professora formada que dá aulas na escola estadual, na sede do município. Esta moça [27 anos] queixa-se das pressões que sofre por parte da família, da rede de amizades e até de seus próprios alunos, devido ao fato de “ainda” não ter se casado e tampouco arrumado um bebê. Ela, por sua vez, diz que sua visão de mundo se alargou e está muito complicada a volta à casa dos pais.

Em outras palavras, o fato dela não ter um bebê, um marido ou ambos, a deixa numa condição de “dependente” moral da família, uma vez que está entendido que há um tempo para se casar e/ou ter um filho. Deste modo, esta moça e outras que não se casaram não assumiram o *status* de mulher e adulta, são ainda jovens imaturas (Héritier, 1996). Por outro lado, quando o jovem viveu um tempo fora e retorna ao município, isso também lhe confere mais um elemento de diferenciação ou transgressão, principalmente às moças, posto que se instaura uma descontinuidade que marca a relação entre o (a) retornado (a) e o grupo. Neste sentido, pode-se entender que a moça citada, por exemplo, é alguém que inovou, pois deixou o seu grupo por um determinado tempo, mas por ter vivido em outro espaço, não compartilhou as experiências de tempo e espaço de origem. E, ao retornar, sofre com as tensões ou o choque do estranhamento.

O relato da depoente descortina uma mentalidade que perdura entre alguns moradores, sobretudo a população masculina e moradora

¹⁸ Na sua opinião isso está ancorado no fato de que ela se julga uma pessoa com pensamentos mais “avançados” em contraste com a mentalidade das pessoas do lugar que é, no seu dizer, “antiquada”.

¹⁹ Quando saem para cursar o ensino superior, as cidades escolhidas, quase sempre, são: Teófilo Otoni, Diamantina, Belo Horizonte e Minas Novas. Todas dentro do estado mineiro.

das comunidades rurais, sobre as moças que saem do município e vão viver em centros urbanos, como São Paulo e outros. Pois, ao que tudo indica, elas ameaçam o domínio masculino que prega a submissão da mulher ao homem, enquanto que no imaginário, vê-se a oposição ao de fora (outro município, centro urbano) como o moderno, portanto, cheio de apelos que desvirtuam a cabeça das mulheres do lugar (por acaso não desvirtuam a cabeça dos homens?). Dito em outras palavras, para alguns homens, as mulheres que vão para São Paulo quando voltam estão diferentes (Bison, 1995).

Portanto, as moças que saem e retornam ao município, dependendo do seu comportamento e das circunstâncias de vida da família seja na sede ou nas comunidades, poderão sofrer alguns estranhamentos ou até mesmo estigmas; o contexto da migração, da sua trajetória da saída, dará os elementos (aos que ficam) para que a moça ou rapaz seja visto como alguém que voltou “mudado”. Enfatizo que isto também poderá acontecer com relação às moças das comunidades rurais que vão morar (temporariamente) na sede do próprio município; mas o peso das comparações é menor, principalmente quando o estar na sede é apenas por uma contingência e a intenção da moça ou do rapaz é de retornar à casa da *roça*. Também encontrei moças (de comunidade rural) que migraram, mas mantiveram a intenção de se casar com alguém do município e retornaram. Para os moradores, estas não abandonaram o “jeito do lugar”.

AO SOM DA RÁDIO CURUTUBA

Alguns outros jovens dedicam-se ao aprendizado em locução na rádio “pirata” do município, localizada na sede, como no caso de um dos depoentes, um rapaz [16 anos, do núcleo urbano, estudante] durante o seu programa de rádio:

- Destaques da Curutuba.
- Qual o horário?

- Das sete as nove é só sertaneja, depois até meio-dia é mistura de ritmos.
- E como é que é isso?
- É qualquer ritmo de música, pode passar sertanejo, balanço, rock, qualquer música...
- E o quê que você prefere?
- (com sorriso) Ah, eu prefiro rock.

Em Rosário, o gosto pela música não é uma característica predominante somente entre os jovens, mas entre os demais moradores de um modo geral. Assim sendo, como diferentes sujeitos podem fazer uso dos diversos signos musicais e construírem de formas variadas o seu universo de significação, quando pergunto sobre seus gostos musicais as respostas demonstram atitudes específicas, pois dizem das emoções de cada pessoa. Como no caso exemplificado do gosto musical pelo rock que se correlaciona diretamente como uma demarcação preferencialmente juvenil e urbana, pois remete a um “pólo gregário de sociabilidades juvenis”, convidando os jovens à participação conjunta e envolvente e ao mesmo tempo dançante. Segundo José Machado Pais, “(...) a estrutura dos textos musicais, geralmente subordinados a formas de quadra e de refrão, bem como a utilização de freqüentes onomatopéias, incitam o auditório à participação, levam-no ao esquecimento momentâneo das normas e obrigações mais constrangedoras, gerando um espaço de ambivalência onde se joga um certo tipo de ascendência sobre a realidade e onde se vive a simbologia de um ritual que, de certa forma, corresponde ao apaziguamento ou à evasão do cotidiano” (1996, p.105).

A importância da Rádio para a cidade também tem ênfase nos aspectos sentimentais:

- Eu acho que isso aqui ajuda muito no desenvolvimento da cidade. Aqui, tipo assim, é onde o jovem expressa mais o seu sentimento através da música, através de tudo. Tipo assim, se você está meio caído você ouve uma música romântica; se você

está alegre você ouve aquele rock pesado, mesmo! Isso faz parte da vida da gente. Acho que a música ajuda muito. Desde pequeno eu gosto de música, então, isso aqui pra mim é minha paixão! Se eu pudesse, eu ficava aqui o dia todo, mas não tem jeito, não [16 anos, estudante, locutor voluntário, morador do núcleo urbano].

Com isso, ao relacionar diferentes tipos de música a determinados estados emocionais, os jovens transportam-se de níveis da realidade aos níveis da fantasia. A rádio Comunitária veicula informações de utilidade pública, como recados aos moradores das comunidades rurais, informações que são de caráter de saúde pública, em formato de comunicados para vacinação ou comparecimentos ao Centro Médico; às vezes, recebe algumas cartas de amor que são deixadas – de maneira anônima, pois não se identifica quem as deixou e, muitas vezes, estão sem assinatura – para serem lidas por um determinado locutor e em determinado horário, no programa preferido por quem a deixou e, talvez, de alguém para quem a carta é destinada. Além, claro, de receberem mensagens das fãs com dedicação de música ao seu locutor preferido e para todos os ouvintes. Os locutores desta rádio, na maioria, são jovens, há moças e rapazes, alguns vêm de comunidades rurais e estão vivendo no núcleo urbano (temporariamente) para estudar. Aprendem através da prática, vendo e ouvindo um outro locutor que é também aprendiz, pois não há profissionais trabalhando, mas com um pouco mais de experiência; aventuram-se e descobrem o talento para a locução. Descobrem o potencial da voz, gesticulam e articulam as palavras para melhor serem compreendidos por seus ouvintes. Assim, os jovens locutores expressam-se e emprestam sua voz à exposição dos afetos guardados em segredo, reprimidos no anonimato de quem o declara, assim como a quem é destinado tal sentimento amoroso-passional, enquanto aprendem e também se divertem.

EM BUSCA DA AUTONOMIA

Os jovens, rapazes e moças, que vêm das comunidades rurais e residem, mesmo que temporariamente, na sede para continuarem os estudos, podendo vir a combinar atividades de estudo e trabalho (remunerado), em algumas vezes têm uma casa que é da família para viverem na sede. E também acabam tendo que arrumar algum trabalho na casa de família como empregada doméstica, no caso de algumas moças, enquanto que os rapazes acabam indo trabalhar como entregadores nas casas de comércio. Nessa condição os jovens vivem experiências de serem subordinados, mas, sobretudo de serem explorados em sua capacidade de trabalho, pois, sob os domínios da extensão doméstica e familiar, reproduz-se a lógica de reciprocidade que é transposta às relações empregatícias; porém, com o agravante de que o empregador age como se estivesse fazendo algum tipo de “favor” por “ensinar” os jovens das comunidades rurais; ou, por lhes ensinar algum outro modo de trabalho que julgam ser melhor. Logo, repõe a lógica de que o trabalho do jovem é uma espécie de “ajuda” (Garcia Jr., 1983).

Esta saída da casa dos pais para continuarem os estudos pode ser exemplar e responsável por uma das primeiras práticas rituais dos jovens que se soma à trajetória sexual, posto que os jovens passam ao convívio mais intenso com outros jovens e nestas trocas dão os passos rumo ao processo de iniciação sexual e do desempenho sexual, posteriormente. Outro fluxo de saída da casa dos pais se dá através da entrada no processo da migração sazonal. Porém, esta saída para o processo da migração sazonal (rumo aos campos da agroindústria), para além do aspecto de trabalho assalariado e complementação da renda familiar, enquanto possibilidade de realização de prazer e diversões, mostra-se reduzido, mas não diminuto quanto à possibilidade do rapaz ou da moça vir a encontrar alguém por quem se apaixonar. Se for possível uma generalização entre estes jovens, a entrada na vida sexual pode se dar de duas maneiras: a) diretamente através do *amigamento* (mais recorrente) ou da união legalizada. Neste caso, ainda pode ocorrer de ser a moça inexperiente nos assuntos do sexo; b) um pouco mais demorada e exploratória, mas com

vistas ao compromisso da união consensual ou legalizada. Compromisso este que poderá ser mais demorado entre os jovens que são migrantes das sedes para outros centros ou mesmo para as fazendas da agroindústria.

Todavia, a saída “provisória” da casa dos pais com vistas à realização da combinação de estudo e trabalho, ou somente do trabalho, também obedecem a singularidades das histórias dos sujeitos e que, por sua vez, estão intimamente ligadas à família de origem. Assim, observei que nos fluxos migratórios internos (das comunidades rurais para a sede) as moças e os rapazes vivem experiências que correspondem a situações nem sempre satisfatórias devido às dificuldades com o espaço e o tempo próprio de adequação de cada um destes jovens, nas interações de amizade, “ficar”, paquerar, a transição para a sexualidade genital, o sexo, propriamente, acaso já não tenham iniciado no seu próprio espaço de origem.

Nessa construção da autonomia sexual, a sexualidade genital tem um papel bastante importante, por isso também há um maior grau de dificuldades, posto que há as tensões internas na constituição de uma esfera privada das relações de amizades. Notei entre as moças das comunidades rurais vivendo na sede, portanto, maior receio quanto ao ficar grávida, e, por outro lado, o sentimento de “culpa” quando se iniciam sexualmente e não sentem segurança de virem a casar-se ou ter um compromisso de namoro com o rapaz. Há um descompasso entre a informação adquirida acerca dos usos de métodos anticoncepcionais e a incorporação destes na vida sexual dos jovens enquanto prática rotineira. No mesmo sentido, tal descompasso se dá com os rapazes, somado ainda ao fato de que o machismo ou a idéia de que o homem, o rapaz, estará “imune” às ameaças desta ordem, no caso das doenças sexualmente transmissíveis. Concomitantemente, o rapaz “virgem” sofre o incômodo das pressões por parte de outros jovens mais velhos (ou que já se iniciaram na vida sexual), para se iniciarem sexualmente.

Sendo assim, quando se iniciam sexualmente vê-se que a identidade masculina fica muito mais fortalecida, sendo, portanto, mais um “rito de passagem”, pois quando se deixa de ser virgem comprova-se para si a

sua virilidade, confirmação privada e que, em muitos casos, deve se tornar pública frente aos pares. A ansiedade para a comprovação da virilidade do rapaz leva-os, em alguns casos, a assumirem posturas difamatórias ou vantajosas sobre seu desempenho na conquista de alguma moça. Ou seja, os rapazes ao tecerem fofocas inibidoras contra as moças visam a corresponder aos estereótipos associados à masculinidade. Associados a isso entram também os descuidos e riscos com o corpo, o seu próprio e o da moça, quando desconsideram a prevenção de doenças e da gravidez indesejada. Nessa mesma lógica, agindo assim também estão correspondendo aos padrões de comportamento masculino correspondente às gerações de seus pais e avós. A virilidade se comprova também através do exemplo do filho gerado.

Nas sedes, alguns jovens esperam um tempo maior para darem início à relação sexual e preferem outros contatos corporais e carícias íntimas que se realizam em encontros menos intensos e sem compromisso de parceiros fixos. Os jovens que estão na sede, portanto, aderem mais ao “ficar” até se resolverem por uma relação mais estável. Mas a ansiedade do rapaz para ter a experiência genital exerce maior pressão na relação com a moça. Na maior parte dos jovens com os quais conversei percebi que as moças querem demorar mais para terem relações sexuais, ao contrário do rapaz. Elas querem ter segurança, enquanto que os rapazes, na maior parte das vezes, apenas querem ter a comprovação de sua potência viril. Mas tanto para as moças quanto para os rapazes a influência dos (as) amigos (as) do mesmo sexo são importantes para a entrada na iniciação sexual. Nas sedes nota-se maior investimento na realização do prazer e da diversão; bem como, a esta recorrem os jovens das comunidades rurais para se divertirem.

Não obstante, o contexto mundial de preocupações acerca da epidemia da contaminação HIV/AIDS traduz-se em atenções, cada vez maiores, com a iniciação sexual e a sexualidade e, neste sentido, tais preocupações fazem parte dos temas centrais da Secretaria de Saúde e da escola de Rosário das Almas, como questão social, mais do que moral e

política. No entanto, não se pode pensar apenas como uma problemática da saúde pública e que, portanto, deverá ser vista apenas sob o ângulo das orientações preventivas de base fisiológica, se não se articular a cultura e identidade com corpo e saúde. Sobretudo, quando nesta articulação há questões que dizem de um contexto de precariedade e vulnerabilidade material e emocional, de relações assimétricas de gênero, como no caso de Rosário das Almas.

Isto posto, penso que este município rural ou “rurbano” traduz-se na representação de um universo rural que se complexifica cada vez mais, sobretudo, porque diz das transformações que a família rural está vivendo, implicando em reposições e deposições de práticas no universo das relações familiares e da interação conjugal, derivados de outros fenômenos sociais que apontam para um maior controle da natalidade, mudanças nas esferas do trabalho, as dificuldades de se viver da agricultura impulsionando homens e mulheres e jovens a outras estratégias de trabalho. Porém, competem para tais sedimentações dessas transformações entraves sociais que correspondem ao convívio de tipos de representações distintas acerca do casamento, do tipo de organização familiar que se pretende reproduzir. Neste sentido e na medida em que os jovens estão tendo outras opções, começa também a se instaurar a diversificação das condutas sexuais.

Em suma, entre os jovens de origem rural, há o predomínio da antecipação à vida adulta, principalmente entre aqueles que desistem do projeto da conclusão ou do prolongamento da escolarização. De outro lado, porém, estão os jovens que intensificam e diversificam seus trânsitos de vida, seja entre as sedes locais e as comunidades rurais e também outros centros urbanos, em combinação com as experiências de estudo e trabalho. Estes jovens estão prolongando o tempo para a entrada na conjugalidade, assumindo outras responsabilidades e/ou irresponsabilidades em combinação com práticas de vida de maior direito à diversão, lazer e prazer. Neste sentido, o ser jovem em Rosário das Almas não está associado à categoria de idade, mas à responsabilidade assumida através da maternidade e/ou conjugalidade para as moças e da combinação da paternidade, trabalho e casamento para os rapazes. Todavia, há

aspectos sutis que apontam para outras transformações na ordem das relações homem/mulher, rapazes e moças, através da individualização destes sujeitos e conseqüente autonomização da sexualidade, despregando-se da procriação enquanto uma “obrigação” social. Mas isto está, também, ancorado a fatores que dizem respeito ao nível de escolarização, emprego e maior mobilidade social.

Para finalizar, se as experiências da sexualidade dos jovens, em trânsito entre campos e cidades, está suscitando transformações nas famílias rurais, estas estão ocorrendo, paulatinamente e de modo sutil no âmbito das relações entre pais e filhos de Rosário das Almas. Donde se pode extrair a síntese de que está havendo maior tolerância por parte dos pais e adultos diante da reivindicação, às vezes silenciosa, de maior liberdade e oportunidades de diversão, lazer e prazer. Portanto, numa lógica invertida, na comparação entre os jovens rurais e os jovens urbanos, os jovens rurais de Rosário estão construindo ou reivindicando a condição de “ser jovem” tal como os jovens que vivem nos centros urbanos do país. Talvez seja o caso de dizer que eles estão descobrindo que podem ser jovens, distendendo o tempo da entrada na vida adulta; ampliando sua visão de mundo, principalmente, quando avançam nos estudos, os jovens vão expressando novos modos de viver e romper com o cerco de poucas oportunidades que o município lhes impõe. Porém, é a partir das situações estudadas que se vê surgir diferentes grupos de jovens e, neste caso, esta pesquisa demonstrou que, tal como se observa nos centros urbanos, o rural é, nos dias atuais, uma realidade social constituída também da diversidade juvenil.

ABSTRACT: This study was done with younglins of rural background who live in a county at the Vale do Jequitinhonha – MG, BRAZIL. The main social subject's ages range from fourteen to nineteen years old and their life's experiences were made among the rural and the urban contexts. Others younglins of higher ages were also studied and interviewed. The reports, made by younglins and adults, on their experiences with sexuality, the reproductive health and the questions related to the prevention of sexually transmitted diseases are all values of the subjects researched, upon which the coletive and gerational

values are contrasted with the individual values, and the subsequent reframing of the rural families' structures.

KEYWORDS: experiences; representation; younglins of rural; sexuality; family; Vale do Jequitinhonha - M.G.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. [et al.] *Juventude e Agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.
- ALMEIDA, A.M. de, “Sociedade patriarcal rural, feminismo e educação no século XIX” in SANTOS, R.; CARVALHO, L.F. de; SILVA, C.T. da, (orgs.) *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, pp.21-34.
- ALMEIDA, M. W. B. de. “Redescobrimdo a família rural”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Número 1. Vol. 1, junho de 1986, pp.66-83.
- ALVIM, R., FERREIRA JR., E., QUEIROZ, T. (orgs.) *(Re)construções da juventude: cultura e representações*. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2004.
- ARILHA, M. “Homens: entre ‘zoeira’ e a ‘responsabilidade’”. ARILHA, M., RIDENTI, S., MEDRADO, B. (orgs.) *Homens e Masculinidades: outras palavras*. Eccos Editora 34, pp.51-77.
- ARILHA, M. e GALAZANS, G. “Sexualidade na Adolescência: o que há de Novo?”. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – Unesco – Brasília: CNPD, Vol. II, 1998.
- BARROS, M. L. de, *Autoridade & Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BENJAMIN, W. “Experiência e Pobreza” e “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Obras Escolhidas; v.1).

- BÉRARD, M. “Ruraux: des jeunes comme les autres, dans un milieu spécifique”. *Pour n° 109 – Monde rural: le retour des jeunes. novembre-décembre*, 1986, pp.42-45.
- BERQUÓ, E. “Quando, Como e Com Quem Se Casam Os Jovens Brasileiros”. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Vol. 1. CNPD – Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Brasília, maio de 1998, pp. 93-107.
- BISON, W. P. *A Volta por Cima: Mulheres migrantes entre o Vale do Jequitinhonha e São Paulo*. FFLCH / USP. Dissertação de Mestrado. São Paulo, agosto, 1995.
- BOFF, A. de M. “O afeto na voz e no corpo”. LEAL, O. F. (org.) *Corpo e Significado (Ensaio de Antropologia Social)*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, pp. 229-259.
- BOURDIEU, P. *a Dominação Masculina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.
- BOZON, M. *Sociologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CALAZANS, G. “Os jovens falam sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva: elementos para a reflexão”. ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.) *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; São Paulo: Instituto Cidadania, 2005.
- CAMARANO, A.A. “Fecundidade e Anticoncepção da População Jovem”. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*, Brasília: CNPD – Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, Volume 1, maio de 1998, pp.109-133.
- CARNEIRO, M.J. “O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”. DA SILVA, F.C.T., SANTOS, R., COSTA, L.F.de C. *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

- CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CORRÊA, M. “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”. ARANTES, A. A. [et al.] *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, pp. 15-42.
- COSTA, R. G. “Paternidade: ideais e possibilidades”. *XXIV Encontro Anual da ANPOCS – GT 05: Família e Sociedade*. (mimeo).
- DUBET, F. *Sociologia da Experiência*. Instituto Piaget. Lisboa, 1994.
- DURHAM, E. R. “Família e Reprodução Humana”. *Perspectivas Antropológicas Da Mulher 3*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1983, pp. 13-44.
- ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. “Introdução: Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders”. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- EPSTEIN, A. L. “Gossip, Norms, and Social Network”. *Scenes from African Urban Life: Collected Copperbelt Papers*. Edinburgh University Press, 1992.
- FABRE, D. “Ser jovem na aldeia”. *História dos Jovens (vol.2)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.49-81.
- FERREIRA, V. S. “Atitudes dos jovens portugueses perante o corpo”. PAIS, J. M. e CABRAL, M. V. (Coords.) *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo (Resultados de Um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000)*. Secretaria de Estado da Juventude e Desportos. Instituto Português da Juventude (IPJ). Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003, pp. 265-366.
- FLANDRIN, J-L. *O Sexo e o Ocidente: Evolução das atitudes e dos comportamentos*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.
- FLITNER, A. “Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude”. BRITTO, S. de (org.) *Sociologia da Juventude I (da*

- Europa de Marx à América Latina de hoje*). Rio de Janeiro: Zahar Editores, s/d., pp. 37-67.
- FONSECA, C. “Ser Mulher, Mãe e Pobre”. DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 510-553.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GALIZONI, F. M. *A Terra Construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia Social. F.F.L.C.H./USP, 2000.
- GARCIA JR., A. R. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, A. *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GODOI, E.P. de, “O sistema do lugar: história, território e memória no sertão”. NIEMEYER, A.M. de, GODOI, E. P.de, (orgs.) *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, pp. 97-131.
- GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Lisboa, Editora Nova Guanabara, 1988.
- GOLDANI, A. M. “As Famílias no Brasil Contemporâneo e o Mito da Desestruturação”. *Cadernos Pagu (1) de Trajetórias e Sentimentos*. Núcleo de Estudos de Gênero/ Unicamp, Campinas, SP, 1993, pp. 67-110.
- GRIMBERG, M. “Iniciación sexual, prácticas sexuales y prevención al VIH/SIDA em jóvenes de sectores populares: um análisis antropológico de gênero”. *Horizontes Antropológicos “Sexualidade e AIDS”*, Porto Alegre, ano 8, n. 17, pp. 47-75, junho de 2002.

- HEILBORN, M. L. (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. (et al.) “Aproximações Socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência”. *Horizontes Antropológicos “Sexualidade e AIDS”*, Porto Alegre, ano 8, n. 17, pp. 13-45, junho de 2002
- HÉRITIER, F. *Masculino/ Feminino: o Pensamento da diferença*. Instituto Piaget. Lisboa, s/d.
- IBGE, *Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) - CENSO DEMOGRÁFICO*, 2000.
- _____. *Cidades @*, CENSO DEMOGRÁFICO, 2000.
- JARDIM, D. F. “Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos”. LEAL, O. F. *Copo e Significado (Ensaio de Antropologia Social)*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, pp. 189-201.
- LEAL, O. F. e FACHEL, J.M.G. “Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais”. HEILBORN, M. L. (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1999, pp. 96-116.
- LEVI, G. e SCHMITT, J.-C. *História dos Jovens (2) – A Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MANNHEIM, K. “O problema da juventude na sociedade moderna”. BRITTO, S. da. (org.) *Sociologia da Juventude, I (da Europa de Marx à América Latina de hoje)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, s/d., pp. 69-94.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MOTTA, F. de M. *Gênero e Reciprocidade: Uma Ilha no Sul do Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Departamento de Antropologia do I.F.C.H., da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2002.
- NAIRN, K. [et al.] “Desestabilizing Dualisms: Young people’s experiences of rural and urban environments”. *Childhood: A Global Journal of Child Reserch*. Vol. 10 – 2003 – Sage Publication (February 2003).
- OLIVEIRA, P. de S. *Vidas Compartilhadas: Cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 1999.

- PAIS, J. M. (org.) *Gerações e Valores Na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, novembro/1998, pp. 20-53.
- _____. “Nas Rotas do Quotidiano”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 37, junho, 1993, pp. 105 – 115.
- _____. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.
- PARKER, Richard G. *Corpos, Prazeres e Paixões: A Cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.
- PINA CABRAL, J. de. *Filhos de Adão, Filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- PEREIRA, J. “Gênero e sua Relação com a representação de campo e cidade no imaginário de jovens rurais”. GT 2: Gênero e Desenvolvimento Rural. *VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural* (ALASRU). Porto Alegre, de 25 a 29 de novembro, 2002. (mimeo).
- PORTO, L. de M. *A Reapropriação da Tradição a partir do presente: um estudo sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte (MG)*. Dissertação de Mestrado. UnB, Departamento de Antropologia, 1997.
- RIBEIRO, R. “O amaziamento e outros aspectos da família no Recife”. *Antropologia da religião e outros estudos*. Recife: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982, pp. 59-70.
- SANTOS, M. “O Lugar e o Cotidiano”. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, pp. 313-330.
- SARTI, C. A “A família como ordem moral”. *Cadernos de Pesquisa. Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*. Fundação Carlos Chagas, n.91, nov. 1994, pp. 46-53.
- SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

- SCOTT, J. W. “Experiência”. DA SILVA, A.L., LAGO, M. C. de S. e RAMOS, T. R. O. (orgs.) *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editoras Mulheres, 1999, pp. 21-55.
- SILVA, M. A. M. Como “expulsar o camponês” do proletário. *Travessia – Revista do Migrante*. Publicação do C.E.M. – Ano III, nº 08, setembro-dezembro/1990.
- _____. Em busca de um tempo e de um lugar perdido. *De Fato – Revista Trimestral da Central Única dos Trabalhadores*. Brasil, Ano 2, nº 03 – São Paulo, março-maio, 1994.
- _____. “A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas à proletárias”. *Travessia – Revista do Migrante*. Publicação do CEM – Ano I – nº 01, Maio/Agosto/1988.
- _____. “Quando as andorinhas são forçadas a voar”. *XIII Encontro Anual da ANPOCS*, de 23 a 27 de outubro de 1989, Caxambu (MG).
- SILVA, S. P. da, “Considerações sobre o relacionamento amoroso entre adolescentes”. *Caderno Cedes 57 – Educação, Adolescências e Culturas Juvenis*. 1ª ed., agosto/ 2002, pp. 23-43.
- SILVA, V. A. da, “*Eles não têm nada na cabeça...*”: *jovens do sertão mineiro entre a tradição e a mudança*. Faculdade de Educação. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- _____. *Sertão de Jovens: Antropologia e Educação*. São Paulo: Cortez Editora, 2004. – (Coleção questões da nossa época).
- STRATHERN, M. “Necessidade de Pais, Necessidade de Mães”. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 3, 2: 303-329.
- THOMPSON, E.P. “O Termo Ausente: Experiência”. *A Miséria da Teoria* (1978).
- TRIGO, M. H. B. “Amor e Casamento no Século XX”. D’INCAO, M.A. (org.) *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989, pp. 88-94.
- VALDÉS, X. “Masculinidad en el mundo rural: realidades que cambian, símbolos que permanecen”. OLVARRÍA, J.; PRRINI, R. (eds)

- Masculinidad/es. Identidad, sexualidad y familia*. Primer Encuentro de Estudios de Masculinidad. Santiago, Chile: FLACSO – Chile/Universidad Academia de Humanismo Cristiano/Red de Masculinidad, 2000, pp. 29- 46.
- VARAGNAC, A. “As categorias de idade numa sociedade tradicional”. BRITTO, S. de. (org.) *Sociologia da Juventude, III (a vida coletiva juvenil)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, s/d. pp. 15-29.
- VEIGA, J. E. da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- WANDERLEY, M. de N. B. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo”. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Revista Semestral, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ), Outubro de 2000, número 15, pp.87-145.
- WOORTMANN, E. F. e WOORTMANN, K. *Amor e Celibato no Universo Camponês*. Campinas: NEPO: Unicamp, 1990.
- _____. “Fuga a Três Vozes”. *Anuário Antropológico/91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, pp. 89-137.
- WOORTMANN, K. “‘Com Parente Não se Neguecia’, o campesinato como ordem moral”. *Anuário Antropológico/87*. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990, pp.11-73.

JOVENS RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS PARA A MODERNIDADE

*José Carlos Alves Pereira**

RESUMO: O debate contemporâneo sobre agricultura familiar no Brasil revela que muitos agricultores reelaboram e criam estratégias de produção e reprodução social alternativas ao modelo produtivista. Uma estratégia é a pluriatividade. Ademais, emergem problemáticas como a dos jovens rurais com poucas perspectivas de permanecer habitando e trabalhando no campo em contextos sociais adversos à agricultura familiar. A partir dessa conjuntura, investiga-se as possibilidades dessa agricultura na perspectiva de jovens rurais em contextos de pluriatividade e modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; pluriatividade; jovens rurais; modernidade.

1 - INTRODUÇÃO

Nesse ensaio, meu objetivo é procurar refletir sobre o lugar da agricultura familiar, bem como das atividades não-agrícolas na perspectiva dos jovens rurais em contextos sociais de estímulos políticos e econômicos reduzidos à essa forma de produção e vida. Desenvolverei uma reflexão, cuja hipótese é que, não obstante a importância dos arranjos institucionais voltados para o setor, eles não descortinam para os jovens agricultores possibilidades plenas de suceder aos seus pais na propriedade familiar. Constatado isso estaríamos diante de uma contradição política e social da modernidade cuja prerrogativa fundante

□ Mestrando do programa de pós-graduação em Sociologia – IFCH/Unicamp; Bolsista Fapesp, 2005/2007; membro do CERES – Centro de Estudos Rurais da Unicamp.

é a afirmação e o bem estar social dos indivíduos em parilha com o desenvolvimento das forças produtivas.

Na análise desse processo, privilegiarei as ações do Estado, da família e as perspectivas individuais dos jovens agricultores como universos distintos, mas não desconexos na elaboração das estratégias coletivas e individuais. Isso permitirá compreender também como esses atores percebem e reagem às transformações políticas, sociais, culturais e

econômicas que não determinam exclusivamente, mas influenciam fortemente seu modo de vida social.

2 – IDENTIDADE, QUESTÃO AGRÁRIA E PLURIATIVIDADE: NOVOS E VELHOS TEMAS NA MODERNIDADE

O debate contemporâneo sobre as questões suscitadas pela agricultura familiar no Brasil, entre outras, revela duas questões chaves para a compreensão do verdadeiro estado da arte da dinâmica do meio rural brasileiro. Uma questão se refere à identidade dos sujeitos/atores sociais envolvidos com a atividade agrícola no bojo de processos socioculturais que indicam diversas transformações que perpassam o hábito e pensamento de indivíduos e instituições. A outra diz respeito às estratégias de reprodução social dos pequenos agricultores diante do seu acesso limitado à tecnologia e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura de base familiar.

a) Identidade social dos pequenos agricultores

A primeira questão diz respeito à identidade social dos pequenos agricultores que organizam e desenvolvem suas atividades agrícolas a partir de sua base familiar¹. A indagação que se faz é, quais desses sujei-

¹ Nessa questão de identidade há ainda outra problemática, não menos pertinente, acerca dos grandes produtores rurais fortemente capitalizados. Alguns autores apontam que há uma forte tendência de unificação da burguesia (atuação concomitante de um burguês, ou grupo de burgueses em diversos setores da economia como agropecuária, construção civil, comunicações, etc.) (Miglioli, 1998, pp.35-50). Assim, as questões de identidade não são exclusivas dos pequenos, mas também dos grandes agricultores, posto que a burguesia rural está envolvida

tos, e sob que circunstâncias podem ser identificados como camponeses, no sentido clássico que o termo denota (organização do trabalho, da vida política

e social com instrumentos e valores morais destoantes dos padrões capitalistas, como a intensa produção de mercadorias), e quais seriam agricultores familiares no sentido moderno do termo (organização do trabalho com novas tecnologias, mudanças de hábitos, de expressão cultural, constante produção de mercadorias) dispostos a estabelecer fortes vínculos com o mercado e se distanciando, paulatinamente, da sua matriz social, o camponês?

Contudo, essas constatações não podem ser generalizadas, pois nem sempre é fácil de identificar – na prática – quem é camponês e quem é agricultor familiar. Alguns autores (WANDERLEY, 2001) indicam que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês². Há ainda a questão da operacionalidade conceitual

dos termos camponês e agricultor familiar. A idéia é que o termo camponês não dá mais conta de traduzir o modo de vida dos pequenos agricultores na sociedade capitalista moderna que elege o mercado como o principal locus de sociabilidade de seus indivíduos. Assim, o conceito de camponês teria se tornado inoperante, e esse agente social tradicional teria se diluído no caldo da modernidade capitalista.

Essas transformações socioculturais envolvendo os pequenos agricultores sob a dinâmica do capitalismo, em boa medida, já haviam sido postas por autores clássicos como Karl Marx ([1818-1883] 1988) e Karl Kautsky ([1854-1938] 1968). A tese de Marx de que o campesinato desapareceria sob as pressões do desenvolvimento capitalista (tese depois desenvolvida por Kautsky na “Questão Agrária”) carece de revisão. Mesmo nos países economicamente avançados (EUA, França, Espanha, etc.) os pequenos agricultores de base familiar não só resistem

no processo de unificação da burguesia enquanto classe social.

² Ainda sobre essa questão – MARTINS (1983) faz uma discussão riquíssima sobre a formação e atuação do campesinato brasileiro na qual se percebe a diversidade da gênese social desses sujeitos/atores sociais.

como conseguiram construir seu espaço econômico, político e social. Ricardo Abramovay (1998) não os vê como camponeses, mas como agricultores familiares amplamente vinculados ao mercado. É certo que essa constatação não pode ser generalizada. Ao contrário, deve ser relativizada quando o espaço social de análise passa a ser países como o Brasil – cuja questão agrária não foi resolvida – e mesmo em algumas regiões (Alpes) de países como a França, onde o acesso à terra é democrático³. Entre outras coisas, a pertinência do trabalho de Abramovay está em revelar que a agricultura de base familiar se transformou, mas não se extinguiu na sociedade capitalista moderna. Mas se isso sugere a revisão da tese de Marx desenvolvida por Kautsky, sugere também a revisão do modelo analítico de Alexander Chayanov (1974), que previa a persistência da agricultura familiar em sociedades capitalistas e sugeria que a unidade familiar camponesa era refratária às pressões externas, o que é um equívoco.

O que se percebe nos países desenvolvidos ou não é que os agricultores de base familiar reelaboram e assimilam novos valores e costumes culturais que modificam desde seus hábitos alimentares até suas visões de mundo⁴, sem que isso signifique, necessariamente, seu desaparecimento social ou uma efetiva ruptura com a tradição, pois no processo de assimilação de novos valores esses agentes sociais podem resignificá-los a partir de seu *ethos* ou tradição (MARTÍN-BARBERO, 1997). Nessa perspectiva, eles não são refratários às ordens culturais externas ou delas se isolam, mas também não as assimilam passivamente. Ao contrário, interagem com elas mesclando e reelaborando valores tradicionais e modernos para orientar suas ações presentes e futuras. Assim, sua trajetória não pode ser entendida de modo unilinear ou unidimensional, mas numa perspectiva dialética. Os estudos de caso apontam para situa-

³ Para o caso da França, cf. Maria José Carneiro (1996).

⁴ Uma ampla discussão sobre os impactos da modernidade sobre os hábitos e valores culturais tradicionais é encontrada no âmbito dos trabalhos de pesquisadores da chamada Escola de Frankfurt, cujos membros mais proeminentes foram Theodor Adorno, Horkheimer e Walter Benjamin. No Brasil, a exceção dos trabalhos mais atuais sobre o assunto, destacam-se as pesquisas de Antônio Candido (1971) e João Manoel Cardoso de Melo (1987).

ções complexas que, não obstante fogem à regra, não são meras exceções. Especificamente no caso do campesinato – embora a questão ainda não tenha sido esclarecida – as ações governamentais orientadas para o setor os denominam agricultores familiares. Por um lado, essa prática passa a idéia de que todos, ou a maioria deles, está plenamente socializada e integrada ao mercado; por outro, subtrai conteúdo político-ideológico inerente ao significado do termo camponês.

Mas, tanto o agricultor familiar quanto o camponês, se conseguiram melhorias de vida através da participação em seus movimentos sociais rurais, ainda não conseguiram – efetivamente – o seu espaço político e social na sociedade brasileira. Wanderley (1995, pp.37-68) observa que, diferentemente de países como Polônia e França, no Brasil a agricultura familiar ainda se encontra em fase de construção como um projeto político e social de desenvolvimento.

Em síntese, essa primeira questão chama a atenção para a identidade dos pequenos agricultores, mas também para as ações políticas referentes à adoção de modelos agrícolas de desenvolvimento a partir da identidade social dos agentes sociais envolvidos. Tais políticas são elaboradas visando alcançar, principalmente, o agricultor plenamente vinculado – ou em vias de – ao mercado⁵, já que seu principal objetivo é estabelecer um novo paradigma de produção para a agricultura familiar no Brasil.

b) – Estratégias de Reprodução Social dos Pequenos Agricultores em Contextos econômicos e Políticos Adversos à Agricultura Familiar

A segunda questão colocada indica ser baixo o percentual dos agricultores que, efetivamente, se firmaram nos novos padrões de produ-

⁵ Sobre essa questão, cf. LEITE, Sérgio et al. (Orgs.) (2004); CARNEIRO, Maria José (1997, pp. 70-82). Nesse estudo, a antropóloga faz uma reflexão sobre o Pronaf a partir da sua meta central, qual seja, estabelecer um “novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado”; SABBATO, Alberto Di (2000).

ção ancorados nos processos produtivos da modernização tecnológica que melhorou a qualidade e ampliou a produtividade de animais e lavou-

ras sem implicar, necessariamente, na ampliação das áreas de trabalho e contratação de mais trabalhadores. Todavia, contrariando perspectivas teóricas e políticas, esse debate revela que, apesar do caráter marginalizante da modernização, muitos pequenos agricultores reelaboraram e criaram estratégias de produção e reprodução que lhes permitiram a permanência mesmo em áreas onde a monocultura altamente tecnificada e capitalizada é hegemônica.

Além das lutas pela democratização do acesso à terra e das reivindicações por políticas públicas para a agricultura familiar, uma das estratégias utilizadas pelos agricultores é a pluriatividade. A nomenclatura se assemelha mais a um termo técnico (CARNEIRO, 1999), mas ela se configura como desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas por famílias inteiras ou seus membros dentro ou fora da propriedade, porém mantendo vínculo de moradia e produção com o campo (SCHNEIDER, 2003).

Alguns autores (LACOMBE, 1984; SACCO, 2003) – refletindo a partir da perspectiva de Karl Kautsky (1968) – concebem a pluriatividade como um processo de desintegração da unidade de produção familiar a partir da individuação dos membros, bem como um processo de proletarianização do agricultor familiar, já que este passa a desenvolver outras atividades em caráter de assalariamento noutras propriedades ou áreas urbanas. O assalariamento indica que o agricultor é despojado dos seus próprios meios de produção e elimina o caráter familiar do seu trabalho. O distanciamento espacial, a realização de atividades diferenciadas e a obtenção de rendas individuais concorreriam contra o trabalho coletivo e a indivisibilidade da renda familiar, típica desses agentes sociais, constituindo-se na desintegração da unidade familiar de produção. Por esse raciocínio a pluriatividade se constitui como um dos ardis de espoliação e sujeição que o capitalismo usa para bloquear ou extinguir formas sociais de produção que não aderem plenamente àqueles seus paradigmas⁶.

⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (1986). Assentado no escopo teórico de Karl Marx – O capital – esse autor observa que há processos no capitalismo contraditórios à sua natureza. Ao mesmo tempo em que este modo de produção elimina formas sociais produtivas que se lhe opõem, ele cria mecanismos para que essas formas não se extingam de todo, pois são fonte

Entretanto, outros autores, apoiados nas perspectivas de Alexander Chayanov (1974), compreendem a pluriatividade como sendo uma estratégia para obtenção de rendimentos complementares à renda agrícola viabilizando assim a reprodução social da unidade familiar de produção. Para Maria J. Carneiro (1999) a pluriatividade não conduz necessariamente à desintegração da unidade familiar de produção, pois o seu caráter familiar permite aos membros uma “plasticidade” maior na organização do trabalho interno e utilização de rendas auferidas fora da agricultura.

Moreira (1999) aponta que a investigação das unidades familiares de produção deve considerar dois aspectos: as relações entre os indivíduos e os valores que dão sentido a elas. O pressuposto é que, como toda relação social, “as relações familiares (seja na esfera do parentesco, seja na esfera da produção) incluem uma parte ideal do pensamento ou de representação que informa as atitudes e comportamentos” (MOREIRA, 1999, p. 102). Comportamentos e valores que refletem uma “tradição [...] acionada na formulação das estratégias familiares orientando as escolhas coletivas e informando os projetos individuais possíveis” (CARNEIRO, 1999, p. 329). Desse modo, a desintegração do grupo familiar se constitui como desdobramento possível e não como fatalidade da pluriatividade.

Todavia, a análise sociológica não pode passar ao largo dos crescentes percentuais de agricultores – sobretudo jovens que têm se ocupado com atividades não-agrícolas e usam o campo mais como local de moradia e menos como local de trabalho. Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Sérgio Schneider (2003) aponta que as pessoas ocupadas com atividades agrícolas e não-agrícolas se concentram nos grupos que têm entre 35 e 59, ou ainda entre 11 e 18 anos. Sérgio Leite et al (2004), avaliando o impacto dos assentamentos rurais em diversas regiões do Brasil, indicam que mais de 60% das pessoas responsáveis pelos lotes de terra têm entre 20 e 49 anos; mais de 40% das famílias têm só filhos menores de 14 anos, e cerca de 20% têm filhos menores e

de acumulação primitiva para os grandes capitalistas.

maiores de 14 anos. Um aspecto comum às duas pesquisas é que, em geral, entre a população ocupada são os membros de menor faixa etária os que mais se tornam pluriativos.

Nesse sentido, a despeito de ser pouco analisada, a propensão dos jovens rurais à pluriatividade não é fato isolado espacialmente, mas um fenômeno constatado em diversas regiões brasileiras bem como em diversos países considerados desenvolvidos como Espanha, EUA, França, etc.

(Carneiro, 1996; 1998); Abramovay (1998). No entanto, nesses países os altos índices de pluriatividade são explicados mais pelo tamanho pequeno das propriedades, que não comportariam toda a mão-de-obra familiar apta ao trabalho, e menos por falta de políticas públicas para o setor. No Brasil, diferentemente, a pluriatividade tem sido explicada tanto pela pouca terra disponível aos pequenos agricultores, quanto pela “timidez” e escassez de políticas voltadas para a agricultura de base familiar. Vejamos suas implicações para os agricultores do município de Araraquara-SP.

3 – ESPAÇOS, ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E OS AGENTES SOCIAIS

No município de Araraquara-SP, onde tenho desenvolvido pesquisa de campo, há três assentamentos rurais (Bela Vista, Bueno de Andrada e Monte Alegre⁷) e alguns bairros rurais como Machados, Cabeceira do Boi, Rosa Martins etc. A população desses espaços é bastante diversificada quanto à faixa etária. Todavia, há uma forte concentração de chefes de família nas faixas etárias de 41 a 50, 51 a 60 e, sobretudo, de 61 a 80 anos. Vejamos a Tabela 1.

⁷ Esse último assentamento ocupa terras de três municípios: Araraquara, Monte Alegre e Motuca.

Tabela 1: Idade dos agricultores chefes de família por faixa etária (%)

Faixa etária	20 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 80	Mais de 80	Total
Agricultores	5,8	11,7	23,1	23,7	33,8	1,9	100

Fonte: Trabalho de campo

No conjunto da amostra (308 famílias) 95% das pessoas que se identificaram como chefes de família são do sexo masculino o que, a priori, revela a preponderância masculina nessa questão de gênero seja porque as mulheres não conseguem chegar ao posto de chefe de família, ou exercem essa função mas não são reconhecidas como tal. Outro dado que a Tabela 1 mostra é que poucos são os agricultores com até 40 anos que se identificaram como chefes. Entre os jovens, o percentual é mais baixo ainda. Isso pode ser explicado a partir de duas constatações: a) está em curso um envelhecimento da população rural; b) é cada vez maior o celibato masculino nas áreas rurais, tendo em vista o crescente êxodo rural de jovens do sexo feminino em busca de trabalho e outro modo de vida na cidade. Entre outras coisas, esses dois fatores sugerem que os jovens, principalmente mulheres, têm buscado alternativas fora da agricultura. Já os homens, embora permaneçam no campo, têm dificuldade de constituir matrimônios devido à falta de mulheres.

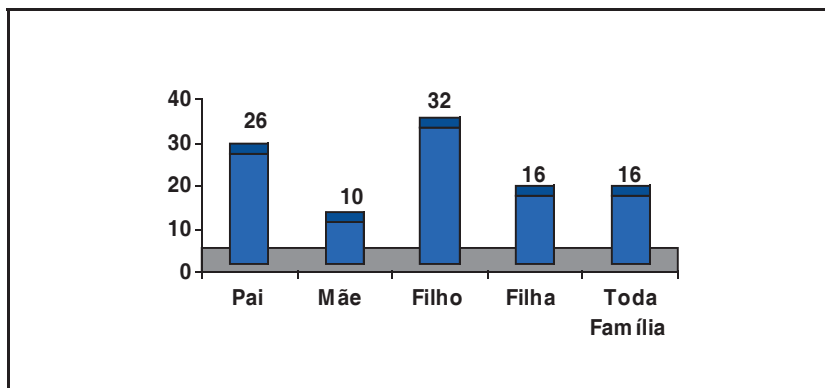
Certamente que as cidades têm poderosas fontes de atração (perspectivas de trabalho, educação, lazer, saúde) para essa população rural jovem, mas a carência de financiamentos para a agricultura familiar também se constitui como um forte estimulante para o êxodo rural desse segmento populacional. Vejamos na Tabela 2 o percentual de famílias com acesso a financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Tabela 2: Financiamento e atividades financiadas (%)

	Acesso a financiamento		Atividades financiadas	
	Sim	Não	Agrícola	Não-agrícola
Famílias	33,0	67,0	94,0	6,0
Total	100%		33%	

Fonte: Trabalho de campo

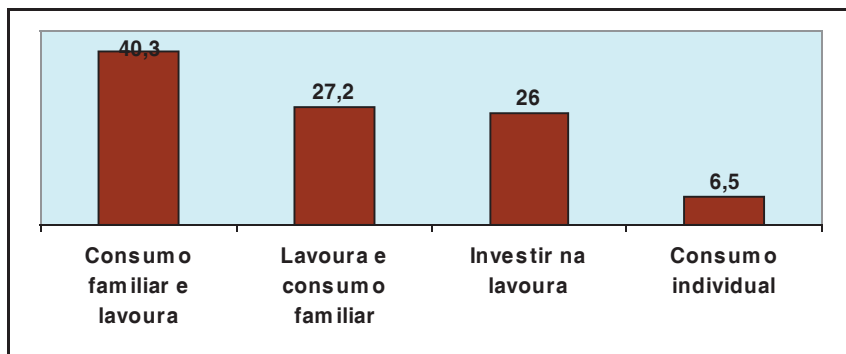
A grande maioria que não tem financiamento, 67% das famílias, alegou que não o conseguiu devido à situação de inadimplência por não ter conseguido quitar empréstimos anteriores ou porque não conseguiu elaborar um projeto de produção e apresentá-lo ao banco solicitando os recursos do Pronaf. A falta de financiamento tem feito com que muitos agricultores, principalmente jovens, exerçam a pluriatividade como uma estratégia de obtenção de recursos para investimento na alimentação e na atividade agrícola. 75% das 308 famílias entrevistadas são pluriativas. Tanto nos assentamentos, quanto nos bairros rurais há muitos jovens buscando alternativas de vida fora da agricultura, ou estratégias de atuação que viabilizem sua permanência no campo num contexto socioeconômico adverso à agricultura familiar e no qual sua condição pluriativa se destaca. Desse modo, os membros familiares que mais desenvolvem a pluriatividade são os filhos. Vejamos o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Membros pluriativos nas famílias (%)

Fonte: Trabalho de Campo

A maior intensidade da pluriatividade entre os filhos do que nos pais aponta para uma série de questões, entre elas, a possibilidade de um novo projeto de vida fora da agricultura ou um projeto alternativo concomitante à agricultura. Para o curto prazo, os jovens falam em projeto alternativo concomitante à agricultura, entretanto não vislumbram projetos futuros para a agricultura familiar devido às dificuldades de obtenção de financiamento e pobreza que os pais sempre tiveram.

Entre os pais e filhos pluriativos, 78% deles desenvolvem as atividades não-agrícolas fora da propriedade. O Gráfico 2 informa que a necessidade de complementar a renda familiar e/ou o investimento na lavoura é um dos fatores que levam os produtores a buscarem alternativas fora da agricultura, mas concomitante a ela. O principal destino da renda obtida com as atividades não-agrícolas é o consumo familiar (alimentos, vestuário, eletrodomésticos) e o investimento na lavoura (compra de sementes, defensivos agrícolas, pequenos animais, contratação de trabalhadores temporários, etc). A renda não-agrícola, em geral, é canalizada para a realização de projetos coletivos. São poucos os agricultores que a utilizam na execução de projetos individuais.

Gráfico 2 – Destino da renda das atividades não-agrícolas (%)

Fonte: Trabalho de campo

É interessante destacar que se considerarmos o universo total (233 ou 75%) dos produtores pluriativos veremos que 94,4% deles destinam a

renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar e o investimento nas lavouras. Isso reflete a tentativa de suprir suas necessidades domésticas, bem como a dificuldade de obtenção de crédito agrícola. Vale ressaltar também outro dado: 43,6% dos produtores que usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar têm propriedades com até 20 ha.

Parte do dinheiro enviado pelos jovens aos pais para investimento na atividade agrícola, em certos casos, é usado para a contratação de trabalhadores com pagamento em dinheiro e/ou em espécie. Vejamos a Tabela 3.

Tabela 3: Tipo e uso da mão-de-obra na propriedade

Mão-de-obra	Familiar				Assalariada permanente					Assalariada temporária				
<i>MEMBROS</i>	1	2a4	5a7	+ de 7	0	1	2	3	4 ou +	0	1	2	3	4 ou +
Propriedades (%)	8	72	18	2	77,4	16	5	1	0,6	62	23	9	3	3
Total	(100)				(100)					(100)				

Fonte: Trabalho de campo

A contratação de membros externos à unidade de produção é o modo pelo qual a família repõe a mão-de-obra dos filhos que migraram, ou ainda para substituir a força de trabalho dos pais com idade avançada. Isso contribui para que a propriedade não se torne apenas local de moradia e lazer devido à falta de braços aptos ao trabalho. Várias famílias – cujos filhos realizam migração pendular – contratam informalmente trabalhadores do próprio bairro rural ou do assentamento para auxiliarem na execução de atividades como preparo da terra para plantio, aplicação de herbicidas, colheita, cuidar de granjas, hortas etc. Essas contratações não são perenes ao longo do ano. São mais frequentes e intensas nos períodos de preparação da terra para plantio e de colheita. Nos poucos casos de contratos perenes ao longo do ano, as atividades desenvolvidas eram granja (criação de aves para abastecimento de frigoríficos) e turismo rural. Mas, apenas os proprietários que desenvolvem turismo rural informaram que usam parte do dinheiro enviado pelos filhos para pagamento de trabalhadores contratados na propriedade.

Os jovens filhos de agricultores que se dirigem aos centros urbanos para trabalharem como assalariados – a despeito de contribuir com parte do seu salário para a reprodução social da condição de agricultores de seus pais e desejarem sucede-los na propriedade – ainda não têm projetos de construir vínculos produtivos com a terra no futuro. Diante das dificuldades socioeconômicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, eles vislumbram o campo mais como local de moradia e cada vez menos como local de trabalho. Em que pese esse comportamento dos filhos, a grande maioria dos pais (perto de 95%) declarou que não vendem suas propriedades por nenhum motivo. Caso nenhum dos filhos optasse por sucede-los na atividade agrícola, a propriedade ainda assim seria mantida para a recreação semanal dos filhos e netos. Vejamos as Tabelas 4 e 5, respectivamente, que nos informam sobre os locais de moradia, comunicação e informação dos agricultores.

Tabela 4: Local de moradia e tipo de construção

Famílias (%)	Local de moradia			Tipo de construção			Número de cômodos na habitação				Privada	
	campo	cidade	cidade/campo	alvenaria	madeira	barro	1a3	3 a 5	5a10	+ de 10	Água encanada	Sem água encanada
	46,5	0,0	53,5	99,4	0,6	0,0	32,8	19,5	43,5	4,2	99,7	0,3
Total	100			100			100				100	

Fonte: Trabalho de campo

Embora seja significativo o percentual de famílias que mantêm a moradia no campo (46,5), a maioria possui uma residência no campo e outra na cidade, sendo que a da área urbana é mais utilizada pelos jovens que aí vão estudar e/ou trabalhar retornando ao campo nos finais de semana e/ou feriados, durante os quais ajudam os pais nas lidas com a agropecuária. A Tabela 5 mostra que é significativo o uso de eletrodomésticos e meios de comunicação, como telefone, na região estudada. De igual modo, a grande maioria acompanha o noticiário sobre o meio rural – ainda que de vez em quando.

Tabela5: Comunicação e informação

famílias (%)	Eletrodomésticos			Acompanha regularmente o noticiário sobre o meio rural		
	TV e rádio	TV, rádio e telefone	TV, rádio, telefone e computador	Sim	De vez em quando	não
	18,5	76,5	5,0	52,0	42,0	6,0
Total	100			100		

Fonte: Trabalho de campo

Em síntese, os dados mostram que – embora as condições sejam adversas – os agricultores, inclusive os jovens do sexo masculino, têm desejo e se esforçam para permanecer no campo. A pluriatividade, *a priori*, tem se constituído como a principal estratégia nesse processo, por um lado; por outro, ela também expressa a fragilidade desses agricultores, na medida em que as rendas auferidas fora da atividade agrícola são canalizadas para o consumo familiar. Isso demonstra que o modelo de desenvolvimento agrícola adotado não é capaz de viabilizar sua sobrevivência no campo, o que leva os jovens a buscar alternativas na cidade deixando suspensos os projetos futuros de reprodução social na agricultura familiar.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os desafios postos à permanência da agricultura familiar nessa sociedade moderna, além da democratização do acesso às novas tecnologias e o desenvolvimento sustentável, está a problemática de se criar perspectivas de melhores condições de trabalho e vida para jovens agricultores que sempre esperam viver mais e melhor do que seus pais. Contudo, trabalhar na cidade e/ou contextos de pluriatividade aparecem como principal alternativa fora da agricultura. Não obstante, vale ressaltar que a migração para a cidade não significa, necessariamente, uma ruptura fatal com os valores morais e solidariedade entre os jovens e seus familiares que permaneceram no campo, ou ainda o completo abandono – por parte dos jovens – das atividades agropecuárias em seus locais de origem. Este aspecto confere à agricultura familiar um caráter multiespacial e multitemporal (MARTINS, 2001). Ou seja, sua organização não ocorre em um único espaço, tampouco numa só perspectiva de tempo. Há trabalhadores migrantes que do seu local de destino participam na produção agrícola da família no seu local de origem. Noutros casos, há trabalhadores migrantes que, mesmo trabalhando em indústrias ou servi-

ços urbanos, sempre esperam poder voltar – não necessariamente para seu local de origem, mas para o trabalho na lavoura⁸.

Todavia, a agricultura familiar carece de projetos que lhe viabilizem sustentação política e social. Assim, no aspecto político, um eixo central seria a reflexão sobre a elaboração de um projeto de desenvolvimento para o país que contemplasse – entre outras coisas – a agricultura familiar como uma forma social de produção e, nela, os jovens rurais, como agentes sociais fundamentais no processo de produção e reprodução de médio e longo prazo. Ou seja, considerar a agricultura de base familiar como um dos componentes fundantes no projeto de nação. No aspecto social, os agricultores precisam ser reconhecidos não como apêndices, mas como agentes sociais chave do setor produtivo, sobretudo, se tivermos em conta que sua produção atende às demandas do mercado interno e suas técnicas são mais condizentes às propostas de agroecologia.

Sobre a pluriatividade, se a entendermos como uma das estratégias de produção e reprodução social das unidades de produção familiar e, além disso, considerarmos que são os jovens agricultores ou os membros que têm até 49 anos os que mais se tornam pluriativos, cabe problematizar as políticas públicas voltadas para o setor e sua real contribuição à consolidação da agricultura familiar. Será que os jovens buscariam firmar estratégias de atuação como a pluriatividade visando superar as dificuldades

técnicas, econômicas e sociais e se reproduzirem socialmente como agricultores familiares? Este é mais um desafio a ser refletido e superado como questão social, se é objetivo reconhecer – política e socialmente – a agricultura familiar e seus agentes nos processos sociais modernos.

Diante desses processos, que sugerem a formação de novas identidades, continuaria a família a informar certas regras de conduta e ação que elessem a reprodução social do grupo como unidade familiar de

⁸ Sobre essas estratégias cf. ainda SILVA, Maria. A. Moraes. In: MARTINS, J. S. (Org.) (2003).

produção? Ou será que os membros mais jovens – ao almejamem condições de trabalho e vida melhores que a de seus pais – seriam refratários a essa tradição por não vislumbrarem na atividade agrícola utopias ou condições efetivas para a realização de seus projetos? Se a família continua a informar ou determinar comportamentos e atitudes, esta, por um lado, é uma ação contraditória frente à crescente individualização do sujeito e afirmação da liberdade enquanto um dos valores mais significativos da sociedade contemporânea ou da modernidade (CASTELLS, 2001). Por outro lado, a permanência da família como instituição que lega ou determina a seus membros valores morais e culturais em contextos de afirmação de liberdade individual indica que pode estar em processo a formação de novas identidades, sobretudo no segmento jovem da população. Este segmento – a despeito de demandar novas reflexões e ações na organização do trabalho e reelaboração dos espaços – é acionado por e aciona os valores e símbolos formatados na experiência tradicional de seus pais e os ressignifica à luz dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais modernos com objetivo não apenas de se reproduzirem socialmente mas, também, de dialogar com valores culturais contemporâneos e a partir disso conquistar ou manter seu espaço social.

Assim, estimular ou criar lugares para esses sujeitos no campo é um desafio que deve ultrapassar de longe meros rearranjos ocasionais e circunstanciais. Na verdade, trata-se de uma questão sócio-estrutural que pode ter como ponto de partida a afirmação da alteridade jovem, mas que – certamente – enlaça também no seu horizonte a permanência da agricultura familiar como forma social de produção dentro de um projeto de desenvolvimento para o país, se quiser, dentro de um projeto de nação.

Nesse sentido, o desafio se redimensiona para maior, posto que só recentemente em nossa história, salvo exceções, como os respectivos trabalhos de Maria S. Carvalho Franco, Maria Ieda Linhares⁹, etc., a agricultura familiar foi reconhecida não como apêndice, mas como forma social

⁹ FRANCO, Maria S. de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997; LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pequena história da Agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

de produção tão pertinente quanto a agricultura empresarial dentro do pensamento político-social brasileiro. Até então, era uma questão social e politicamente escamoteada, sobretudo pelo patronato agrário, como sinônimo de atraso.

A compreensão e o esclarecimento dos processos que estimulam a formação dessas identidades e da ação desses agentes sociais pode colaborar para instrumentalizar políticas públicas sustentáveis para o setor. Assim, o tema 'jovens rurais e agricultura' se vincula às questões da organização do trabalho e da produção internacionalizados, tendo como novo paradigma a ser alcançado o uso sustentável dos recursos naturais; a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade a partir da valorização de identidades locais e formas sociais de produção diversificadas em relação ao padrão capitalista. Desse modo, poderia-se ampliar o alcance e a eficiência das políticas públicas para a agricultura familiar a partir da compreensão da organização do trabalho nas unidades familiares de produção pluriativas ou não. A pluriatividade não pode ser entendida – exclusivamente – como plataforma de ampliação da renda dessas famílias, mas como um fenômeno social que pode apontar para sua reprodução social, bem como revelar sua extrema fragilidade, na medida em que a atividade agrícola só é viável mediante constantes períodos de proletarianização condicionantes da permanência dos agricultores, principalmente os jovens, no campo. Ademais, todos esses eventos, inclusive certos contextos de pluriatividade, estão intimamente ligados à irresolução da questão agrária brasileira. Se um dos emblemas da modernidade é a vida digna, a liberdade de expressão e a democracia, então o desafio maior é democratizar o acesso aos meios de produção cultural e material, entre eles, a educação e a terra.

ABSTRACT: The Contemporary debate in Brazil about familiar agriculture shows us that rural workers redefine and generate alternatives to the productivist model creating strategies of production and social reproduction. One of these strategies is the pluriactivity. Yet, in this context, young people living hostile social contexts to the familiar agriculture do not have many alternatives to remain (living ou inhabiting) and working in the countryside. This work analyses if this familiar agriculture is possible, in pluriactivity and modernity contexts, according to the point of view of rural young people.

Key words: familiar agriculture, pluriactivity, rural youth, modernity.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Campinas: Hucitec, Ed. Unicamp, 1998.
- _____. et. al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. FAO/INCRA, EPAGRI, CPPP, Chapecó/Brasília, 1997.
- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. Pp.112-121. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, J. R.; BRUNO, R. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- _____. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- _____. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. (Orgs.) *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.

- _____. Pluriatividade no campo: o caso francês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, out. /1996.
- _____. Ruralidades: novas identidades em construção. Rio de Janeiro, *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº11, out/1998.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- FABRINE, J. E. *A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra*. Casca-vel-PR: Edunioeste, 2003.
- GARCIA Jr. Afrânio Raul. GARCIA Jr., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UNB/MCT, 1989
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LACOMBE, Philippe. *La Pluriactivité et L'évolution des Exploitations Agricoles*. In: Association Ruraliste Française. *La Pluriactivité dans les Familles Agricoles*. Paris: ARF; 1.984.
- LEITE, S. et al. *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. (Estudos NEAD, n. 6).
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997
- MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARTINS, J.S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNO SOBRE DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL, COM ÊNFASE NO AGRÍCOLA E NO RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI, 2001, Santiago do Chile. *Anais....*Santiago do Chile: FAO, 2001.
- MELLO, J.M.C de; NOVAES, F.A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAES, F.A. (Org.) *História da vida privada no Brasil*:

- contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- MENEZES, M. Ap. de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará; João Pessoa-PB: UFPB, 2002.
- MIGLIOLI, J.L. Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes. *Crítica Marxista*. Campinas-SP, n. 6, jan/jun de 1998, p. 35-50.
- MOREIRA, R. J. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: RFRJ/CPDA – REDCAPA-MAUAD, 1999.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PEREIRA, J. C, A.; FERREIRA, D. A. O. *O potencial das atividades agrícolas e não agrícolas em pequenas propriedades rurais no município de Araraquara-SP*. Relatório final de pesquisa – FAPESP. Araraquara, 2004.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. *Relatórios 2003-2004*. São Paulo, 2004.
- SILVA, J. G. da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999. (Série Pesquisas, 1).
- SILVA, M. A. M. Assentamento Bela vista: a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Travessias*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 25, n. 2/3, p.37-68, 1995.
- _____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. P. 21-55. In: João Carlos Tedesco (Org.). *A agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3ª ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

WEISCHEIMER, N. *Juventudes rurais*: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos Nead, 7)

NOVAS RURALIDADES: IDENTIDADE, MEIO AMBIENTE E TURISMO NO VALE DO RIBEIRA, SP¹

Marisa Barbosa Araujo Luna^{2}*

RESUMO: Este artigo trata de situações sociais contemporâneas envolvendo novas ruralidades, perpassadas por temas transversais como meio ambiente, identidade, territorialidade e turismo. A região do médio Vale do Ribeira-SP se destaca pelo grande número de Comunidades Quilombolas. André Lopes e Sapatú, já tituladas, têm em comum a sobreposição do território quilombola ao Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ). A demanda pelo direito sobre o patrimônio natural da área sobreposta é central neste contexto; a possibilidade de sua exploração turística é vista pelos moradores como uma alternativa econômica à agricultura. Assim, estratégias pessoais e familiares explicitam representações e práticas nas quais se articulam as noções de identidade étnica, ecológica e territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Novas ruralidades, turismo, identidade étnica, meio ambiente, processos sociais.

COMPREENSÕES DO RURAL OU O RURAL RESSEMANTIZADO

O contexto contemporâneo, delineado pelo processo de globalização, redesenha as relações de mercado, redimensiona o papel do Estado e configura novas formas de sociabilidade. A diversificação da produção agrícola, as tecnologias alternativas de cunho agroecológico e orgânico, as relações entre novos atores sociais, a expansão do turismo rural, ecológico e cultural, a valorização das culturas locais e das identidades étnicas reconfiguram o mundo rural.

^{1*} Uma versão deste artigo foi apresentada no GT 21: Ruralidade Contemporânea: desafios e perspectivas, do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, realizado em outubro de 2005, em Caxambu.

^{2**} Doutoranda em Antropologia Social – IFCH/Unicamp. Membro do CERES – Centro de Estudos Rurais – IFCH / UNICAMP.

No campo dos estudos rurais, os fenômenos contemporâneos instauram um debate acerca da redefinição do quadro teórico e analítico.

Vale lembrar que Mormont critica a perspectiva do “fim do rural” e propõe que a dicotomia rural-urbano não seja pensada enquanto uma assertiva apriorística metodológica: “somente fazendo desta divisão do espaço uma dimensão da vida social e procurando entender como ela se articula às outras dimensões, considerando a divisão rural-urbano³ como objeto e não como quadro de análise, que se pode fazer uma análise do rural que permita compreender, para além dos discursos, as problemáticas e o sentido das transformações em curso na sociedade global” (Mormont, 1996:176).

O mesmo autor aponta para o fato de que as evoluções demográficas, econômicas e o aumento da mobilidade não permitem mais opor o rural e o urbano como dois universos sociais, duas sociedades distintas e até mesmo opostas. Para ele, entretanto, isso não significa um esgotamento da questão rural.

A proposta da existência de dois espaços diferenciados, empírica e analiticamente, – o rural e o urbano –, permanece, mas recolocada de forma diversa. Como bem define Wanderley, “... privilegiam como *objeto de estudo*, os espaços rurais em sua multiplicidade de formas e a própria diversidade das relações dialéticas, que eles estabelecem com o mundo urbano e o conjunto da sociedade” (Wanderley, 2000:130).

Não se trata de focar as sociedades rurais a partir de uma perspectiva totalizante; da mesma maneira, não se trata de pensar a autonomia do rural em relação ao urbano: o modelo analítico propõe a interdependência, a comunicação, a complementaridade. (Cf. Ferreira, 2002)

Uma das perspectivas teórico-metodológicas que abordam a confluência dos processos sociais no campo permite falar em novas ruralidades, ou seja, dinâmicas contemporâneas que redesenham a dicotomia campo-cidade. As identidades rurais, ou novas ruralidades, são socialmente construídas no interior de processos sociais, em contextos especí-

³ Sobre o debate teórico acerca da relação rural-urbano Cf. Mendras, 1991; Redfield, 1960; Shanin, 1980; Wolf, 2003.

ficos e expressam as novas relações entre campo e cidade. (Cf. Carneiro, 1998)

Ainda no caminho de uma redefinição da relação rural-urbano, Wanderley contesta o desaparecimento das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano, e afirma a necessidade de uma nova abordagem que consiga “recompor o objeto e repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação” (Wanderley, 2000). Acredita que o mundo rural é um segmento da sociedade mais ampla que o domina, e propõe uma nova maneira de construir o objeto dos estudos rurais que considere a substituição do enfoque clássico, centrado nas sociedades rurais tradicionais, e conceba o espaço rural como um “espaço singular”.

A autora acredita que mesmo quando se atinge a equidade (ou homogeneidade no acesso aos recursos materiais), as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram as diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, sobre os direitos e sobre as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. Para localizar o lugar de onde falo, cabe ressaltar alguns aspectos do debate: a autonomia do universo rural enquanto categoria de representação historicamente construída e espaço de vida.

O fato de cada categoria social usar um ou outro elemento para definir a sua identidade depende de sua situação na localidade e da conjuntura relacional que vivencia. A articulação entre noções do rural e identidade social é que permite abordar as ruralidades enquanto expressões multi-identitárias. As identidades são construídas pelas representações dos atores de acordo com suas representações do passado, o tipo de atividade econômica, estilo de vida, formas de lazer e demandas político-sociais.

Assim, a reconceitualização sócio-política do rural assume diversas formas. A linguagem do meio ambiente e da etnicidade tem sido colocada pelos atores rurais para legitimar identidades e reivindicações. Como bem coloca Moreira e Gaviria, “as representações sobre o rural deixam de ser elaboradas a partir de categorias opositivas em relação ao urbano,

apoiadas em aspectos econômicos, para se firmarem em valores de cunho ambiental e cultural” (Moreira & Gaviria, 2002: 50).

O rural, portanto, passa a ser compreendido enquanto uma categoria analítica, uma categoria política e uma categoria social. Categoria que carrega em si a diversidade das relações entre espaços sociais, atores sociais e suas dinâmicas, inscritas no tempo e no espaço.

Jollivet, ao refletir sobre a vocação da sociologia rural, ainda no final da década de 90 constrói uma proposta analítica e metodológica capaz de dar conta das dinâmicas sociais que compõem o quadro rural contemporâneo. Nesta, o entrecruzamento entre duas análises – micro e macro – é indispensável. O autor propõe a reelaboração do quadro de análise de um sistema social localizado, para que este aborde as transformações internas das comunidades, as novas funções que delas se esperam, as recomposições espaciais às quais são levadas, a emergência de novas solidariedades territoriais, as novas problemáticas, os novos conflitos e as novas funções identitárias.

O contexto atual requer a análise das mudanças, da transição e pressupõe análises circunstanciadas capazes de perceber “continuidades e as transformações nos processos de *reprodução da sociabilidade e o sentido das relações sociais*” (Jollivet, 1998:18). Há, portanto, a necessidade de “um retorno maciço e metódico às pesquisas de campo, porque faltam as observações concretas para fazer um contrapeso à crescente invasão de discursos, imagens e estatísticas que constroem o senso comum nesse nosso tema” (Jollivet, 1998:18).

Orientada pelas perspectivas descritas, volto o meu olhar para um estudo de caso nas comunidades remanescentes do quilombo de André Lopes e Sapatú, no Vale do Ribeira, SP.

DE NEGROS RURAIS A QUILOMBOLAS

Até a década de 70, no Brasil, o imbricamento entre etnicidade e ruralidade não era sequer mencionado no campo das Ciências Sociais. Estudos sociológicos e antropológicos sobre populações rurais que apre-

sentavam a particularidade de serem negras apareceram a partir de então⁴, porém tal imbricamento não era o foco central das abordagens.

Estamos, hoje, diante de uma nova realidade, que vai além de uma percepção legalista da pluralidade da sociedade brasileira. A Constituição de 1988 formalmente garante a diversidade étnica e cultural. A etnicidade tornou-se um instrumento vigoroso de reivindicações políticas e da busca pela construção de um país pluralista. Vale lembrar que os estudos sobre aculturação, que dominaram o universo antropológico na década de 50 no Brasil, colocaram a questão da diversidade numa perspectiva integralizadora.

No entanto, novas abordagens da diversidade étnica e cultural ajudam a compreender o processo que vem ocorrendo nas últimas décadas, nas quais se vivencia um momento significativo de emergência de identidades étnicas⁵. No caso dos grupos negros, a identidade de “remanescentes de quilombos”.

A Constituição federal de 1988, no artigo 68 nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias⁶, reconheceu a propriedade definitiva das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, impondo ao Estado o dever de emitir os títulos respectivos. Tal reconhecimento, associado à previsão de tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, garantiu o reconhecimento constitucional às comunidades quilombolas. Dentre os avanços jurídicos que a discussão sobre a demarcação das terras quilombolas gerou, estão a incorporação de conceitos étnicos e culturais para a demarcação da terra (até então, os preceitos para a regularização da posse agrária envolviam somente o trabalho na terra), e a demarcação por comunidade, que implica no conceito de propriedade comum.

⁴ Cf. Gusmão, 1979; Brandão, 1977; Queiroz, 1983; Vogt e Fry, 1986.

⁵ Há um grande debate acerca do fenômeno da etnogênese (conceito usado para descrever a emergência e a reinvenção de identidades étnicas). Cf. Oliveira, 1999; Arruti, 1997; Banton, 1979.

⁶ Artigo 68 – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Estabelecido o direito, coube ao Estado⁷ criar mecanismos para a sua aplicação e implementar procedimentos legais e administrativos referentes à regularização e titulação das terras de quilombos. A luta das comunidades remanescentes de quilombos, para a legalização fundiária de suas terras, passou a ser ponto de pauta da questão agrária no Brasil⁸.

Um grande debate acadêmico, acerca das definições e conceitos que estão ligados ao cumprimento do artigo 68, instaurou-se nos últimos anos (Cf. Almeida, 2002; Benatti, 1997, 1988, 2001; Carvalho, 2002; O'Dwyer, 2002; Rios, 1997; Andrade, 1997). Critérios antropológicos são determinantes para a definição das comunidades beneficiárias. Os conceitos de quilombo e de território, identidade e tradição são chaves para o processo de legitimação da posse das comunidades.

Contemporaneamente, as chamadas terras de preto, ou comunidades remanescentes de quilombo, constituem uma especificidade dentro do campesinato brasileiro e conjugam três elementos: terra, etnicidade e território. Entende-se que, além do uso da terra para subsistência, existe uma apropriação simbólica da mesma, constituindo assim os territórios negros no Brasil, marcados por histórias e ocupações singulares.

A emergência destas comunidades significa a produção de novos sujeitos políticos, de novas unidades de ação social, através de uma maximização da alteridade que, por um lado, transpõe a indistinção institucional verificada em outros momentos da história nacional (Cf. Arruti, 1997).

O uso da identidade étnica implica, para a população que a reivindica, a “possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, diante dos órgãos e políticas governamentais, no

⁷ Cabe ao Estado Nacional a obrigação da titulação das terras, entretanto, há casos em que as ocupações e território de quilombo incidem em áreas devolutas estaduais e/ou municipais, demandando a atuação do estado e/ou município.

⁸ Foram criados: o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, do Programa Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, o Incra, desde 1995 criou uma categoria especial de projeto de assentamento: o Projeto Especial Quilombola. Estados como Pará e São Paulo criaram também Grupos de Trabalho com o objetivo de estudar e apresentar propostas às questões relacionadas com a regularização definitiva das terras quilombolas.

imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário” (Arruti, 1997:22). Trata-se de reconhecer nos grupos, até então marginais, um valor cultural totalmente novo: ao invés de representarem os que estão presos às relações arcaicas de produção e reprodução social, passam a ser reconhecidos como símbolo de uma identidade, de uma cultura e de um modelo de luta e militância negra, explicitando a positividade atribuída à identidade quilombola. A exemplo disso, lembro que na primeira vez que fui a André Lopes, fui apresentada a João Vitorino, o presidente da Associação dos remanescentes de quilombo de André Lopes. Na nossa conversa de apresentação, que mais me pareceu um emocionado discurso inaugural pela formalidade da cena e pelo concatenamento e elaboração das idéias, apresentadas em volta de uma mesa, João fez questão de marcar positivamente a sua identidade: *“Eu me valorizo muito. Tenho orgulho de quem sou, da minha pele, do meu pai Lembro que no enterro dele, deixamos ele descalço: pode mostrar os pés deste nego porque este nego foi assim...”*

Desse modo, um novo campo de estudos passa a responder as demandas originadas na luta política, e recoloca a necessidade de estudos etnográficos que dêem conta do imbricamento entre identidade étnica, ruralidade e história.

Um novo objeto ainda em definição se coloca, sobretudo para antropólogos. A abordagem analítica de tal objeto pode ser feita a partir dos estudos rurais, dos estudos étnicos, ou ainda da interlocução entre as duas perspectivas. Para os estudos rurais, a abordagem teórico-metodológica proposta por Carneiro, que centraliza o foco nos processos sociais e nos atores sociais, permite uma amplitude maior de análise. Além de considerar as dinâmicas sociais, acredito que a proposta contempla de maneira satisfatória a dialética entre ação e representação no plano das relações sociais.

Sendo assim, uma possível linguagem sócio-política da ruralidade contemporânea é a identidade étnica. Ela traz, em si, atributos ecológicos, pois pressupõe uma forma específica de territorialidade, de uso dos recursos naturais e de práticas agrícolas (agricultura orgânica), mas também diz respeito a disputas por direitos territoriais e à inclusão econômica e política na sociedade nacional. André, monitor ambiental e morador

de André Lopes, explicita da seguinte maneira a relação entre etnicidade e ruralidade: *“Somos um pouquinho de cada um, agricultor rural e quilombola, mas com a diferença de ser quilombola, de ter agricultura de subsistência, diferente dos ruralistas e grandes produtores agrícolas.... a diferença é que não usamos produtos químicos, que fazemos a agricultura orgânica, por isso somos quilombolas rurais...”*

ANDRÉ LOPES, SAPATÚ E PLURIATIVIDADE

Localizadas à margem esquerda do rio Ribeira de Iguape, no município de Eldorado, as atuais comunidades quilombolas Sapatú e André Lopes sofreram ocupação derivada dos dois ciclos econômicos pelos que passou o Médio Vale do Ribeira: o ouro e a cultura de arroz e cana de açúcar. A mineração preponderou como atividade econômica principal do século XVII ao final do século XVIII. Com o declínio da mineração, a atividade agrícola passou a prevalecer a partir de meados do séc. XIX (Cf. Stucchi, 2000). O contingente de mão-de-obra escrava, usado sobretudo na atividade mineradora, foi residualmente utilizado pelos fazendeiros da região.

Assim, Stucchi define que:

“A história de ocupação do Vale se confunde com a história da formação das comunidades negras que participaram dos grandes ciclos econômicos de maneira marginal, porém articulada com os ocupantes brancos da região. A presença autônoma ou relativamente autônoma das comunidades negras na região durante o período escravagista brasileiro permitiu configuração de territorialidades tradicionalmente constituídas, que se redefiniram ao longo do tempo, consolidando-se como inúmeros bairros rurais habitados predominantemente por negros.” (Stucchi, 2000:65)

No séc. XX, em meados da década de 50, as melhores terras da região estavam nas mãos dos grandes proprietários, restando aos demais as áreas inclinadas, impróprias para o cultivo agrícola. Nesse contexto, a atividade de extração do palmito juçara ascende comercialmente. Com o

auge econômico da atividade extrativa, entra em cena o Estado, como interventor direto na vida das comunidades rurais, através da política de criação de unidades de conservação por toda a região do Vale do Ribeira.

Os limites do Parque Estadual de Jacupiranga se sobrepuseram ao território de André Lopes e Sapatú, impondo à população local limitações e restrições ao uso da terra, impedindo a manutenção de práticas extrativas e agrícolas que configuravam uma forma peculiar de uso do território: o uso comum⁹.

Ainda na década de 60, foi inaugurada a estrada ligando os municípios de Eldorado e Iporanga. A construção da estrada, somada às restrições impostas pela legislação ambiental, instaurou uma nova organização espacial na localidade. Os moradores de ambas as comunidades passaram a se concentrar perto da estrada, fora dos limites do Parque. Assim, as populações de Sapatú e André Lopes ocupam hoje cerca de 6 quilômetros de extensão, ao longo da rodovia.

Em 2001, ambas foram reconhecidas como remanescentes de quilombos, com uma população de cerca de 82 e 76 famílias, respectivamente, e com uma área de aproximadamente 2500 halqueires cada uma. Apesar das comunidades terem sido tituladas separadamente, é importante ressaltar que a origem e a existência de ambas se dá em conjunto, desenhada por uma rede de relações sociais. Antes de serem unidades sociais concretas – tipo “micromunicípios” –, são formas de auto-identificação utilizadas pelos membros das comunidades nas suas relações com a sociedade englobante. Ao mesmo tempo em que Sapatú e André Lopes configuram a “unidade” comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, guardam suas especificidades e marcas de distinção, explicitadas na diversidade social interna¹⁰ e em disputas e conflitos pela ação de

⁹ Ao contrário da forma de uso e apropriação do território, encontrada em diversas regiões e estruturada em módulos rurais de terra “que levam sempre à formação de um quadrilátero, de áreas contínuas e fechadas” (Benatti, 2001:40), as áreas de *uso comum* não são fixas e permanentes: os roçados são cultivados anualmente em manejo rotativo, tampouco as áreas para extração de recursos naturais (caça, pesca, palmito, sapé) são necessariamente adjacentes.

¹⁰ O grupo conhecido e que se reconhece enquanto comunidade quilombola Sapatú, é constituído por 3 subgrupos, a saber, Cordas, Indaiatuba e Sapatú. A identidade “institucionalizada” Sapatú é acionada na relação com a sociedade englobante e com as outras comunidades quilombolas. No contexto da organização e das relações sócio-espaciais do gru-

mediadores e execução de projetos¹¹. Isso mostra o caráter relacional e situacional das marcações identitárias.

A agricultura é bastante variada: são plantados arroz, feijão, mandioca, milho, cana de açúcar e banana. Algumas famílias ainda criam animais de pequeno porte, como galinhas, porcos e patos. Entretanto, a dificuldade do acesso à terra, agravada pelas restrições da legislação ambiental, atingiu os pequenos agricultores: estes ficaram limitados a um pedaço pequeno de terra, não podendo mais praticar o sistema de coivara, que exige intensa rotação das terras usadas para o cultivo.

Esse quadro contribui para a busca de atividades não agrícolas que, segundo vários autores, dentre eles Wanderley, é um fenômeno observável no mundo rural contemporâneo, já que “o que caracteriza hoje o perfil da ‘categoria socioprofissional’ dos agricultores é a diversidade de situações, tanto quanto estratégias adotadas; neste caso, à competência, no que se refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a necessidade freqüente de que os agricultores se tornem *polivalentes* e *pluriativos*, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar.” (Wanderley, 2000:123)

Moradores de André Lopes e Sapatú buscam a complementação da renda através da diversificação de atividades. Verifica-se a combinação entre agricultura e atividades de comércio como bares e restaurantes, venda de artesanato e prestação de serviços, como pedreiro, faxineira, monitores ambientais além do assalariamento em colheitas e plantações

po, operam ainda as distinções internas.

¹¹ Com o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas, a atuação de ONGs, Universidades e Instituições estatais nas comunidades se fez extremamente presente na forma de parcerias e de desenvolvimentos de projetos de educação, de alternativas econômicas e geração de renda. Atualmente em Parceria com a ONG Amora Carambola e com a Pró Reitoria da Extensão da Unicamp, está sendo desenvolvido em Sapatú um projeto que visa a implantação de uma fábrica comunitária de processamento de banana, a capacitação de 20 monitores e a colocação da produção no mercado. Este projeto está sendo financiado pelo programa Fome Zero da Petrobrás.

de grandes propriedades da região. Há um grande número, em ambas as comunidades, de beneficiários de programas assistenciais do governo, que vão desde o “bolsa escola” até o “vale gás”.

A fala de João Vitorino, presidente da Associação Quilombola de André Lopes e arrendatário de um restaurante, enuncia a busca por alternativas econômicas à agricultura: “*A roça está se acabando e a gente quer diminuir desmatamento para diminuir o impacto, mas como fazer isso se não tem outra alternativa? Aqui tem trabalho, mas não tem emprego.*”

Assim, nesse contexto, a tendência é a crescente importância da atividade turística em detrimento da agrícola, o que mostra que a associação do trabalho pluriativo exclusivamente aos processos de urbanização e industrialização pode ser muito limitadora (Alentejano, 1999).

A busca de alternativas pode ser percebida também como consequência da ausência de políticas públicas voltadas para os pequenos produtores, pois para se ter acesso ao crédito é necessário o título da terra, e as comunidades em questão ainda não são tituladas¹². A dificuldade de escoamento e comercialização de produtos agrícolas também se coloca na região.

A condição de pluriativo pode ser uma resposta às necessidades de reprodução das unidades domésticas, mas nem sempre a valorização simbólica de uma ou outra atividade corresponde à sua importância econômica para a família. Seu José Pedro e sua esposa produzem e vendem balas artesanais de banana. Nos finais de semana, seu José vai até as proximidades da Caverna do Diabo¹³ para oferecer o produto aos turistas. Faz questão de enfatizar: “*Eu não vivo disso, não. É uma com-*

¹² Alguns passos compõem o processo de acesso à terra. O primeiro é a *identificação*: a partir da demanda do grupo, representado por uma associação local. A partir da auto-identificação do território, é elaborado um croqui de uso e ocupação da área, que embasará a demarcação técnica do território. Um relatório técnico (laudo antropológico) é elaborado e, uma vez publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, oficializa-se o *reconhecimento* da comunidade.

Uma vez *reconhecida*, iniciam-se os trâmites para processo de *titulação*, que apresenta diferenças de acordo com as características jurídicas das terras que compõem a área pleiteada pela comunidade: se devolutas, não discriminadas ou particulares. Os títulos de domínio são emitidos, porém estes só podem ser registrados na medida em que as áreas tenham sido desapropriadas.

¹³ A Caverna do Diabo é um ponto turístico localizado no Parque Estadual de Jacupiranga.

plementação. Eu vivo do cabo da enxada, de segunda a sexta. Ela [a bala] não deixa ninguém rico, mas dá prá ganhar algumas moedinhas.” Quando então perguntei sobre os produtos que plantava e comercializava, seu José respondeu que “plantava um pouco de tudo: arroz, mandioca, banana, feijão, milho”, mas só para o consumo familiar, pois “o mais importante agora não é vender; é não comprar...” Nota-se que ele atribui maior importância à atividade agrícola, mesmo que esta não esteja gerando alguma renda (diretamente) para a família. Assim, citando Carneiro, vemos que

“É necessário, portanto, levar em conta não apenas os aspectos materiais envolvidos no exercício da pluriatividade, mas também, e principalmente, os seus conteúdos culturais e ideológicos segundo os projetos individuais e os interesses das famílias” (Carneiro, 1998:212).

A peculiaridade da situação local reside no fato de que a perspectiva de titulação da terra faz com que a situação assuma um caráter temporário, e que a venda da terra não se coloca como solução em situação nenhuma.

Ter acesso à propriedade da terra implica no acesso à novas fontes de recursos através de políticas públicas, mas também através de alternativas econômicas como a exploração de nichos de mercado, que vão desde o turismo ecológico até a venda de produtos agrícolas, artesanais, agregados do “valor étnico”. Assim, na fala de João Vitorino: “*Temos que valorizar o que é nosso, porque vamos competir com o que é de fora. Senão não dá prá ganhar...*”

O que se espera, portanto, é a regularização da propriedade da terra, para que o acesso às novas possibilidades e alternativas não seja só um projeto.

TER A TERRA E ESTAR NO PARQUE

Criado em 1969, o Parque Estadual de Jacupiranga – PEJ – possui uma área de cerca de aproximadamente 150.000 hectares. É o segun-

do maior Parque do Estado e fonte permanente de conflitos. Espalha-se sobre as comunidades de André Lopes e Sapatú.

Em 1997, a reativação de projetos de turismo ambiental fomentados pelo Instituto Florestal iniciou uma nova fase de conflitos com as comunidades. A população que ainda se encontrava dentro dos limites do Parque foi empurrada para a sua borda, aonde atualmente reside a maior parte dos moradores de ambas as comunidades¹⁴.

Um outro complicador foi a criação da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar¹⁵, em 1984, que abrangeu parte dos 11 municípios do Vale do Ribeira, ocupando uma área de cerca de 469.450 hectares. A APA Serra do Mar fecha um circuito geográfico com as outras Unidades de Conservação do Vale e incide aonde estão localizadas as comunidades de André Lopes e Sapatú. O Zoneamento da APA regula o uso dos recursos naturais e, com a sua criação, a atividade fiscalizadora se intensificou de tal maneira que, a partir da década de 80, a prática agrícola decresceu extremamente. Embora não seja proibido, o manejo agrícola no interior da APA requer uma autorização do órgão licenciador estadual. Para tanto, o requerente deve apresentar o título de propriedade da área a ser desmatada. Como, até hoje, a população não possui o título de propriedade, sendo ainda classificada enquanto posseira perante a lei, o cultivo agrícola torna-se, no mínimo, irregular, se praticado. Com a ausência desta licença, se um morador for autuado pela Polícia Florestal, ele poderá responder administrativamente, civilmente e até criminalmente pelo ato. O que acontece, de fato, é que os moradores passam a cultivar pequenos roçados, em lugares bem afastados, nos *sertões*. A distância e o

¹⁴ A Lei 10.850, de 06/07/2001, recua os limites do PEJ. Entretanto, para que haja a titulação, deverá haver a homologação da demarcação, que depende do andamento de uma ação discriminatória e da conclusão de todos os processos de desapropriação e indenização dos não quilombolas que estão nos perímetros das comunidades

¹⁵ Segundo o SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, existem dois tipos de unidade de conservação: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. No grupo das Unidades de Proteção Integral estão os Parques Nacionais (e Estaduais); neles a presença de população humana é proibida. As Áreas de Proteção Ambiental são Unidades de Uso Sustentável. Essa categoria permite a presença humana, mas as atividades devem ser reguladas por um plano de manejo. Uma diferença fundamental entre as duas áreas é o fato de que nas APAs é permitido a existência de terras privadas, ao contrário dos Parques.

tamanho dos roçados faz com que a possibilidade de serem descobertos pelos *florestais* diminua. Entretanto as dificuldades fazem com que a agricultura seja cada vez menos uma prática e uma alternativa, dando lugar à extração de palmito, também ilegal, porém muito mais fácil de ser praticada em surdina.

Atualmente, entretanto, o conflito parece estar menos latente e a fiscalização menos incisiva. Percebe-se que há uma certa lógica de acomodação ao sistema restrições – infrações – multas. Seu Dário, de Sapatú, conta que já levou duas multas por cortar palmito. Ainda, nas comunidades, não é tão velado o fato de que muitas famílias sobrevivem da extração do palmito.

Josias, presidente da Associação Remanescentes de quilombos de Sapatú e guarda-parque do PEJ desde 1996, conta que *“já foi mais fiscalizado. Eles sabem que a gente não é invasor. Do outro lado do Parque, no Cedro, em Barra do Turvo, tem muito invasor. Eles querem aplicar aqui o que eles aplicam lá. Aqui eles não são invasores.”*

As várias experiências de gestão e preservação de recursos florestais colocaram agricultores no centro da discussão ambiental. Em 1997, com o início da administração do PEJ pelo Instituto Florestal, foi oferecido aos moradores das comunidades o primeiro curso de monitores ambientais. Se, por um lado, *“o parque oprime”*, por outro ele oferece, através da Secretaria de Turismo, alguma alternativa econômica. A postura de *“tirar com uma mão e dar com a outra”* não foi bem vista por algumas pessoas das comunidades, sobretudo pelo fato de saberem que tinham o direito legal sobre uma parte da área do PEJ. Na ocasião, inclusive, as associações se posicionaram contra a participação de quilombolas no curso de formação. Entretanto, acabaram cedendo e, hoje, as duas comunidades têm, juntas, um total de 18 monitores ambientais prestando serviços no PEJ. A atuação dos quilombolas foi (e ainda é) marcada pela criação da AMAMEL – Associação dos Monitores Ambientais do Município de Eldorado –, em meados de 1998.

Já na ocasião da primeira eleição para a presidência houve um racha, pois o candidato eleito representava os monitores da cidade. André, monitor ambiental quilombola, formado na primeira turma, relata a opo-

sição em termos de “*nós aqui de cima*” e o “*povo da cidade*”. Depois do racha, o “*povo da cidade*”, “*mais individualista*”, criou a ONG Pé no Mato, e a AMAMEL ficou aos cuidados dos monitores quilombolas.

Uma das conquistas da AMAMEL foi a obrigatoriedade do acompanhamento de um monitor ambiental nas visitas à Caverna do Diabo e outras locações do PEJ.

Para entrar no parque, cada visitante paga R\$5,00. Deste valor, R\$ 3,00 fica para a administração do PEJ e o restante vai para o monitor acompanhante. Durante a semana, os monitores trabalham em um sistema de escala, já que a quantidade de turistas diminui bastante; já nos finais de semanas e feriados, a participação deles no trabalho é opcional, sendo feito um esquema de rodízio no acompanhamento das visitas entre que comparecem para *trabalhar*.

No parque ainda há uma lojinha na qual artesãos locais vendem produtos, como balas, compotas de banana e utensílios feitos da palha da bananeira. Em uma conversa com Josias e com seu José Pedro, ambos expressaram a necessidade (e o projeto) de um selo quilombola, pois não querem “*vender artesanato como só uma lembrança, sem história*.”

O contexto rural brasileiro é perpassado por diversas estratégias de seus atores para a permanência neste espaço social. É um rural dinamizado por movimentos sociais de acesso à terra, onde atores põem em prática estratégias diversas, que vão desde a pluriatividade ao cooperativismo e associativismo.

A valorização do patrimônio natural e cultural de cada localidade é dimensão importante do desenvolvimento territorial, pois ajuda a construção e a reafirmação de identidade local, e alternativa para lugares onde a produção agrícola não é suficiente. Porém, cabe uma ressalva: a situação de uma determinada comunidade quanto à propriedade legal da terra é fundamental para a análise dos processos sociais em curso, na medida em que tal situação é determinante dos rumos de tal processo, como pode ser verificado no fato contado por André:

“Se não fosse a coisa da comunidade quilombola e o direito à terra, André Lopes seria uma instância turística igual à Serra, aonde fica a caverna Santana. Lá os moradores tiveram que embarcar no sistema de comprar tudo e não conseguem...”

Um ou outro consegue se dar bem, mas o povo mesmo não. Aqui estaria neste mesmo caminho..."

O bairro ao qual André se refere, Serra, se encontra hoje "*cheio de pousadas e restaurantes*", cujos proprietários são "*pessoas de fora*", que compraram a terra do "*povo de lá*".

O que está em jogo nas redefinições do rural hoje é, também, a articulação entre concepções divergentes de natureza e trabalho, explicitada na gestão do espaço e no campo político. Como bem coloca Mormont, "o meio ambiente não se superpõe às questões rurais e agrícolas clássicas, ele as reformula e as recompõe" (Mormont, 1996:40).

Os processos sociais que configuram a reconceitualização sócio-política do mundo rural consolidam práticas que envolvem processos participativos de planejamento e gestão social. Assim, o contexto da demanda dos moradores de André Lopes e Sapatú pelo direito de uso e exploração turística dos recursos naturais locais pode ser apreendido em várias dimensões. Desde a institucional, que envolve a sobreposição de áreas de remanescentes de quilombo e do Parque Estadual de Jacupiranga, passando pelo modo de vida, com estratégias de produção agrícola e não agrícola, e pelo consumo, que envolve o turismo e o meio ambiente.

A complexidade sociológica da localidade em questão é perpassada por representações e práticas que articulam as noções de identidade étnica, ecológica e territorial.

Não há como negar, portanto, a redimensão do papel do Estado e a configuração de novas formas de sociabilidade no mundo rural. Entretanto, cabe notar, na situação acima descrita e em tantas outras que compõem o mundo rural hoje, a centralidade da relação entre os processos sociais em curso e a perspectiva do acesso e titulação da terra.

ABSTRACT: The present article is concerned with contemporary social situations that involved new ruralities, and it crosses other subjects like environment, identity, territory and tourism. The region of Ribeira Valley SP is known for the large number of Quilom-

bolas communities. The André Lopes and Sapatú communities have their territories overlaid with the Jacupiranga State Park. The lawsuit for the rights over the natural patrimony of that area is central in this context; the possibility of their tourist exploration is considered by local inhabitants as an economic alternative to the agriculture. Hence personal and familiar strategies reveal representations and practices where notions of ethical, ecological and territorial identities articulate themselves.

KEYWORDS: New ruralities, tourism, ethnical identity, environment, social process.

BIBLIOGRAFIA

- ALENTEJANO, P.R.R. *Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?* In TEDESCO, J.C.(org). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. *Os quilombos e as novas etnias*. In O'DWEYER, Eliane (org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ANDRADE, T (org). *Quilombos em São Paulo: tradições*. Direitos e lutas. São Paulo: Imesp, 1997.
- ARRUTI, José Maurício. *A Emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas*. In Mana, vol.3, n.2, 1997.
- BANTON, M. *Etnogênese*. In A idéia de raça. Lisboa:Edições 70, 1979.
- BRANDÃO, C.R. *Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás*. Brasília: Ed. UNB, 1977.
- BENATTI, J. H. *Constituição e Cidadania: a demarcação das terras de quilombolas no estado do Pará*. Caderno de Pós graduação em direito. Belém: UFPA, v2. n8/9, 1988.
- _____. *Posse agroecológica e manejo florestal: um estudo das concepções jurídicas sobre os apossamentos das populações tradicionais da Amazônia brasileira*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Belém, ed. Rev, 2001
- _____. *Posse Coletiva da Terra: um estudo jurídico sobre o aposamento de seringueiro e quilombolas*. Revista CEJ/ Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários – vol 1, n1, Brasília, CJF, 1997.
- CARNEIRO, M.J. *Ruralidades: novas identidades em construção*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.11, out. 1998a.

- _____. Camponeses, Agricultores e Pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra-cap, 1998b.
- CARVALHO, Maria Celina P. et all. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. In Ambiente e Sociedade. Ano V, n.10, 2002.
- FERREIRA, A. D. D. *Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.18, out., 2002.
- GUSMÃO, N. Campinho da Independência: um caso de proletarização caicara. Dissertação de mestrado. PUC/ SP, 1979.
- JEAN, Bruno. *Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.18, abril, 2002.
- JOLLIVET, M. *A “vocação atual” da sociologia rural*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.11, out., 1988.
- MENDRAS, H. La fin des paysans, suivi d’une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après. Actes Sud, 1991.
- MOREIRA R.J. e GAVIRIA, M. R. *Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.18, abril, 2002.
- MORMONT, M. *Le rural comme lecture du social*. In JOLLIVET e EIZNER (org.) L’europe et ses campagnes. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences politiques, 1996.
- _____. *Who is Rural? Or How to be rural: towards a sociology of the rural*. In MADSEN, TERRY et al. (org). Rural restructuring: global process and their responses. London: David Fulton, 1990.
- O'DWEYER, Eliane. *Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos*. In O'DWEYER, Eliane (org.) Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- OLIVEIRA, J. P. *A viagem da volta*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 1999.
- QUEIROZ, R. Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: USP, 1983.

- REDFIELD, R. *Peasantry: part-societies*. In The little community, peasant society and culture. Chicago: University Chicago Press, 1960.
- RIOS, A. V. *Quilombos: raízes, conceitos, perspectivas*. In Boletim Informativo NUER – Regulamentação de Terras de Negros no Brasil. Vol. 1, n.1, 1997.
- SHANIN, T. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Estudos Cebrap, 26. São Paulo, 1980.
- STUCCHI, D; OLIVEIRA JR., A; CHAGAS, M.; BRASILEIRO, S. *Laudo Antropológico das Comunidades Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatú, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. Vale do Rio Ribeira de Iguape*, SP. In ANDRADE, T. et all (orgs.). *Negos do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. São Paulo: ITESP, 2000.
- VOGT, C.& FRY, P. *Cafundó. A África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WANDERLEY, M. N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.15, out, 2000.
- WOLF, E. *Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar*. In FELDMAN-BIANCO & RIBEIRO (orgs.) *Antropologia e Poder*. Brasília-Campinas: Ed. UNB e UNICAMP, 2003.

IDENTIDADE ÉTNICA ITALIANA E AGROTURISMO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE, ESPÍRITO SANTO*

Verena Sevá Nogueira**

RESUMO: A partir de um estudo de caso desenvolvido no município de Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo, observa-se que a prática do agroturismo tem relação com a identidade étnica de seus habitantes.

Através de uma etnografia da *Festa da Polenta* – uma das demonstrações da identidade étnica italiana – pretende-se discutir a relação entre as práticas do agroturismo e a construção da identidade étnica italiana.

O agroturismo desenvolvido no município não se apresenta somente como um turismo relativo ao campo ou ao homem do campo e às suas práticas, mas como um turismo referido a práticas identificadas como “típicas italianas”.

Por outro lado, demonstra-se que no processo de re-invenção da identidade étnica italiana dos vendanovenses, o papel do agroturismo desponta como central, selecionando, destacando ou mesmo inventando sinais diacríticos do grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia rural, grupos étnicos, turismo – zona rural – Espírito Santo (ES).

1 - INTRODUÇÃO

O sentimento de pertencer a um dado grupo de pessoas não é inato, resulta de processos de construção social nos quais sinais diacríticos são eleitos, re-significados e transformados constantemente e, através

* As reflexões apresentadas neste texto estão baseadas na dissertação de mestrado intitulada *A “venda nova das imigrantes”: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo (2004)*, defendida junto ao programa de Mestrado em Sociologia do IFCH/Unicamp.

** Doutoranda em Antropologia Social – IFCH/Unicamp.

dos quais as pessoas se identificam e/ou se distinguem uma das outras, formando os mais variados agrupamentos sociais.

Os grupos sociais, por sua vez, não são dados, não existem desde sempre e nem para sempre. Enquanto construção humana, os agrupamentos de pessoas requerem um motivo para existir, algo que proporcione aos seus integrantes identificarem-se como parte dos mesmos, e aos não integrantes, com os quais o grupo interage, a visibilidade de um grupo ao qual não pertencem.

Dentro do processo de construção de grupos sociais, situemos os grupos étnicos. Embora freqüentemente o senso comum associe a identidade étnica a uma origem comum ou a uma identidade racial, a mesma deve ser tratada com muito cuidado pelos cientistas sociais. Não devemos desconsiderar a origem (se houver) de um dado grupo étnico. Devemos, contudo, analisá-lo dentro de uma *história de escolhas*. Isto é, ao tratarmos da constituição, redefinição, mudanças e até desaparecimento de grupos sociais, as escolhas dos marcos constitutivos e identificadores do grupo devem ser vistas como parte de um processo histórico e social.

Nesse debate situamos a comunidade de descendentes de italianos de Venda Nova do Imigrante localizada na região serrana do Espírito Santo. Postulamos pela existência de uma relação entre a identidade étnica italiana dos vendanovenes¹ e as atividades do agroturismo, modalidade de turismo rural, desenvolvida acerca de uma década no local.

A prática do agroturismo atualmente desenvolvida em Venda Nova² guarda uma visível relação com a identidade étnica dos seus praticantes. Não se trata somente de um turismo relativo ao campo, ao “agro” ou ao rural, mas de um turismo relativo ao homem do campo, e às suas práticas, identificadas como “típicas italianas”. Olhando sob outro ângulo, notamos que no processo mesmo de re-invenção da identidade étnica italiana dos vendanovenses, o papel do agroturismo desponta como central, selecionando, destacando ou mesmo inventando sinais diacríticos do grupo.

¹ Nome dado aos habitantes de Venda Nova do Imigrante.

² A partir deste ponto do texto, ao me referir ao nome do município, o tratarei apenas como Venda Nova, isto visando tornar a escrita e a leitura do texto mais agradável.

Através de uma breve etnografia da *Festa da Polenta* – uma das maiores demonstrações da identidade étnica italiana, bem como a maior festa turística de Venda Nova – pretendemos discutir a relação entre as práticas do agroturismo e a construção da identidade étnica italiana de seus moradores.

BREVE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO NÚCLEO DE VENDA NOVA

Na região onde se localiza atualmente o município de Venda Nova do Imigrante, ao sul do estado do Espírito Santo, o que havia até final do século XIX, eram grandes fazendas cafezeiras, de propriedade de famílias portuguesas, que tinham a mão-de-obra negra e escrava como a principal força produtiva. Nessa época, o café era o principal produto da região (ZANDONADI, 1992).

Com a implementação de políticas de imigração, pelo governo Imperial brasileiro, na segunda metade do século XIX, a então Província do Espírito Santo recebeu algumas levas de imigrantes estrangeiros, em especial, de alemães, italianos e pomeranos. (COSTA, 1981). Nesse período foram criadas três colônias de imigrantes: a de Santa Isabel, a de Santa Leopoldina e a de Rio Novo. Para este último protetorado dirigiu-se grande parte dos imigrantes italianos³ que colonizaram, posteriormente, a região de Venda Nova.

A formação do núcleo de São Pedro de Venda Nova (atual município de Venda Nova do Imigrante) iniciou-se em 1891 com a chegada de imigrantes italianos que, insatisfeitos com as condições das terras no ex-núcleo Castello, as abandonaram e compraram parcelas das terras dos então decadentes fazendeiros do café de Venda Nova.

Em 1988, deu-se a constituição do município de Venda Nova do Imigrante, em decorrência de sua emancipação do município vizinho de Alfredo Chaves. Atualmente Venda Nova do Imigrante é formada pela sede urbana, por dois Distritos e por bairros rurais. Os bairros rurais de Venda Nova são chamados por seus habitantes de *comunidades rurais*. Tra-

³ Os imigrantes italianos, provenientes da região do Trento, no norte da Itália chegaram à colônia Rio Novo a partir de 1873, principalmente entre os anos de 1875 e 1880.

ta-se de uma utilização bastante disseminada localmente, seja pelas pessoas em geral, seja pelos escritos oficiais. Notamos, por exemplo, que no Plano de Desenvolvimento Rural (2000), do Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural), quando da apresentação dos dados populacionais, a distribuição da população é feita por comunidades e não por bairros.

Observamos que, muito embora a noção êmica de comunidade rural não coincida com as definições de bairros rurais (categorias analíticas), trazidas por Maria Izaura Pereira de Queiroz (1973) e por Antonio Candido (2001), estas podem ser tidas como marcos teóricos na definição da noção de comunidade utilizada neste texto.

Num mesmo sentido de bairros rurais analisados por Queiroz (1973), as comunidades rurais de Venda Nova podem ser entendidas como agrupamentos de pessoas que vivem em habitat dispersos, porém em espaços físicos geograficamente demarcados. Os laços de amizade, parentesco e reciprocidade atuam como fatores de delimitação do agrupamento humano das comunidades. A igreja aparece como ponto central de referência, em torno da qual se estrutura a vida comunitária.

No entanto, diferentemente dos bairros rurais estudados por Queiroz (1973) e por Candido (2001), as comunidades rurais de Venda Nova não se estruturam internamente de forma igualitária, no sentido de todos os seus moradores pertencerem a um mesmo nível sócio-econômico. As diferenças sociais internas são mais aparentes nas comunidades mais próximas da área urbana do município, assim como naquelas em que há maior diferenciação entre as atividades de seus moradores, ou seja, naquelas em que o trabalho agrícola não é a única atividade de seus habitantes. Notei a presença de pessoas destituídas de terra nas comunidades rurais de Venda Nova, fato este que, aliás, leva-nos a apreender uma diferenciação social importante, entre os proprietários de terra (os sitiantes) e os parceiros (colonos) e os assalariados rurais sem terra.

Embora o termo comunidade seja marcado pelos estudos de comunidade, que figuraram nos estudos rurais brasileiros nas décadas de 1950 e 60, tampouco é a partir da noção de comunidade presente nesses

estudos que deve ser entendida a noção de comunidade aqui tratada⁴. Um dos principais fatores que distinguem o que entendemos por comunidade em Venda Nova do que os estudos de comunidade entendem como tal está no fato de que, enquanto estes nos fazem pensar uma comunidade rural como um mundo fechado em si mesmo, dotado de uma autonomia demasiada em relação ao mundo exterior, é característico das comunidades em Venda Nova, serem agrupamentos abertos com uma dinâmica de relações sociais entre o local e o “de fora”.

Por fim, constatamos que a noção de comunidade é utilizada para designar tanto os grupos sociais que habitam um bairro rural, como o grupo de habitantes do município de Venda Nova. Especificamente neste texto, ao fazer referência à comunidade de descendentes de italianos, estaremos tratando dos habitantes do município como um todo, e não de um ou outro bairro rural em especial.

Identidade étnica e agroturismo

Uma dimensão importante na comunidade de Venda Nova é a da identidade étnica italiana. A herança italiana partilhada por grande parte dos habitantes de Venda Nova está presente nas práticas e representações sociais dos vendanovenses. Como exemplos de demonstração da dimensão étnica italiana, citemos a presença das cores vermelha e verde, alusivas às cores da bandeira italiana, em espaços públicos, como no logotipo da Prefeitura Municipal impresso nos carros oficiais, na pintura dos pontos de ônibus, nos ônibus escolares, e em algumas placas de sinalização. Outros exemplos são o nome de uma das faculdades existentes

⁴ A título exemplificativo, citemos como estudos de comunidade, os textos:

WILLENS, Emílio. **Cunha**: tradição e transição em uma cultura rural no Brasil. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura, 1947.

WAGLEY, Charles. **Amazon Town**: a study of a man in the Tropics. New York: Macmillan Company, 1953, 315p.

PIERSON, Donald. **Cruz das almas**: a Brazilian Village. Washington: Smithsonian Institution - Institute of Social Anthropology, n. 12, 1951.

HERMAN, Lucila. Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos. **Revista de Administração**. São Paulo, ano 2, p. 1-326, março-junho de 1948.

no município: Univêneto, remetendo à região do Vêneto na Itália, ou ainda, e talvez a mais visível das demonstrações da dimensão italiana, que é o próprio nome do município, com a terminação “do imigrante”, numa remissão à imigração italiana na região.

No processo de implantação do agroturismo em Venda Nova, a herança italiana ganhou uma nova roupagem, adquiriu uma nova importância. Argumentamos que a partir do seu surgimento, há cerca de uma década, a dimensão da identidade étnica da comunidade local sofreu um processo de (re)construção.

A identidade étnica italiana tornou-se um valor simbólico – e econômico – a mais para os vendanovenses - em especial para os agroturistas⁵. Além de se configurar como um turismo relativo às pessoas do campo e dos espaços rurais, o agroturismo do local possui uma dimensão simbólica associada à herança italiana de seus praticantes.

Antes do advento do agroturismo em Venda Nova, a herança italiana dos seus habitantes e as representações simbólicas a esta associada não era valorizada, ou ao menos tão valorizada. Em conversa com alguns dos moradores mais idosos do local, verificamos ser recente a percepção e valorização da dimensão italiana em Venda Nova. Sobre o resgate da tradição italiana nos relatou uma senhora idosa moradora do local.

Sim, sim. Eles são, tem um, tem uns, uns anos pra cá que eles tão resgatando bastante coisa nossa pra, né, nossos italianos. Outro dia eu fui. Falar a verdade, acabou quase com, ninguém, ninguém preservou assim aquelas casa, aquelas coisas bonita, tá acabando tudo. E hoje, eles queria tudo aquilo de volta, mas já não tem mais jeito, né. E, uma coisa foi muito perdida, muita coisa foi perdida. Na casa do meu pai, mesmo, era um sonho, assim, cada coisa. Mas acabou.

[...] Não davam valor. O negócio era coisa nova. Depois, aí, aí, voltou, né, outra vez um pouco, mas aí já. Tem muita gente que preserva, né, uma coisinha, mas é pouco. Pouca coisa que tem (Dona Inês, dezembro de 2003).

⁵ Nome dado aos produtores do agroturismo.

Observamos, inclusive inversões na valoração da herança italiana dos vendanovenses. Embora possamos afirmar que o agroturismo contribua para o enaltecimento/valorização da origem italiana da comunidade de Venda Nova, o sentimento positivo de pertencer a uma comunidade de descendentes de italianos – a comunidade de “italos-brasileiros” de Venda Nova – nem sempre esteve presente, em especial, se considerarmos um importante marcador étnico, qual seja a língua italiana.

Perguntado sobre como era a vida de um descendente de italiano no Brasil, um senhor afirmou:

Veja bem, eu vez em quando eu não sei falar bem, veja bem, eu fui discriminado na minha vida, eu sou de origem italiana, eu até a idade de 18 anos só sabia falar italiano [...] eu não teve nem professor, meu professor era meu pai, ele era engenheiro, e ele me ensinou italiano e me ensinou alguma coisa. (Seu Pedro, julho de 2002).

E, sobre a vergonha em não saber falar português, são as palavras de uma senhora:

Porque o papai não deixava falar o português. Então a gente tinha, até agora, eu fui estudar em Cachoeira, né, no colégio de freira, aí todo mundo no português, eu não sabia falar português. Sabe? Então, parece até que eu tenho um pouco de trauma do italiano porque as meninas ficavam rindo de mim, assim, né, porque eu não sabia conversar o português nada, então elas riam, né, e daí ficou marcado. Criança, né. Fica marcado dentro da gente, né. Mas eu me sinto bem, nossa, até hoje em dia não tem mais essas coisas. Graças a Deus (Dona Inês, dezembro de 2003).

O italianismo⁶ está fortemente associado com as formas de agroturismo praticadas. Muitos dos produtos vendidos sob o rótulo do agroturismo são remetidos simbolicamente aos produtos fabricados pelos imigrantes italianos; por outro lado, muitos outros produtos foram aprendidos em cursos, viagens à Itália, e, principalmente no contato de

⁶ Segundo Novo Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975, p.789), italianismo significa: “imitação da língua italiana ou dos costumes”.

mais de cem anos dos imigrantes italianos, e de seus descendentes, com os brasileiros⁷.

O que importa, entretanto, não é a origem de um produto ou de um costume apontado como “tradicional italiano”, mas o fato de serem simbolizados como próprios da cultura italiana, e, dentro das relações do agroturismo, resultarem num diferencial para a valorização do turismo no local, que se configura não somente como um turismo relativo aos costumes e símbolos campestres, mas também por associação com a “tradição italiana” resultante da história da imigração italiana no local.

Esse processo de (re)construção e valorização da identidade étnica italiana de Venda Nova deve ser analisado dentro das mudanças mais globais verificadas nas mais diversas sociedades humanas. O (re)surgimento das identidades nacionais e das culturas locais é analisado por Castells (1999) dentro do que chamou de fenômeno da globalização, sendo o nacionalismo cultural uma das reações ao fenômeno da globalização, à formação de redes e fluxos de pessoais e bens e à crise da família patriarcal.

Data da época do surgimento do agroturismo, a valorização dos símbolos ligados à herança italiana em Venda Nova. Observamos, por exemplo, que a emancipação do distrito de Venda Nova, em 1988, é contemporânea ao surgimento do agroturismo na região, que teve início há cerca de uma década. E, não coincidentemente o novo município recebeu a terminação “do imigrante” no seu nome. Símbolos de italianismo com referência à Itália também ganharam corpo e visibilidade nesta época, como é o caso do uso das cores vermelha e verde em espaços público, como referido acima. Outros tantos exemplos serviriam para confirmar a contemporaneidade de uma re-invenção da cultura e tradição italiana com o surgimento do agroturismo.

⁷ As atividades do agroturismo em Venda Nova constituem-se basicamente na produção e comercialização de gêneros alimentícios, tais como: bolos, biscoitos, macarrão, geléias, compotas, bombons, socol, queijos, iogurtes, fubá, café torrado e moído, doces em massa, dentre outros; bebidas alcoólicas como vinhos, licores e cachaças; artesanato em madeira, em pedra; bordados e costura; produção de sabonete de leite de cabra e produção de arranjos de flores, dentre outros. Existe também o turismo na modalidade de visitas a sítios e fazendas da região, para conhecer “o que não existe na cidade”.

A seguir, trataremos especificamente de uma das demonstrações da identidade étnica italiana da comunidade de Venda Nova, a festa da Polenta, evento inserido dentro do circuito turístico do agroturismo. Podemos apontar, certamente, esta festa como o evento social mais importante dentro do processo de (re)construção da “tradição” e identidade étnica italiana em Venda Nova, justificando, por isso, sua escolha como objeto analítico privilegiado.

FESTA DA POLENTA⁸

A festa da Polenta é uma das maiores demonstrações da dimensão étnica italiana da população de Venda Nova. Em três dias de festa vendanovenses e turistas (re)constróem o que entendem como tradições e costumes italianos herdados dos primeiros imigrantes italianos que na região chegaram no final do século XIX.

A festa da Polenta foi idealizada em 1979, por um padre local, visando arrecadar dinheiro para obras beneficentes. Foi inspirada nas quermesses que os párocos da igreja matriz realizavam todo dia 12 de outubro, no dia da padroeira da cidade, Nossa Senhora Aparecida. Era um momento de encontro social importante para os vendanovenses e para seus familiares e conhecidos, que vinham de outras cidades para participar da festa.

O nome da festa faz referência a uma comida trazida pelos imigrantes italianos para a região: a polenta, produzida a partir de água, farinha de milho, água e sal. Trata-se de um alimento presente na refeição dos moradores de Venda Nova, sendo consumida basicamente de duas formas: como acompanhamento da carne ou, no café da manhã e nos lanches, com queijo. Assim relataram dois senhores já idosos:

Cedinho, 5 hora, nós já tava tudo em pé. De manhã cedo era merenda, carne, queijo, ovos, **polenta**, café. Parava meia hora pro almoço. O almoço era aroiz, feijón, carne,

⁸ A análise apresentada resultou da minha participação nos dias 11 a 13 de setembro de 2002 na festa da Polenta.

verdura e **polenta** (depoimento oral do senhor Aldir Cessati In LAZZARO, 1992, p. 72, grifo meu).

O feijón com aroiz dos italiano era polenta, num pudia fica sem fubá (Depoimento oral da senhora Teresa Dell'Armellina Serafini. In LAZZARO, 1992, p. 65).

Observamos, entretanto, que embora a polenta fosse um alimento consumido cotidianamente pelos descendentes de italianos de Venda Nova, antigamente não era costume servi-la em festas. Assim relataram dois outros vendanovenses já idosos:

O interessante é que a polenta que os italiano comia todo santo dia. Mas nas festa non tinha polenta, nas festa só tinha macarón, galinha assada, sopa de *taiadete*, porco assado, boi quando tinha, **mas polenta non** (Depoimento oral da senhora Justina Venturini Pasti In LAZZARO, 1992, p. 78, grifo meu)

(Ao falar sobre a comida servida numa festa de casamento) Primeiro tinha sopa de *taiadela* e galinha. Depois retirava os prato e servia *taiadela asciuta* (macarrão enxuto feito em casa sem caldo), galinha assada, carne de porco, queijo, arroz, **non seria polenta**. Depois vinha muitas qualidade de doce e muito vinho (Depoimento oral do senhor Natalino Spadetto In LAZZARO, 1992, p. 94, grifo meu).

Ora, não importa se a polenta era uma comida consumida antigamente nas festas ou somente nos dias comuns. O importante é a sua capacidade de funcionar como símbolo de uma festa “italiana”. A escolha da polenta para o nome da festa aciona um elemento da cultura local, escolhido como marcador étnico. Este último aspecto é o ponto a destacar: a construção de uma tradição italiana ou, utilizando-me de Hobsbawn, a “invenção” de uma tradição italiana.

Ao discorrer sobre invenções de tradições, Hobsbawn (1997) afirma que, embora a recorrência ao passado seja uma característica constante, não é no passado – muitas vezes mítico – que está a explicação dessas tradições, mas no momento de sua criação. Os processos de

criação de tradições, por isso, não se localizam num tempo passado, mas no presente. As tradições de um povo são construções sociais ocorridas num determinado período histórico e, por isso, não estiveram necessariamente sempre presentes na sua história.

Hobsbawn afirma ainda, que os processos de invenção de tradições devem ser entendidos como reações de um grupo social frente a transformações por ele enfrentadas. Frente a essas transformações o grupo faz uso de alguns (porém, não de todos) elementos simbólicos de seu passado para construir uma tradição. Dessa forma, Hobsbawn acredita que a explicação de uma tradição deve ser buscada na relação que este passado recriado mantém com o tempo de sua criação.

Trazendo esses conceitos para a festa da Polenta, observamos que a tradição italiana, que é em todo momento referida, seja por seus organizadores, seja pelos turistas, não é um elemento essencial e a-histórico da comunidade de Venda Nova, nem da categoria genérica dos descendentes de italianos. Ela foi e é inventada continuamente pelas pessoas, e para isso se serve de elementos que simbolizam um passado italiano.

Uma das mais concorridas atrações da festa é a eleição da rainha e das princesas da Polenta. Segundo anunciado no microfone pelos organizadores do concurso, não se trata de um desfile de moda, ou de um concurso de beleza, mas um ritual de “resgate da cultura italiana”. No julgamento privilegiar-se-ia, portanto, não somente na beleza e a desenvoltura da candidata, como manequim, mas a originalidade e beleza da roupa e do penteado por ela portado, dentro dos padrões entendidos como da “tradição italiana”⁹.

Em 2002 eram nove as candidatas, com idade entre 19 e 24 anos. O requisito para concorrer aos títulos de rainha ou princesa da polenta é

⁹ Este tipo de julgamento, contudo, não é totalmente aceito pela população local. Na versão da festa da Polenta de 2003, a moça eleita como a “Rainha da Polenta” foi apontada, por várias de minhas informantes, como não merecedora do título, pois era de estatura baixa e um pouco gordinha. Isso nos leva a pensar que, embora esse concurso seja uma das atrações de uma festa “italiana”, servindo como elemento de construção de uma tradição que se quer italiana, ele é visto como mais do que isso, ou seja, é tido também como um concurso de beleza, que funciona até mesmo como trampolim para muitas jovens locais, que pretendem se tornar manequins ou modelos fotográficos.

ser membro de família de descendentes de italiano e residir no município de Venda Nova ou, em não residindo, um de seus pais ao menos, deve ter residência no local¹⁰. Ao som da música italiana “Finiculi funiculá” as candidatas entraram no palco. As roupas, bastante luxuosas, eram bastante parecidas entre si, apenas com variações de cor e desenhos dos bordados.

Após a apresentação individual de cada concorrente, que consistia basicamente no anúncio do nome, da idade e da profissão, era perguntado a cada uma delas o que mais valorizavam na Festa da Polenta. As respostas eram praticamente homogêneas: todas diziam que o que mais valorizavam era a cultura e a tradição italiana nela presentes.

O concurso era encarado pelos espectadores como uma reprodução do vestuário das italianas que migraram para a região no final do século XIX. Observa-se, contudo, que as roupas apresentadas pelas concorrentes eram bastante luxuosas, roupas estas que certamente não eram as vestidas pelas camponesas italianas do meio rural da região de Venda Nova.

A forma de vestir dos imigrantes italianos era bastante simples no início da colonização italiana em Venda Nova. Segundo o relato de um neto de imigrantes italianos, o uso de sapatos estava restrito ao ambiente da igreja. Era costume carregarem nas mãos os sapatos, no percurso de casa à igreja, e somente quando chegavam lá é que os calçavam. Era essa uma forma de economizar o único par de sapatos que muitos deles possuíam. Afirmou este senhor:

Isso era um costume nosso mesmo. Meus pais fazia e nós também. Até i na igreja ali, era costume, leva o sapato nas costa e calça lá na igreja. Lava os pé lá perto da igreja e aí calçava o sapato e entrava na igreja. Era assim. Era um costume dos velho mesmo. (Depoimento oral do senhor Aldir Cesatti In LAZZARO, 1992, p. 70).

¹⁰ Em conversa com uma moradora do local, durante a solenidade de abertura, tomei conhecimento dessas regras. Minha informante, ainda, lamentou que sua sobrinha, que tinha uns 20 e poucos anos, e era muito bonita, não pode concorrer ao título de rainha ou de princesa da Polenta, pois tanto ela, como seus pais residem em Vitória-ES.

Num mesmo sentido escreveu um autor local:

De roupa, tínhamos duas mudas de vestuário para o serviço de campo, feitas de arranca-toco e mescla e que geralmente davam para passar o ano. Tínhamos ainda dois ternos para os domingos e festas religiosas e sociais, um par de sapatos e um chapéu [...]. Geralmente, saíamos de casa para a Igreja levando nas mãos os sapatos que eram calçados lá; na volta, repetia-se a operação ao inverso. O uso de calçados era mais familiar. Em casa todos tínhamos um par de sócoli ou tamanco de pau. Nossos pais eram profissionais no seu fabrico [...] Não se usava calçado no serviço da lavoura [...] (ZANDONADI, 1992, p. 136/137).

O fato das roupas apresentadas pela rainha e pelas princesas da Polenta serem ou não reproduções precisas das roupas trazidas pelas imigrantes italianas para a região, não importa para os organizadores e turistas. O que está em questão não é uma reconstrução fiel do passado, mas a “invenção de uma tradição” por meio da qual os vendanovenses constróem um sentimento de pertencimento a um grupo social (heterogêneo certamente), distinto de outros grupos sociais “de fora”.

Em seguida ao concurso da rainha da Polenta, houve a apresentação de um grupo de dança, composto por oito casais de meninos e meninas, que dançavam ao som da música italiana “Esperanza”. Notamos que esta foi a primeira, das muitas vezes, que essa música foi tocada na festa. Interessante é que, à época da festa, estava sendo apresentada na principal emissora de televisão aberta brasileira¹¹, uma novela sobre imigrantes italianos de São Paulo, cujo título e música principal era “Esperanza”, a mesma tocada incansavelmente durante todos os dias da festa. Observamos uma identificação dos descendentes de italianos de Venda Nova com a história dos imigrantes italianos paulistas, contada pela mencionada novela. Se as circunstâncias históricas dos imigrantes italianos, que vieram para a região de Venda Nova, eram as mesmas daquelas retratadas na televisão, isso não importa¹². Na identificação étnica de uma comunidade – a dos descendentes de italianos de Venda Nova -

¹¹ A emissora é a Rede Globo de Televisão.

como parte de um grupo mais geral – a dos descendentes de italianos do Brasil – as diferenças porventura existentes entre eles são desconsideradas. Numa identificação étnica, o que importa é a idéia que os membros do grupo étnico tem de sua origem comum, e não necessariamente a origem comum em si mesma.

Uma outra atração da festa foi a apresentação de um coral infantil. Uma das músicas apresentadas pelas crianças foi um *rapper* italiano. No primeiro dia de apresentação a menina que solava a música estava vestida como uma criança brasileira atual (bermuda, blusa de malha e tênis), contrastando com as outras crianças do coral, que trajavam vestidos e terninhos alusivos às roupas das crianças italianas do final do século XIX. No dia seguinte, esse mesmo coral infantil fez uma outra apresentação, e a menina que antes usava roupas atuais, apresentou-se vestida com a mesma roupa que as outras crianças do coral. Perguntado para um dos organizadores da festa o por quê da mudança, foi respondido que era porque a roupa atual, usada no dia anterior pela menina, descaracterizara o propósito da festa, o resgate de uma tradição italiana, e que, por isso, muitas pessoas não haviam gostado.

Ora, vemos aqui que a noção de cultura italiana construída, inventada e acreditada pelos turistas e pelos vendanovenses remonta à idéia que se faz de uma cultura e tradição italiana de fins do século XIX, de uma dada região italiana, o Vêneto, de onde veio a maior parte dos imigrantes italianos para a região.

Aliás, em todas as danças e encenações artísticas da festa, os artistas sempre usavam roupas que representavam o modo de vestir dos italianos do final do século XIX. Eles falam em resgate, preservação e propagação da cultura italiana. Perguntamos então, trata-se do resgate, preservação e propagação da cultura de quais italianos? De que época histórica? De uma época específica – final do século XIX – e de uma dada região italiana – norte da Itália. Porém, para eles – vendanovenses e turistas – isso não importa, já que a idéia de tradição e cultura italiana,

¹² A característica da imigração italiana para São Paulo, conforme a novela em questão, foi o fato de que os imigrantes vieram trabalhar como colonos dos grandes cafeicultores paulistas, isto é, não adquiriram, como em Venda Nova, lotes de terra próprios.

que se quer passar, é a construída socialmente pelos italianos e seus descendentes, ao longo de mais de um século. Por isso, não tem importância em quais símbolos do passado as tradições se baseiam, seja de um passado longínquo ou recente, seja de uma região da Itália ou de outra. O importante é que a tradição construída seja acreditada, pelos locais e pelos de fora, como representativa da idéia de cultura italiana.

Observamos uma criteriosa seleção de símbolos do passado, feita pelos agentes sociais, para a construção de uma tradição italiana. Questionamos, por exemplo, por que na festa da Polenta de 2002, uma das atrações anunciada como típica italiana é o jogo de moretina, enquanto que o jogo de bocha, igualmente trazido da Itália pelos imigrantes, sequer é mencionado? Observe-se que num processo de invenção de tradição, alguns elementos do acervo cultural de um grupo social são selecionados, enquanto outros “esquecidos” e que, a escolha dos marcos culturais que irão

representar uma dada tradição é o resultado de uma escolha política dentro de um grupo social (CARNEIRO DA CUNHA, 1987b).

O processo de invenção das tradições pode ser uma ação política, organizada ou não. O que importa é a repercussão popular que essa tradição deve ter para sobreviver. A sobrevivência de uma tradição depende da força de representação que os elementos simbólicos, selecionados do passado, terão no sentido de oferecer um sentimento de pertença e de integração social a um dado grupo social (HOBSBAWN, 1997).

No caso da festa da Polenta, tanto mais efeito terá a tradição italiana construída, quanto mais ela sirva de elemento de diferenciação do grupo “íalo-brasileiro” em relação aos outros. Tanto mais sucesso terá a festa da Polenta, como uma festa “típica italiana”, quanto mais representativa ela conseguir ser da idéia de tradição e cultura italiana.

Voltando ao caso dos jogos de bocha e de moretina, levantamos como hipótese para explicar porque o segundo é atração da festa e o primeiro não, o fato do jogo de moretina ter sido talvez menos apropriado pela cultura brasileira que o de bocha. Ou, em outras palavras, a representatividade do jogo de moretina, como um sinal diacrítico da identidade étnica italiana, talvez tenha sido julgada, pelos organizadores

da festa, como mais eficaz que a do jogo de bocha, atualmente muito mais conhecido no Brasil que o de moretina.

Ligado ao aspecto da “invenção das tradições” de um grupo social, entendemos necessário discorrer sobre o que significa um grupo étnico, como ele se forma, e qual a sua relação com os marcos culturais que os distinguem de outros grupos sociais. A partir disso, perguntaríamos se a comunidade de descendentes de italianos de Venda Nova caracteriza-se como um grupo étnico ítalo-brasileiro? E, em caso afirmativo, qual o papel da festa da Polenta na afirmação da identidade étnica desse grupo?

A identidade étnica é uma das formas particulares de identidade social. O moderno entendimento de identidades pressupõe o rompimento com concepções essencialistas e com a idéia de que, longe de ser algo único, as identidades sociais são acionadas contrastivamente dependendo das situações específicas. As múltiplas configurações da identidade étnica, por sua vez, revelam sua plasticidade diante de cada grupo social e de acordo com o contexto histórico em que se insere.

A obra de Fredrik Barth (1988) é apontada pela literatura antropológica como um marco na discussão da relação entre cultura e identidade étnica. O autor critica a concepção de que o grupo étnico seria uma “unidade portadora de cultura”, e afirma que uma cultura não é uma característica primordial de um grupo étnico, mas, ao contrário, o seu resultado. Um grupo étnico não se define, portanto, a partir de sua cultura, mas se caracteriza como um tipo de organização social em relação a outros grupos. Portanto, é através do processo de identificação étnica que um grupo étnico se afirma enquanto tal, e se diferencia dos outros com os quais se relaciona. É na fronteira étnica que se define um grupo étnico. Este processo de identificação dá-se pela auto-atribuição e pela atribuição étnica por outros, na interação de diferentes grupos sociais.

Roberto Cardoso de Oliveira aponta como “propriedades estruturais” do processo de identificação, tanto o seu caráter contrastivo, que se refere a definição do “nós diante dos outros”, como a manipulação da identidade étnica em situações de ambigüidade. De acordo com a idéia do caráter contrastivo das identidades étnicas, Cardoso de Oliveira afirma, na mesma linha argumentativa de Barth, que “a identidade contrasti-

va parece consistir na essência da identidade étnica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p.5).

Ainda nessa discussão de etnicidade, cito algumas idéias de Bartolomé (2000), inseridas dentro da mesma linha argumentativa de Barth – a de que a identidade étnica não pode ser entendida como a cultura de um grupo. Para Bartolomé, a caracterização de um grupo étnico em relação a outros grupos, no sentido da “fronteira étnica” de Barth, é um dos elementos importantes para a caracterização da etnicidade; entretanto, aponta também ser importante considerar, no processo social de identificação étnica, as relações internas de um grupo, que aparecem estruturadas com base numa complexa rede de “normas, valores, símbolos herdados, compartilhados e transmitidos que constitui a cultura” (BARTOLOMÉ, 2000, p.137).

As idéias de relações internas constitutivas de um grupo étnico, também podem ser encontradas no texto dos holandeses Vermeulen e Covers (1997). Defendem estes autores que, além da dimensão da interação da etnicidade (a identificação étnica numa relação com ‘outros’) presente em qualquer grupo étnico, há também a dimensão da consciência ou “estados subjetivos” dos participantes de um grupo étnico. Esses autores estão preocupados com uma disputa política interna ao grupo, na escolha, por exemplo, dos traços diacríticos do grupo. A definição de um grupo étnico estaria nesta definição, portanto, pautada também pelo sentimento de pertencimento ao grupo.

Afirma ainda Bartolomé, que os conteúdos culturais, muito embora não definam a identidade étnica de um grupo, condicionam a percepção dos limites étnicos sugeridos por Barth. Pondera que, enquanto a etnicidade é uma espécie de identidade em ação, uma “manifestação política do étnico”, a cultura representa o que ele denomina por “componente civilizatório”, que entraria na configuração da identidade e da etnicidade de um grupo social. “A identidade pode [...] basear-se na cultura, embora não dependa de um patrimônio cultural exclusivo” (BARTOLOMÉ, 2000, p.137). Aqui Bartolomé remete-nos à idéia de processo social de identificação, no sentido de que uma identificação étnica é

sempre situacional, o que quer dizer que varia de acordo com o contexto em que o grupo está inserido.

Manuela Carneiro da Cunha (1987b) partilha também da idéia de que a etnicidade é distinta da cultura, muito embora reconheça que, no processo de construção da identidade étnica de um grupo ocorra uma seleção de elementos culturais dentro de um reservatório cultural. Além disso, a escolha dos tipos de “traços” culturais¹³ deve levar em conta o grupo ao qual se opõe, já que os sinais diacríticos selecionados pelo grupo, dentro de seu ‘acervo cultural’, devem poder se opor aos sinais diacríticos de mesmo tipo, presentes no outro grupo.

Carneiro da Cunha lembra ainda, que “os grupos étnicos são formas de organização que respondem às condições políticas e econômicas contemporâneas e não a vestígios de organizações passadas. Eles se servem do arsenal cultural não para conservá-los como um todo [...] mas para selecionar traços que servirão de sinais diacríticos [...]” (CARNEIRO DA CUNHA, 1987a, p. 94).

Concluí-se, a partir desses autores, que a identidade étnica é construída e perpetuada, conforme os grupos sociais são contrastados uns face aos outros. Os elementos culturais, como por exemplo, as indumentárias, funcionam como sinais diacríticos entre grupos étnicos, mas não correspondem à essência de sua identidade étnica. Os elementos culturais de um grupo étnico variam no tempo e no espaço. Em cada momento de sua história, os grupos étnicos selecionam alguns elementos culturais de seu “acervo cultural” e, através destes, identificam-se entre si e perante os outros. Também as relações internas de um grupo: suas normas, seus símbolos, seus valores, bem como o sentimento de pertencimento a um grupo étnico, são dimensões “internas” importantes.

¹³ Reproduzimos aqui a nomenclatura ‘traços culturais’, encontrada nos textos referidos. Entretanto, preferimos colocá-la entre aspas, pois não pretendemos remeter a nenhuma espécie de resquício de alguma cultura perdida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da etnicidade e tradição italiana está fortemente vinculado às atividades de agroturismo desenvolvidas no município de Venda Nova do Imigrante. Quando um turista vai a um sítio comprar uma peça de socol¹⁴, por exemplo, ele não está interessado somente em um produto “da roça”, mas em um produto que seja, tanto ligado a um mundo rural como permeado por uma idéia de tradição italiana. Trata-se, portanto, de um socol produzido a partir de uma receita trazida da Itália, por uma família de descendentes de italianos, que se estabeleceu em Venda Nova como agricultora.

A festa da Polenta é vista como uma demonstração do resgate da origem da tradição e memória italiana de grande parte dos moradores do município. Para os turistas, é uma festa que mostra os “italianos” do Brasil.

Poderia-se falar, numa análise preliminar e superficial, em apropriação comercial de um passado de colonização italiana no município, interessante para o desenvolvimento do turismo local, no sentido de uma invenção de um passado e de uma tradição italiana que passa a ser vendida aos turistas. Não obstante, um olhar mais atento nos mostra que nesse processo mesmo de (re)construção/invenção da identidade étnica italiana, grande parte da população de Venda Nova, os “italianos” do município, passam a se identificar e a valorizar um sentimento de pertencimento a um grupo étnico “diferente” (italiano), e que essa identificação passa a ser constitutiva desse grupo. Os turistas, bem como os habitantes dos municípios vizinhos, por outro lado, passam a atribuir uma identidade italiana aos habitantes de Venda Nova.

Por fim, se de um lado evidenciamos a existência de um grupo étnico italiano em Venda Nova, por outro, nosso intuito fora demonstrar que este grupo é resultado de processos de construções sociais, que no caso analisado, guarda relação com as práticas do agroturismo desenvolvidas.

¹⁴ Uma espécie de salame feito com carne de porco.

ABSTRACT: A case study was carried out in Venda Nova do Imigrante county, at Espírito Santo State, Brazil. It was observed that the agritourism is related to the ethnical identity of the inhabitants.

Through the ethnography of the Festa da Polenta, one of the many Italian ethnical identities, it was pretended to argue the relationship between the agritourism practices and the building of the Italian ethnic identity.

The developed agritourism shows up itself not only a rural tourism or a tourism related to the country man and his practices, but a tourism related to the Italian typical customs. Otherwise, it was demonstrated that in the reinvention of Italian ethnical identity of the Venda Novenses, the agritourism role rises as the principal one, selecting, detaching or even inventing diacritics signs.

KEY-WORDS: rural anthropology, athnico groups, tourism – rural zone – Espírito Santo (ES).

REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAR, PH; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1988, p. 187-227.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Bases culturais da identidade étnica no México. In: ZARUR, Jorge de Cerqueira Leite (Org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora UNB, 2000, p. 135-161.
- CANDIDO, Antonio. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 2001, 372 p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, p. 1-31.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Religião, comércio e etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos no século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia no Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p. 85-96.

- _____. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia no Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987b, p. 97-108.
- COSTA, Luciana. *A colônia do Rio Novo (1854/1880)*. 1981. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.
- HOBBSBAWN, Eric. Introdução. In: HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.
- LAZZARO, Agostinho. *Lembranças camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante*. Vitória: [s.n.], 1992, 330 p.
- PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2000. Venda Nova do Imigrante: Emcaper - Secretaria de Estado da Agricultura, 1999, 30p.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. *A “venda nova das imigrantes”: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973, 157 p.
- VERMEULEN, Hans; COVERS, Cora. From political mobilization to the politics consciousness. In: VERMEULEN, Hans; COVERS, Cora (Org.). *The Politics of ethnic consciousness*. New York: St. Martin's Press Inc., 1997, p. 1-30.
- ZANDONADI, Máximo. *Venda Nova do Imigrante: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo*. [Contagem]: [s.n.], 1992, 248p.

CULTURA CABOCLA: UMA IDENTIDADE CULTURAL EM CONSTRUÇÃO NO MUNDO RURAL

*Pedro Martins**

*Tânia Welter***

RESUMO: Neste texto, trataremos de apresentar resultados parciais de pesquisa levada a cabo na área rural de Santa Catarina enfocando o segmento da população camponesa identificada como “caboclos” – que será observada a partir do contexto rural mas considerando o processo migratório campo-cidade-campo que caracteriza a dinâmica populacional deste segmento nos tempos atuais. Trata-se de abordar esta parcela da população a partir das diversas categorias identitárias buscando identificar os critérios de atribuição destas categorias, sua operacionalidade política (para a população alvo), científica (para os pesquisadores) e a dinâmica cultural subjacente aos diversos processos históricos a ele associados. Ao tratar do conceito de cultura cabocla, optamos por uma visão não essencialista que negue a abordagem de cultura como totalidade – distinta, homogênea, estável e atemporal (Wolf, 2003:12), e buscamos focar a dinâmica cultural em suas facetas, especialmente as manifestações religiosas, numa perspectiva relacional, com destaque para as interações e interconexões sociais (Hall, 2003).

PALAVRAS-CHAVE: identidade cultural, cultura cabocla, camponeses do sul do Brasil.

1 - INTRODUÇÃO

Quando entramos em contato com a literatura que trata do mundo rural no Brasil, a categoria caboclo aparece com certa facilidade e

* Doutor em Antropologia Social, professor da Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC. weltermartins@yahoo.com.br

** Doutoranda em Antropologia Social (UFSC). taniawelter@yahoo.com.br

cria uma certa confusão na medida em que é empregada nas diversas regiões do país, ou numa mesma região, com sentido diferenciado. Entender as diversas conotações do termo na literatura mais abrangente é fundamental para a compreensão do sentido de categoria identitária que adquire no sul do Brasil.

A categoria “caboclo”, conforme aqui enfocada, encontra uma boa definição no trabalho de Poli (1987). Este autor desenvolve modelo a partir de três movimentos de ocupação na região oeste de Santa Catarina: a original ocupação indígena, a ocupação cabocla¹ - consolidada a partir de migrações irregulares, e a ocupação européia - realizada a partir do processo de colonização que deslocou para a região principalmente descendentes de colonos de origem européia. É importante registrar que Poli define o caboclo como categoria sociológica, em oposição à tendência de muitos autores brasileiros em defini-lo como categoria antropológica.

No sentido sociológico, caboclo é definido como uma categoria relacional, contribuindo para tanto a sua condição de existência aliada a uma cosmovisão construída ancestralmente no espaço rural/sertanejo, mas não limitada a ele. Na perspectiva antropológica, busca-se via de regra apresentar o caboclo como tipo humano constituído a partir de um longo processo miscigenatório – aliado, necessariamente, a uma condição de existência muito mais essencializada do que pode ser aceita por uma abordagem relacional.

Na perspectiva de Poli - e isto nos parece apropriado, o caboclo é originalmente definido enquanto elemento portador de uma condição específica de sobrevivência, ocupante de áreas de terras mais remotas, fora do eixo de interesse do grande capital e geralmente em precárias condições de existência. A definição de caboclo baseada na fenotípia, que caracteriza alguns entendimentos muito disseminados, é criticada por Locks (1998) e reforça a abordagem de Poli. De qualquer forma, é importante lembrar que esta categoria, como qualquer outra, trata de

1 Este movimento de ocupação que sucedeu à ocupação indígena - e foi desestruturado pela entrada de colonos de origem européia - é, via de regra, desconsiderado ou relegado a segundo plano, como algo acidental ou de pouca importância.

uma realidade dinâmica que pode ser observada no panorama fornecido pela literatura e também pelo objeto empírico.

O emprego da categoria caboclo aparece com desenvoltura nos estudos de M.I.P. Queiroz (1973, entre outros), M.V. Queiroz (1977) e D.T. Monteiro (1974)². Todos estes autores, a partir de pesquisas realizadas nas décadas de 1950 (os primeiros) e 1970 (o último), utilizam o termo de maneira similar à definição de Poli, mas sem cogitar da origem da expressão e deixando transparecer certa analogia com o sertanejo de outras partes do Brasil. Mas esta abordagem, de qualquer forma, contrasta com outros autores, anteriores e posteriores a eles, que empregam o termo num sentido antropológico, mostrando-o como uma categoria da mesma ordem da categoria negro, por exemplo. É o caso, apenas para citar um desses autores, de Darcy Ribeiro (1998).

Embora a apropriação da categoria por D.T. Monteiro e os demais do conjunto avance em relação ao outro grupo representado por D. Ribeiro, outro autor apresenta algumas ressalvas afirmando que “(...) o caboclo catarinense não se enquadra necessariamente em outros protótipos como o ‘sertanejo’ nordestino ou o ‘matuto’ mineiro, ou o gaúcho do Rio Grande do Sul e nem mesmo do ‘caipira’ paulista, de quem é contraparente” (H. Ribeiro, 1988:92). Na perspectiva deste mesmo autor, isto não significa “(...) que ele não se identifique com os outros em várias dimensões, especialmente na pobreza e na marginalização” (ibidem).

Embora se possa admitir que o caboclo catarinense e o caipira paulista sejam “contraparentes”, da descrição de Shirley sobre os caipiras de Cunha/SP (1977) depreende-se que o caipira compõe um quadro social onde está implícita a articulação com a cidade, como um todo orgânico, enquanto do ponto de vista do caboclo a cidade representa uma contradição ou, em última instância, um mal necessário.

Ao descrever a categoria em questão, M.I.P. Queiroz afirma que “o caboclo brasileiro não habita em aldeias, senão raramente. Constrói sua casa nas terras que cultiva e mora isolado de seus vizinhos” (1973:81), aproximando-se assim das características privilegiadas por H. Ribeiro (1988) e Poli (1987) para a sua definição. É esta também a defini-

2 Esta referência é mais específica ao emprego do termo no contexto de Santa Catarina.

ção aqui adotada embora, como se verá adiante, trate-se de uma categoria dinâmica que tem incorporado à sua existência algumas transformações próprias da nossa época.

Estudos recentes, como os trabalhos de Renk (1997), Bloemer (2000) e Locks (1998), envolvendo este segmento da população de Santa Catarina, têm questionado a propriedade de se aplicar à população considerada a categoria caboclo. Justificam esta ressalva afirmando que não se trata de categoria nativa e que possui um forte conteúdo pejorativo. Nesses trabalhos a categoria “brasileiro”, enquanto sintetizadora de uma identidade cultural, é priorizada em detrimento de “caboclo” acreditando-se que a primeira traz um conteúdo menos discriminatório e é aceita como um tratamento justo por todos os envolvidos, embora Renk enfatize que os membros de frações contrárias lancem mão da categoria “caboclo” quando a intenção é menosprezar o sujeito envolvido. Renk justifica assim a sua opção: “*Brasileiro* é a sua auto-identificação. Optar pela atribuição externa seria reificar uma identidade heterônoma, construída pelos colonizadores e carregada de atributos negativos” (1997:14 – grifado no original).

Locks, no entanto, reconhece que a categoria “caboclo” vem sendo crescentemente re-apropriada por segmentos dessa população à medida em que adquirem algum grau de politização e auto-estima, via de regra decorrentes de um conhecimento mais aprofundado dos fatos históricos.

Embora esta seja de fato uma categoria estigmatizada, entre os caboclos identificados como Cafuzos³ é consenso a idéia de pertencimento a este segmento da população e muitos deles apontam ser esta uma situação desejável, um *status* que possui maior dignidade que o *status* de “italiano” ou “alemão”, na medida em que designa um “nativo” da terra, alguém com raízes mais profundas que os imigrantes europeus. Isto, por si só, já indica uma apropriação positiva da categoria, talvez

3 Trata-se de grupo étnico constituído a partir da miscigenação entre índios e negros somada a um processo histórico relacionado ao movimento do Contestado. Auto identifica-se como Cafuzo e caboclo, fundamentando assim a perspectiva aqui assumida de uma diferenciação entre a perspectiva antropológica (cafuzo) e sociológica (caboclo), aqui empregadas como categorias complementares e não contraditórias (cf. Martins, 1995 e 2001, principalmente).

decorrente da auto-estima reconstruída.

Por outro lado, a opção pela categoria “brasileiro”, embora politicamente correta, mostra-se inócua do ponto de vista da defesa da dignidade deste segmento uma vez que apenas mascara um discurso sem atingir efetivamente as causas nem os efeitos da discriminação. Além disso, a categoria “brasileiro” pode ter surgido justamente em oposição à categoria “italiano” ou “alemão” sendo, desta forma, tão pouco nativa quanto a categoria “caboclo”. Além do mais, nem todos os camponeses⁴ identificados como “brasileiros” são também considerados caboclos, pelo menos no que diz respeito ao imaginário popular, o que implica pensar que esta categoria elimina a diversidade presente nesse contexto.

Desta maneira, referir-se à fração “brasileira” da população rural em apreciação como população cabocla é reconhecer nela a presença de uma matriz cultural predominante em todo o território enfocado e da qual o grupo Cafuzo, como outros grupos mencionados na literatura, constitui fração portadora de identidade emergente (cf. Martins, 2001 e Martins et al., 2003).

Ao discorrer sobre um grupo de caboclos de São José do Cerrito, Locks (1998) criou uma tipificação para enquadrar os “brasileiros” em três níveis diferenciados de cultura. O primeiro nível, que ele chama de “caboclos da tradição”, em termos de cultura material é marcado pela cultura mais tradicional onde as casas são de chão batido, cobertas com palha, há a presença do fogo de chão, a agricultura é praticada apenas para consumo e com técnicas rudimentares, não há títulos de propriedade da terra e o cotidiano é marcado pelo trabalho essencialmente necessário, atividades de caça e coleta e muito isolamento – quebrado apenas por eventuais visitas que são recebidas sempre com formalidade e alegria. O segundo nível, que ele denominou “caboclos da transição”, é formado por pessoas que superaram essas características mais tradicionais e “lutam” para escolarizar os filhos, possuir terras com títulos de propriedade, acesso à energia elétrica, ter meios de transporte

4 Também na área urbana de pequenas cidades a dicotomia brasileiros/outras é verificada, o que implica pensar em “brasileiro” como categoria mais ampla dentro da qual estaria englobada a categoria “caboclo”.

próprios e outros bens de consumo. Estes também participam de associações e envolvem-se nos movimentos sociais, especialmente os capitaneados pela Igreja Católica e seus organismos civis. O terceiro nível é representado por aqueles caboclos que, a despeito de possuírem um sistema de representações próprio do universo caboclo muito arraigado em seu cotidiano, superaram as condições materiais da vida cabocla e transformaram-se em sitiantes bem sucedidos e até mesmo em pequenos fazendeiros.

Esta tipificação serviu de ponto de partida para pensar o “caboclo em movimento” (Martins 2001 e Martins et al. 2003), não mais preso exclusivamente ao contexto rural mas relacionando-se também com o meio urbano como maneira de permanecer ligado ao seu local de origem ou para buscar outra condição de existência em um contexto de mudança.

A população cabocla caracteriza-se pela miscigenação entre grupos diversos - negros, índios, descendentes de portugueses – e pela construção de um modo de vida peculiar em ambiente rural, geralmente desprovido de infra-estrutura institucional. A população cabocla ocupava, via de regra, terras sem documentos localizadas fora do eixo de interesse do “mercado”. A partir dos anos 1950, no entanto, este tipo de terra

ficou mais escasso e essa população foi forçada a regularizar suas terras a um preço bastante alto, na maioria das vezes, ou a encontrar alternativas de sobrevivência, entre elas o deslocamento para trabalhar em outras propriedades rurais ou em áreas urbanas de pequenas cidades e nas periferias das cidades maiores.⁵

Observando o deslocamento dessa população para as periferias urbanas, as tentativas de re-elaboração do seu modo de vida na cidade e as (muitas) tentativas de voltar à área rural, tentativas estas feitas de

5 Considerando-se, todavia, a existência do terceiro nível de classificação de Locks, cujos sujeitos seguem, naturalmente, um caminho próprio.

maneira isolada ou através de movimentos organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, chamou a atenção essa característica marcada pela dinâmica da mobilidade espacial de seus integrantes. A trajetória de muitos indivíduos entrevistados mostra que a pequena cidade do interior é uma primeira parada antes da cidade maior e das grandes cidades, em cujas periferias atualmente se acomoda grande número de pessoas egressas dos grupos identificados como caboclos.

Muitos desses indivíduos revelam também que desde a saída da área rural seu principal objetivo é criar condições materiais que lhes permitam retornar ao campo, apesar do fascínio que a cidade grande e suas aparentes facilidades despertam em muitos deles, especialmente nos mais jovens. Muitos desses retirantes, ao buscar meios de vida nas cidades, mantêm os laços familiares no campo e para lá retornam em variadas circunstâncias.⁶ Alguns deles, após longos períodos nas periferias urbanas e tendo vivido nessas condições experiências diversificadas,

retornam definitivamente para o meio rural. Outros, no entanto, não preservam laço algum com os locais de origem. Para muitos daqueles que rompem os laços com o campo, no entanto, o retorno à terra é dificultado, pois é quase impossível, para o egresso do campo, acumular na cidade os recursos necessários à aquisição de terras ou condição equivalente que lhe permita o retorno. Outra dificuldade refere-se às precárias condições de educação formal e de assistência à saúde oferecidas pelo poder público aos habitantes da área rural. Assim, o remanescente caboclo acaba permanecendo na periferia das grandes cidades, mesmo em condições muito precárias, pois considera esta permanência preferível à vida no campo sem o mínimo de assistência já

6 Deve-se considerar também a prática da migração pendular, caracterizada pela fixação no campo, onde o indivíduo mantém uma estrutura básica de vida e atividades próprias, e pela ocupação sazonal nas áreas urbanas ou mesmo na área rural ou áreas de pesca de outras regiões. No grupo Cafuzo, por exemplo, encontra-se a expressão “pagar a conta” – consistindo em atividade de caráter pendular que permite ao sujeito manter seu estilo de vida no sertão, onde produz o básico para sua sobrevivência, sem ter excedentes para o mercado ou não encontrando meios para comercializá-lo, e trabalhar em outras partes, área rural ou não, para ganhar dinheiro com o qual possa pagar o armazém que lhe fornece produtos industrializados (ver Martins, 1995).

conquistado vivendo na periferia urbana.

Outros indivíduos, no entanto, jamais se conformam com a permanência nas periferias urbanas e passam a vida lutando para retornar. Muitos deles se envolvem em movimentos sociais como o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, para integrar o movimento de luta que tem, efetivamente, recolocado muitos desses

agricultores de volta no campo. Assim, fecha-se um círculo migratório que partiu do sertão, passando por fazendas, pequenas cidades, cidades médias e periferia das grandes cidades, que termina por conduzir o indivíduo novamente à terra – embora em condições muito diferenciadas e tendo produzido, no sujeito desse processo, importantes transformações culturais.

Ao observar esta dinâmica foi possível constatar que as pessoas envolvidas no processo tratam de reproduzir nos diversos ambientes onde se instalam alguns elementos característicos de seu modo de organização e de pensamento, em outras palavras, reproduzem aquilo que estamos chamando de cultura cabocla, uma matriz cultural forjada na área rural e que orienta o caboclo no seu processo migratório. Ao interagir em quaisquer outros ambientes o indivíduo lança mão das suas diferentes referências identitárias no sentido de adaptar-se e inserir-se, mas principalmente no sentido de reconstruir sua identidade no novo contexto.

Nota-se assim que os elementos característicos da cultura cabocla jamais abandonam o sujeito e, até como forma de resistência, são mantidos por ele ao longo de toda a sua trajetória. Alguns desses elementos são mais facilmente observados que outros. O modo característico da população cabocla conceber e interpretar o mundo, por exemplo,

só
aparece em relações mais subjetivas, ao passo que nos diversos aspectos relacionados à religiosidade, entre outros, são facilmente identificáveis.

A cultura cabocla na diáspora, no entanto, vai sofrendo as conseqüências da dinâmica própria da cultura e se transformando nos processos de interação social aos quais o indivíduo se expõe. O modo de vestir e as práticas musicais associados à religiosidade, por exemplo, logo

assimilam elementos próprios de cada contexto.

Rastrear a dinâmica da identidade cultural cabocla implica em acompanhar expressivos contingentes dessa população em seu processo migratório, processo este que ora leva do campo para a cidade, ora leva da cidade para o campo e, às vezes, de cidade em cidade ou ao movimento dentro da própria cidade, inclusive no sentido da mobilidade social.

Em qualquer dos casos, a cultura religiosa parece acompanhar os indivíduos como idioma de identidade (Renk, 2004) ou como forma de demarcar as diferenças entre os grupos. Isto ficou evidenciado nos dados de pesquisas com populações caboclas catarinenses, tanto na condição de camponeses, quanto na condição de camponeses em movimento – quando a população é observada em seu processo migratório. É o caso da Comunidade Cafuza de José Boiteux (Welter, 1999), Serra Catarinense (Bloemer, 2000 e Locks, 1998), meio-oeste (Oliveira, 1992), oeste (Renk, 1997 e 2004) e migrantes serranos na periferia de Florianópolis (Iunskovski, 2002). Nesses grupos ficou evidenciada uma *religiosidade* diferenciada, marcante (permeando a trajetória dos indivíduos e grupos), fluida, dinâmica, dentro ou fora das instituições religiosas, além de uma freqüente reinvenção religiosa (inclusive no interior das instituições) de símbolos, práticas, significados por indivíduos e grupos, recriando e utilizando elementos antigos e novos em contextos novos.

Essa religiosidade está marcada por práticas tradicionais, pelo reforço das redes de sociabilidade e da identidade do grupo (geralmente não separada do cotidiano e das relações econômicas, sociais e políticas). Isto fica evidenciado na prática diferenciada de rezar, cantar e celebrar, na devoção (na forma privativa em espaços domésticos ou coletiva e em espaços públicos) aos santos e santas consagrados pela Igreja, ou outros não oficiais como São João Maria, no envolvimento dos membros dos grupos; além de práticas como terço cantado, rituais como a *Recomendação*

*das Almas*⁷, prática de cura (em pessoas, animais e plantas), duplo batismo (batismo doméstico antes do clerical), festas, respeito ao dia dos santos, entre outras.

Estas práticas expressam desafios à prática ortodoxa e coloca em destaque pessoas que ficariam em segundo plano nos cerimoniais da Igreja. Nesta, a ordem remete a uma cerimônia pomposa, formal, onde a autoridade masculina, adulta e institucional predomina. O batismo doméstico, por exemplo, como ocorre no espaço da casa, envolve todos os presentes, inclusive crianças, coloca em destaque mulheres, não exige roupas especiais, apresentar documentos oficiais, festa ou presentes. Os padrinhos do batismo em casa (em número não determinado) são escolhidos na rede social da família, não obedecendo aos padrões pré-estabelecidos e tendo funções sociais mais amplas.

No processo migratório para áreas urbanas, a identidade sócio-cultural (neste caso a cultura cabocla) reproduz-se e se mantém a partir de diferentes estratégias. Locks observou o processo migratório de caboclos que saíram da área rural de São José do Cerrito para a periferia da cidade de Lages, na região serrana de Santa Catarina. Constatou que “é freqüente observar num lote de 360m², a família conviver com a vaca de leite, o cavalo, animais de pequeno porte como galinhas, gato, cachorro” (2003:05). Além disso, percebe que os sinais culturais de origem podem ser observados no espaço urbano nas formas de sociabilidade, laços de parentesco, vizinhança e compadrio, numa prática religiosa tradicional da cultura cabocla expressa no costume do batismo duplo (em casa e na igreja), na recomenda das almas, nas práticas funerárias ritualizadas no espaço doméstico; nas devoções e cantos religiosos do catolicismo *popular*. E conclui que, mesmo tendo ocorrido um deslocamento geográfico através do movimento migratório, “culturalmente persistem muitas variantes que caracterizam o modo de vida do ‘entorno caboclo’” (Ibidem).

Iunskowski (2002), por outro lado, observou o processo migratório em uma cidade de grande porte analisando a história de caboclos que

7 Ritual realizado no período da Quaresma com objetivo de auxiliar as almas do purgatório a aliviar suas penas ou encontrar o caminho. É composto por um *terno* que sai a noite *recomendando as almas* de casa em casa e geralmente finaliza no cemitério.

migraram da região serrana para Florianópolis. Centrando seu olhar sobre as práticas religiosas, apresenta inicialmente a vivência religiosa na Serra para identificar as permanências e mudanças ocorridas no processo migratório. A religiosidade desses grupos na Serra era marcada, como vimos em Locks (2003), pelo duplo batismo, terço cantado, quaresma como tempo de rezas, velórios diferenciados, vivência junto a um catolicismo/religiosidade tradicional (relação secundária com o catolicismo oficial), experiência religiosa fundada na vida cotidiana, devoção aos santos e em especial à São João Maria (santo consagrado de forma popular e não legitimado pela Igreja), plantação da cruz de cedro e utilização da água (benta) de São João Maria. Na periferia urbana da cidade grande, esta vivência religiosa encontra novos contextos e se depara com o desaparecimento de alguns sinais sagrados como lugares, tempos, pessoas, ritos. Surge a necessidade de adaptações e mudanças de alguns aspectos. Mas a relação próxima com o sagrado e a fé em São João Maria (porque ele ajuda a curar, dar esperança e a preservar ritos sagrados como o batismo em casa), foram experiências religiosas da cultura cabocla que se mantiveram entre essas populações mesmo no espaço urbano, individualizado e moderno. A partir desse estudo foi possível, para os autores, concluir que o processo de migração caracteriza-se como um processo de transição, consolidando velhas e novas experiências religiosas.

A religiosidade como fator de aglutinação (ou de desentendimento) aparece também em assentamentos rurais ou reassentamentos. Juntamente com as redes de parentesco, a religião aparece como espaço privilegiado de “enraizamento” no novo contexto, caso esta crie e reviva tradições, valores, lembranças que davam sentido aos atores sociais no contexto anterior (cf. Reis, 2001). No caso específico de um acampamento do MST observado na periferia da Grande Florianópolis em passado recente (cf. Martins et al., 2003) foi possível identificar como a identidade cultural cabocla se redefine e como suas estratégias se manifestam em um contexto de transição onde caboclos interagem com outras identidades culturais. O acampamento em apreço foi formado a partir de um processo de organização iniciado em uma favela do Município de Palhoça onde a condição identitária não constava como critério

para as candidaturas ao projeto. Deve-se considerar ainda que os candidatos ao acampamento possuíam tempo diferenciado de permanência na periferia urbana e, portanto, diferentes níveis de reelaboração ou reconstrução identitária, nem todos eram oriundos da área rural e só parte destes identificavam-se como caboclos ou *de origem cabocla*.

Nas práticas cotidianas do acampamento, no entanto, foi possível observar sem dificuldade a emergência da identidade cabocla a partir das estratégias de reorganização da vida e da adaptação à mística do MST⁸ e à rotina do acampamento. Os elementos mais superficiais, e por isto mais facilmente identificáveis, no entanto logo se mostravam nas manifestações de caráter religioso e práticas musicais, embora ficasse clara a tendência da mística do movimento para a politização, a homogeneização e supressão das diferenças ou mesmo influências externas (como as de caráter religioso). Em outras palavras, mesmo em um contexto com tendência para uma integração total, a identidade cabocla afluía espontaneamente e persistentemente.

Inspirados nos trabalhos acerca do segmento caboclo da população de Santa Catarina, é possível afirmar que, mesmo migrando (do campo para a periferia urbana ou da periferia urbana para o campo) os sujeitos utilizam diferentes estratégias de manutenção da identidade sócio-cultural, entre elas uma religiosidade cotidiana, plural e coletiva, mesmo no espaço urbano, individualizado e moderno. Em um de seus trabalhos sobre identidade cultural Hall afirma que “no mundo moderno, as culturas nacionais no interior da quais nascemos são uma das principais fontes de identidade cultural” (2003b:37). Mas entende também que estas identidades não são intrínsecas aos indivíduos, mas “formadas e transformadas dentro de e em relação à representação” (idem:38). Quem se sente portador de uma identidade cultural sabe-se

8 A *mística* consiste em uma série de práticas definidas pela política pedagógica do movimento e que consiste na internalização de um conjunto de valores (éticos, espirituais, políticos) que busca criar uma coesão interna.

participante de uma “comunidade simbólica” que Hall, emprestando de Anderson (2005) a expressão, vai caracterizar como uma “comunidade imaginada”. É neste sentido que se pode falar de um *universo caboclo* e, em especial, de uma *cultura cabocla*, na medida em que os sujeitos que, conscientes ou inconscientemente, tomam parte e reproduzem esta identidade cultural contribuem para a construção de uma comunidade imaginada. Levando em conta as reflexões de Hall é possível entender por que, mesmo submetida às condições de existência no meio urbano, é o mundo rural que fornece, à população de origem cabocla, os referenciais indispensáveis à recriação dos processos simbólicos inerentes à construção de sua identidade cultural.

ABSTRACT: This text will deal with the partial results of a research that took place at the rural area of Santa Catarina state we focused a segment of the rural population identified as “caboclos” – that will be observed from the rural context but considering the migratory process countryside-city- countryside that characterizes the dynamic of the rural population. We will study this population from different identity categories trying to identify the criteria of these categories attributions, its political operation (to this population), scientific (to the researches) and the cultural dynamic related to the different historical processes associated to them. When dealing with the cabocla culture concept, we opted by a not essentialist vision that denies culture as a totality – distinct, homogenous, stable and atemporal (Wolf, 2003:12), trying to emphasize the cultural dynamism in its aspects, specially the religious manifestations, in a relational perspective, emphasizing the social interactions and interconnections (Hall, 2003).

KEYWORDS: cultural identity, caboclos culture, south of Brazil’s peasant.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- BLOEMER, Neusa Maria. *Brava Gente Brasileira. Migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- _____. *A Questão da Identidade Cultural*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003b.

- IUNSKOVSKI, Roberto. *Migrantes Caboclos em Florianópolis – Trajetória de uma experiência religiosa*. (Dissertação em História). Florianópolis: PPHST, 2002.
- LOCKS, Geraldo Augusto. *Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito*. (Dissertação de mestrado). Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998.
- _____. *A população cabocla a caminho da cidade: uma investigação de seu trajeto e da reinvenção de sua vida na cidade de Lages, SC*. Comunicação apresentada ao GT-21 *Cultura Cabocla e Itinerários Migratórios* da V Reunião de Antropologia do Mercosul realizada em Florianópolis no período de 30/11 a 03/12/2003.
- MARTINS, Pedro. *Anjos de Cara Suja*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *Comunidade Cafuza de José Boitenx/SC: História e Antropologia da Apropriação da Terra*. (Tese de Doutorado). São Paulo: PPGAS/USP, 2001.
- MARTINS, Pedro et. al. “Cultura cabocla en el sur de Brasil: un abordaje preliminar” in: *Memoria y Sociedad 15 – Diásporas Afroamericanas*. Bogotá: Javeriana, 2003.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- OLIVEIRA, Célio. *A Construção e a Permanência do Mito de João Maria de Jesus na Região do Contestado, Santa Catarina*. Dissertação em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS/URGRS, 1992.
- POLI, Jaci. *Caboclo: Pioneirismo e Marginalização*. Cadernos do CEOM no. 03. Chapecó: Fundeste, 1987.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Campesinato Brasileiro*. São Paulo/Petrópolis: EDUSP/Vozes, 1973.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social (a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- RENK, Arlene Anelia. *A Luta da Erva: um ofício étnico da ‘nação brasileira’ no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.
- _____. *Narrativas da Diferença*. Chapecó: Argos, 2004.
- REIS, Maria José. “O reassentamento de pequenos produtores rurais: o

- tempo da reconstrução e recriação dos espaços” in: REIS, M.J. & BLOEMER, N.M.S. (org.). *Hidrelétricas e Populações Locais*. Florianópolis: Cidade Futura/EdUFSC, 2001.
- RIBEIRO, Darcy. *Diários Índios: Os Urubu Kaapor*. 1 r. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RIBEIRO, Hércion. *Da Periferia um Povo se Levanta*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- SHIRLEY, Robert W. *O Fim de uma Tradição*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- WELTER, Tânia. *Revisitando a Comunidade Cafuza a Partir da Problemática de Gênero*. (Dissertação de mestrado). Florianópolis: PPGAS/ UFSC, 1999.
- WOLF, Eric R. *Antropologia e Poder*. Brasília/ São Paulo: Editora UnB/ Editora Unicamp, 2003.

ARTIGOS

FLORESTAN FERNANDES E GUERREIRO RAMOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDÉIA DE BRASIL MODERNO

Tatiana Martins*

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo demonstrar a maneira pela qual dois sociólogos brasileiros, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, nos anos 50 e início dos 60, construíram duas concepções de *Brasil Moderno* através de seus pressupostos teóricos entendidos como forma de edificação de uma Sociologia Brasileira. Dessa forma, o trabalho busca associar essa tentativa de construção das fundações de uma Sociologia Brasileira com o próprio processo de desenvolvimento nacional e, principalmente, com a formulação de um *Projeto Nacional*.

PALAVRAS-CHAVE: Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, sociologia brasileira, desenvolvimento nacional.

No emaranhado dos desafios que compõem e decompõem o Brasil como nação, as produções científicas, filosóficas e artísticas podem revelar muito mais o imaginário do que a história, muito menos a nação real do que a ilusória. Mas não há dúvida de que a história seria irreconhecível sem o imaginário. Alguns segredos da sociedade se revelam melhor precisamente na forma pela qual ela aparece na fantasia. Às vezes, a fantasia pode ser um momento superior da sociedade¹.

DELINEANDO UMA PROBLEMÁTICA

Como destaca Octávio Ianni, a reflexão sobre os limites e as possibilidades da modernidade brasileira é uma constante da história do

* Doutoranda em Sociologia – IFCH/Unicamp.

¹ IANNI, 2004.

pensamento brasileiro. São várias formas de enfrentamento da *questão nacional*, temática essa que se tornaria verdadeiro “fascínio” da intelectualidade brasileira cujo ápice se expressaria nos principais momentos de crise estrutural, tais como, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e, em especial, a Revolução de 30 a partir da qual teriam se constituído as “matrizes do pensamento social brasileiro”. As transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas na década de 50 - como o avanço industrial, o papel interventor do Estado na economia e a intensificação da urbanização e do cosmopolitismo - tornaram a realização do Brasil como uma nação moderna, aos olhos de vários setores da sociedade, uma possibilidade concreta. O “fascínio”, agora, se estendia a formas de expressão que iam desde os ideários de consumo até os investimentos públicos no desenvolvimento industrial brasileiro. Em todos esses casos, os países representantes do capitalismo desenvolvido ou da civilização moderna ocidental tornam-se os referenciais a partir dos quais se definiam indagações, necessidades e aspirações. Já no limiar dos anos 60, com o balanço dos resultados do projeto de desenvolvimento nacional de Juscelino Kubitschek e das crises econômica, política e social emergentes recolocam-se reflexões e projetos, mas tendo, sempre, em vista o desenvolvimento brasileiro mesmo que definido a partir de critérios distintos².

No âmbito do pensamento social brasileiro as reflexões sobre os rumos do desenvolvimento nacional intensificam-se na medida daquelas transformações e, por essa natureza, não podem fugir, de uma maneira ou de outra, da reflexão sobre os referenciais internacionais que

² Para maior detalhamento sobre as tensões sociais e políticas e sobre o esgotamento da economia brasileira no período e sobre as novas formas de sociabilidade, consultar: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3a. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1981; MELLO, João Manuel Cardoso de. “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) *História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

constituem uma *idéia de Brasil moderno*. No decorrer dos anos 50 e início dos anos 60, a tônica das discussões sobre o desenvolvimento nacional envolve constantemente as possibilidades de um projeto de duas faces geradoras de uma tensão fundamental: aquela que definia as tendências do país tornar-se uma nação desenvolvida (e, que, considerando as diferenças de abordagens, pressupunha a dimensão universalista dos projetos) e, outra, que se deparava com as particularidades históricas que colocavam a especificidade do processo de desenvolvimento no Brasil. É com essas indagações que dois sociólogos brasileiros, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, têm de lidar quando propõem a construção de uma Sociologia Brasileira em plena associação com o processo de emergência do Brasil moderno, ou desenvolvido.

Para ambos os autores, dentre as transformações ocorridas no Brasil a partir de 45 no sentido da modernização brasileira, figura a necessidade de fundação de uma Sociologia Nacional que não apenas representasse o ritmo da disciplina em relação ao processo de desenvolvimento nacional, mas que, principalmente, contribuisse para a plena realização do mesmo. Essa percepção comum, entretanto, não foi suficiente para gerar os mesmos resultados. Fatores diversos concorrem tanto para a aproximação quanto para a diferenciação das análises efetivadas pelos sociólogos. Para além dessa primeira aproximação que os destina à tarefa de edificação da Sociologia Brasileira a partir de certa visão da

realidade nacional, pode-se diferenciar suas interpretações tendo em vista, por exemplo, a trajetória intelectual ou as instituições nas quais Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos atuaram. Nesse caso, a partir da vinculação dos trabalhos do primeiro³ aos princípios a que se destinava a

³ Florestan Fernandes ingressou no curso de Ciências Sociais da FFCL da USP em 1941, graduando-se em 1944. Após a realização de seu mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política na qual obtém o título em 1947 com o trabalho *A Organização Social dos Tupinambá*, defende na USP a tese de doutorado *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* em 1951, a tese de livre-docência na cadeira de Sociologia I *Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista* em 1953 e a tese de cátedra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* em 1964. Atuou como professor nessa universidade até o ano de 1969, quando foi cassado pelo regime militar. Para uma análise do processo de formação intelectual de Florestan Fernandes, consultar: GAR-

vida acadêmica na FFCL da Universidade de São Paulo e os do segundo⁴ ao caráter político das instituições nas quais trabalhou, é possível se chegar a uma caracterização dessa produção baseada numa polarização entre Ciência e Política, nas quais tais dimensões aparecem enquanto campos autônomos. Dessa forma, a dimensão política se restringe a lutas internas pelo poder, ou legitimidade, no campo. Ainda na perspectiva institucional seria possível definir a dimensão política à participação na vida política institucional, ou seja, no governo ou a órgãos diretamente ligados a ele. Nesse sentido, a política também acaba confinada às disputas político-ideológicas no aparelho governamental. Contudo, outra forma de politização da produção do conhecimento pode ser apreendida a partir da tomada dessas idéias como *forças sociais*, ou seja, enquanto expressão das tensões sociais. Apresentando determinadas formas de apreensão da realidade, ou determinada *visão do mundo*, a produção do conhecimento adquire caráter político uma vez que essas formas podem ser compreendidas como fundamento da formulação de projetos. Em se tratando

CIA, Sylvia Gemignani. (2002) *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, USP, Editora 34.

⁴ Em sua juventude na Bahia, Guerreiro Ramos trabalhou na Administração de Landolfo Alves, teve formação católica, ingressou e se desligou do Movimento Integralista e participou da fundação da Faculdade de Filosofia da Bahia, conseguindo, com isso, a cátedra de Ciências Sociais antes mesmo de ingressar num curso nessa área. Isso somente acontece após sua ida ao Rio de Janeiro por intermédio de uma bolsa concedida pelo governo da Bahia. Formou-se em 42 em Ciências Sociais e em 43 em Direito (OLIVEIRA, 1995). Em seguida ministrou um curso no Departamento da Criança, trabalhou no DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público – órgão de Administração Pública Federal), na Casa Civil (órgão de assessoramento do Governo Getúlio Vargas) e na EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública). Foi um dos fundadores do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) - instituições ligadas ao Ministério da Educação criadas com a intenção de constituir uma fonte de pensamento e pesquisas de assessoramento ao governo, sendo que a segunda, que teve na primeira seu embrião, foi extinta em 1964 (TOLEDO, 1997). Faziam parte do grupo que compunha o IBESP e depois o ISEB, alguns integrantes da Casa Civil que já realizariam atividades de assessoramento ao governo (SOARES, 1993) - de onde sai em 1958 ingressando, logo em seguida, na vida política ao candidatar-se em 1962 a deputado federal pelo PTB e ingressar como suplente em 1963. Teve seu mandato casado em 1964, indo, então, para os Estados Unidos onde lecionou e residiu até sua morte em 1982.

especificamente da Sociologia, a forma de apreensão da realidade social, ou a escolha do objeto e do método de investigação, no caso, para a análise da realidade brasileira, podem expressar, a partir desse ponto de vista, determinada concepção de futuro do país, ou projeto de desenvolvimento para o país. As propostas de construção da Sociologia Brasileira e as concepções de desenvolvimento nacional de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, dessa forma, podem ser politizadas de três maneiras: a) a partir da compreensão das análises enquanto enfrentamento da *questão nacional* brasileira naquele momento (e, assim, enquanto posicionamentos políticos com relação ao processo de desenvolvimento capitalista e de uma sociedade moderna no Brasil); b) a partir da distinção entre as duas formulações em função dos respectivos projetos de desenvolvimento nacional; c) a partir da definição política de suas formulações em relação a produção de autores contemporâneos. É à discussão dos dois primeiros que este trabalho está direcionado.

UM PROJETO PARA A SOCIOLOGIA, UM PROJETO PARA O BRASIL

Partindo, agora, para a construção analítica propriamente dita feita pelos autores, o que chama atenção, em primeiro lugar, é a já destacada compreensão da emergência da Sociologia Brasileira como uma necessidade social do Brasil dos anos 50. Ao mesmo tempo em que tal emergência representa, para ambos os autores um processo de “autoconsciência científica da sociedade” ela é compreendida como catalisadora do desenvolvimento nacional. Esse ponto de vista diz respeito a determinada concepção do papel a ser assumido pela sociologia na sociedade, formulada pelos dois sociólogos, que associa a disciplina ao processo de desenvolvimento nacional. Além disso, essa perspectiva pressupõe determinada visão sobre o desenvolvimento do pensamento social brasileiro até os anos 50 que aponta para um dos fatores fundamentais de distinção dos moldes definidos pelos autores para a edificação de uma Sociologia Brasileira.

Florestan Fernandes reconhece a partir dos anos 20 e, em especial nos anos 30, o momento de emergência do que admite como *padrão de*

*trabalho científico*⁵. Os fatores identificados por ele como condicionantes desse avanço no pensamento sociológico brasileiro consistem na intensificação do que considera como processos de *secularização* e de *racionalização* e o desenvolvimento de um suporte institucional para o ensino e a pesquisa. De forma mais específica, para ele, constituem fatores de

emergência da Sociologia Brasileira o surgimento da *investigação positiva* e a introdução sistemática da pesquisa de campo. No processo de desenvolvimento da disciplina, contudo, Florestan Fernandes compreende que chegados os anos 50, ao mesmo tempo em que se poderia observar tendências de um desenvolvimento autônomo do conhecimento sociológico expressas na formação das primeiras gerações de sociólogos e na crescente valorização do uso da sociologia na sociedade, seria possível encontrar obstáculos para a plena utilização da capacidade reconstrutora da disciplina para as novas necessidades emergentes no âmbito social.

Na análise do processo de desenvolvimento da Sociologia no Brasil, Guerreiro Ramos identifica duas correntes de pensamento, uma que precisaria ser superada e outra que deveria ser resgatada. A primeira corrente de pensamento sociológico Guerreiro Ramos chama de “consular”, em *O processo da sociologia no Brasil* (1953) e, também, de “enlatada” em *Cartilha brasileira do aprendizado de sociólogo* (1954)⁶ e a caracteriza pelo que considera como a utilização indiscriminada de teses e autores estrangeiros e, com isso, pelo alheamento em relação à especificidade nacional e aos problemas colocados por ela. Em oposição a esse tipo de atitude, Guerreiro Ramos define uma tradição de pensamento estreitamente vinculada aos problemas da sociedade brasileira, ou seja, uma visão pragmática que seria imanente ao

⁵ No rol dos precursores da investigação positiva no Brasil Florestan Fernandes coloca Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda e Nelson Werneck Sodré (FERNANDES, 1980)

⁶ Nessa primeira corrente, o sociólogo incorpora os autores Tobias Barreto, Pontes de Miranda, Tristão de Ataíde, Pinto Ferreira e Mário Lins e, num sub-ramo dessa corrente, agrupa Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

conhecimento sociológico⁷. Essa seria, para ele, a atitude capaz de produzir uma “Sociologia Autêntica”, ou seja, uma sociologia que enquanto “autoconsciência científica da sociedade” exerceria sua função de *reconstrução social*. Dito de outra forma, os critérios de objetividade delimitados pelo autor correspondem à capacidade da sociologia em responder às exigências colocadas pela sociedade na qual está inserida e à *consciência* que a disciplina deveria ter sobre o seu lugar nas tendências dominantes na sociedade.

Como se pode notar, há uma divergência importante entre os dois autores na concepção dos critérios de objetividade na sociologia em relação às raízes do pensamento sociológico brasileiro. Para Florestan Fernandes, esses critérios são definidos a partir dos resultados obtidos com a incorporação dos padrões universais da ciência no Brasil. Por isso,

identifica nos anos 20 e 30 algumas tentativas nesse sentido e nos anos 50 o surgimento dos primeiros resultados da formação de sociólogos nos centros universitários brasileiros. É exatamente esse o ponto de divergência encontrado na argumentação de Guerreiro Ramos. Para ele o que define a emergência da Sociologia nacional não é a utilização desses padrões, mas a vinculação entre a produção do conhecimento e os problemas colocados pela sociedade. A distância entre tais pontos de vista pode ser exemplificada pelo debate travado por Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos no final dos anos 50⁸.

É a partir da compreensão da maneira pela qual os dois autores definem os instrumentos de análise e de intervenção da sociologia na sociedade que se expressam as raízes de suas concepções de objetividade e de possibilidades de aplicação do conhecimento científico – que como se pôde perceber está diretamente relacionado à maneira pela qual os

⁷ Seriam representantes dessa corrente Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna.

⁸ O debate pode ser observado em: RAMOS, 1963; FERNANDES, 1976. Para maior detalhamento desse debate e da participação de outros autores no mesmo consultar: BARIANI JR, Edison. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias* (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Araraquara, 2003. Dissertação de Mestrado, FCL-UNESP.

sociólogos procuram assimilar a Sociologia produzida nos países avançados. Para Florestan Fernandes, a absorção do conhecimento científico produzido nos países avançados é uma via de mão dupla. Tendo em vista o caráter incipiente da sociologia no Brasil e as dificuldades de expansão da pesquisa científica no país, o sociólogo compreende a incorporação daquele conhecimento como fundamental para a compreensão da realidade nacional, uma vez que daria suporte instrumental para tal realização. Por outro lado, através da utilização de tais recursos, o conhecimento sociológico produzido no Brasil poderia contribuir para a teoria sociológica geral. Isso porque os resultados obtidos em pesquisas realizadas no Brasil, ou em outros países subdesenvolvidos, corresponderiam a generalizações induzidas de uma situação distinta.

Procurando apreender os métodos clássicos de investigação na sociologia, Florestan Fernandes destaca um deles como o fundamental para a interpretação da realidade social brasileira naquele momento: o Método de Interpretação Funcionalista. Essa escolha se justifica, em primeiro lugar, pela atribuição de capacidade analítica do método sobre os processos de *mudança social* e, dessa forma, sobre o que o autor considera como os processos pelos quais o país estaria passando naquele momento. Em segundo lugar, nas palavras do sociólogo paulista, o método poderia desempenhar funções específicas na sociedade, sobretudo contribuições ao processo de desenvolvimento nacional sendo, dessa forma, o instrumento da Sociologia Aplicada⁹. Além disso, para análise do processo de mudança social brasileiro, o autor destaca a Sociologia Comparada como suporte fundamental por lidar com as características estruturais e funcionais comuns aos sistemas sociais, ou os

⁹ Como forma de intervenção da ciência na realidade social, esse ramo da Sociologia, para o autor, seria aquele que, face às exigências do processo de desenvolvimento brasileiro, poderia ditar as possibilidades de reconstrução social no sentido da expansão dos valores modernos. Nesse aspecto o método de interpretação funcionalista poderia contribuir para a identificação dos “problemas sociais” em termos de desajustamentos em relação à ordem social e para a definição das soluções a partir do reconhecimento das tendências de desenvolvimento presentes na realidade social, que, naquele momento, deveriam estar direcionados ao âmbito cultural e comportamental.

principia media que, em sua argumentação, seriam, da mesma forma, comuns a sociedades do mesmo tipo. Contudo, a eficiência do papel da Sociologia

na sociedade dependeria, para o sociólogo, da criação de formas de veiculação desse conhecimento produzido para os quais ainda não se encontrariam parâmetros sequer nas sociedades desenvolvidas, pois pressupunha uma nova situação social na qual a idéia de *planejamento democrático* fosse incorporada na própria organização social.

A partir dessa visão acerca da abrangência do método de interpretação funcionalista, Florestan Fernandes apreende o processo de mudança social brasileiro do ponto de vista cultural e comportamental, ou seja, tomando como base as alterações na esfera de valores que teriam implicações na estrutura social como um todo. Assim, o processo de mudança social brasileiro é entendido enquanto passagem da Ordem Social Tradicional para a Ordem Social Capitalista. O que caracteriza essa transformação, nas palavras do autor, é o desenvolvimento de padrões de comportamento definidos por ele como “racionais”. Por isso, a análise tem como referencial os processos de secularização e racionalização ocorridos na Europa (Weber, 1996). É a partir desses parâmetros que reconhece a existência de *obstáculos*¹⁰ e de *tendências* de desenvolvimento.

Em contrapartida, Guerreiro Ramos procura enfatizar a particularidade do processo de desenvolvimento brasileiro e justificar a definição de medidas de desenvolvimento adequadas à situação nacional através do que define como *Método Faseológico*. Para o sociólogo, esse método consiste na definição da *fase* de uma sociedade a partir dos *principia media* nela atuantes, ou seja, a compreensão, tal como Mannheim(1962) definira, das leis que regeriam a organização da sociedade. Se, em Florestan Fernandes essa concepção fora utilizada na análise das leis estruturais que identificavam as sociedades entre si, para

¹⁰ Apesar de compreender os condicionantes históricos dos *obstáculos* ao desenvolvimento nacional, Florestan Fernandes reconhece que o diagnóstico dos “problemas sociais” e a definição de suas soluções teriam melhores resultados se analisados a partir do Método de Interpretação Funcionalista.

Guerreiro Ramos esse era um critério de distinção¹¹. Esse é um ponto chave na definição dos “problemas sociais” e de suas “soluções”, pois, Florestan Fernandes concebe os parâmetros da Moderna Civilização Ocidental como fundamentais chegando até mesmo a propor soluções sequer concretizadas pelos países desenvolvidos, como é o caso do desempenho da Sociologia na organização democrática da sociedade.

Para Guerreiro Ramos, os “problemas sociais” corresponderiam à *fase de desenvolvimento* do país, de forma que as “soluções” deveriam ser encontradas nessa situação. A partir daí, esse autor rejeita a definição de “problema social” a partir de critérios estrangeiros, argumentando que somente poderiam ser reconhecidos enquanto tais no momento que o Brasil passasse para uma fase de desenvolvimento superior. Assim, a particularidade da fase de subdesenvolvimento nacional, somente seria superada a partir de uma mudança estrutural na sociedade que ocorreria na medida do desenvolvimento econômico do país¹². Essa preocupação com a particularidade da situação nacional, com a *fase de desenvolvimento* do país, dá o tom de grande parte das recomendações que Guerreiro Ramos propõe em *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* (1954). Elas gravitam em torno das necessidades de vinculação prática do conhecimento

¹¹ Por outro lado, nos anos 40, a definição de *fase* estava ligada a uma visão universalista do autor a ponto de a *planificação* ser compreendida como a nova fase da sociedade ocidental. Da mesma forma, o sociólogo define o livro de Mário Lins *A transformação da lógica conceitual da sociologia* e a racionalização da administração pública brasileira como expressão de uma nova fase da evolução da sociedade e do Estado. O primeiro caso corresponde à compreensão das teorias de campo tratadas no livro como a emergência da teoria funcional da causalidade e essa como expressão do desenvolvimento da sociologia em sua relação com o desenvolvimento da sociedade brasileira (vale lembrar que as teorias desse caráter metodológico bem como o próprio Mário Lins serão criticados pelo autor justamente por seu caráter universalista). O segundo caso leva o autor a uma atitude comparativa com relação ao processo de racionalização do trabalho ocorrido nos Estados Unidos que fundamenta sua crítica aos obstáculos encontrados pelo processo no Brasil.

¹² Nos anos 40, Guerreiro Ramos parece já enfatizar a dimensão econômica na definição de *planificação social*, pois estabelece como os *princípios media* fundamentais da época “atual” que deveriam ser resguardados: a “democracia econômica” (bem-estar material) e a “ética de responsabilidade” (convivência pacífica entre os diferentes “estilos de pensamento”). RAMOS, 1946c). Apesar de Guerreiro Ramos trabalhar com o diagnóstico da alteração da psicologia coletiva como fator decorrente do processo de industrialização, é sobre a intensificação desse último e suas implicações diretas que repousa sua definição de desenvolvimento.

sociológico, como já foi dito, e de adequação das pesquisas e seus resultados à fase de desenvolvimento nacional.

Na direção de criar as bases de uma Sociologia Nacional, Guerreiro Ramos formula, no final dos anos 50, uma proposta metodológica e uma série de leis que deveriam ser seguidas pelos sociólogos brasileiros. Segundo ele, a *Redução Sociológica* seria a expressão da consciência crítica que se teria desenvolvido na sociedade brasileira a partir dos anos 50. O sociólogo define essa consciência crítica como a capacidade de uma sociedade em se *autodeterminar*, de se tornar sujeito histórico. Assim, no âmbito da Sociologia ela corresponde a uma atitude metódica que permitiria ao analista separar os fatores históricos dos conceitos (sua funcionalidade em relação ao contexto de onde provieram) e apreender sua essência, ou seus determinantes. Para ele, essa atitude teria grande valor nos países periféricos, pois, neles, haveria a necessidade de usufruir de forma crítica os produtos científicos de países avançados. Por esse motivo o autor se vê na necessidade de distinguir o que denomina de *transplantações predatórias* e *transplantações acelerativas*¹³ e o que compreende como *universalidade* e *particularidade* na Sociologia¹⁴.

Essas diferentes formas de conceber os padrões científicos não apenas embasam as propostas metodológicas dos dois autores como, também, dão margem a diferentes concepções de desenvolvimento que são perceptíveis na definição das condições e pré-requisitos para a efetivação desse processo.

¹³ As primeiras seriam aquelas que comprometeriam a renda nacional, não proporcionando soluções condizentes à fase de desenvolvimento do país, capitalização e nem reserva de divisas fundamentais ao desenvolvimento econômico. As transplantações acelerativas, ao contrário, seriam aquelas capazes de intensificar o processo de capitalização e de desenvolvimento, sendo, portanto, fundamental para esse processo. Nota-se que, além da argumentação sobre as transplantações *predatórias* e *acelerativas* mostrarem-se consideravelmente próximas às teses da CEPAL, o próprio autor se refere a essa instituição como empenhada nessa questão. Aqui, se revela também certo primado da economia na definição das medidas para o desenvolvimento.

¹⁴ Para ele, o primeiro aspecto seria reservado aos enunciados gerais enquanto o segundo aos condicionantes histórico-sociais.

DESENVOLVIMENTO NACIONAL: DUAS CONCEPÇÕES

A concepção de *desenvolvimento* utilizada por Florestan Fernandes está diretamente relacionada com as acepções de *mudança cultural espontânea* e *mudança cultural provocada*¹⁵. No primeiro caso, o desenvolvimento social aparece na medida em que se formam, na sociedade brasileira, as condições de emergência de um novo “estilo de pensamento” (MANNHEIM, 1981), que permitiria aos indivíduos a capacidade de escolha racional dos fins imediatos de suas ações de maneira que elas não seriam mais orientadas pelos costumes e pela tradição. A mudança cultural provocada, por sua vez coloca a intensificação dessa capacidade de tal forma que os indivíduos adquiririam o controle racional da própria mudança social e sobre a própria organização da sociedade.

Nesse sentido, a análise que Florestan Fernandes realiza sobre a realidade nacional procura definir os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro a partir dos fatores que impedem a expansão dos valores “racionais” e “democráticos”, e as tendências de desenvolvimento com base nos indicativos da presença desses valores. Isso significa, como já foi indicado anteriormente, a análise da forma de manifestação dos padrões de desenvolvimento condizentes com a moderna civilização ocidental. Assim, os elementos desencadeados com a abolição da escravidão e que permitiram a passagem da Ordem Social Tradicional para a Ordem Social Moderna, ou Capitalista, chegariam aos anos 50 caracterizando essa situação como a de *mudança social espontânea* constituindo uma condição na qual se poderiam identificar tendências de desenvolvimento rumo ao que o autor define como Ordem Social Planificada. Ou seja, para o sociólogo, tratava-se de uma situação em que se podiam encontrar indícios do surgimento de técnicas de controle social¹⁶ que poderiam, e mais ainda, deveriam ser canalizadas para a consolidação de

¹⁵ A sistematização dessa discussão pode ser encontrada de maneira explícita, por exemplo, no texto “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada” de 1958 no qual o autor procura definir a importância da ciência e da educação na passagem do primeiro ao segundo tipo de mudança social (FERNANDES, 1960).

uma sociedade organizada democraticamente. Os obstáculos, por sua vez, correspondiam à permanência de valores sociais tradicionais no comportamento dos indivíduos. Sendo contraditória com aqueles valores modernos, tal permanência constituía, para o autor, a fonte de um descompasso característico da sociedade brasileira, naquele momento, ou seja, o *atraso* da esfera moral em relação ao desenvolvimento material da sociedade.

É a partir desse ponto de vista que Florestan Fernandes se posiciona para analisar a situação do país no final dos anos 50, ou seja, após a experiência do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek. Nesse momento, o sociólogo procura recolocar seus critérios de definição de desenvolvimento a partir da situação nacional e das discussões que dela resultam. O argumento do autor consiste na rejeição das análises que tratavam isoladamente os fatores considerados como indicativos do desenvolvimento nacional, em especial a industrialização. Para ele, os resultados desse tipo de análise não davam conta da condição de “desenvolvimento” da sociedade como um todo, deixando de lado a dimensão social da industrialização sem a qual o processo não existiria. A análise dessa dimensão conjuntamente às interpretações sobre a esfera econômica, possibilitaria, segundo o sociólogo paulista, a superação de um tipo de reflexão limitada por critérios universais de interpretação do desenvolvimento, incorporando a especificidade das condições societárias para a compreensão desse fenômeno. É, aqui, que entra a especificidade da situação dos países subdesenvolvidos na definição de dois aspectos frequentemente discutidos por analistas do desenvolvimento social no momento: as “atitudes e motivações favoráveis ao desenvolvimento”. Nesse sentido, para Florestan Fernandes, alguns fatores que estariam sendo apontados como “favoráveis” ao desenvolvimento muitas vezes correspondiam a verdadeiros obstáculos ao fortalecimento do capitalismo nacional.

¹⁶ Para Mannheim, tais técnicas sociais correspondem ao “conjunto dos métodos que visam a influenciar o comportamento humano e que, quando nas mãos do Governo, agem como meios especialmente poderosos de controle social” (MANNHEIM, 1973).

Assim, Florestan Fernandes questiona, nesse momento, a capacidade intelectual e moral da sociedade brasileira em enfrentar seus próprios dilemas. O critério de que se utiliza para a análise dessa capacidade é o alcance do raciocínio de caráter racional no comportamento dos indivíduos. Utilizando-se das análises de Weber e de Parsons (MANNHEIM, 1981), o sociólogo procura demonstrar como, no Brasil, ao contrário do que ocorreu na Europa, o aparecimento de técnicas de controle racional nas ações dos indivíduos não se deu conjuntamente ao estabelecimento da industrialização. Por isso, apesar dessa emergência se concretizar, mesmo que tardiamente, acaba sendo limitada pela permanência de fatores irracionais constituindo verdadeiros obstáculos que impedem o que considera, de fato, como desenvolvimento nacional. Essa linha de argumentação coloca a necessidade de soluções particulares aos problemas de desenvolvimento dos países latino-americanos, abrindo espaço para o diálogo com os defensores de medidas universais para a solução dos obstáculos do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que fundamenta a defesa de determinado projeto de desenvolvimento. Vale destacar que Guerreiro Ramos também procura fazer a crítica aos critérios exclusivamente econômicos na definição do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek. Mas, neste caso, a crítica está focada de maneira geral nos limites à autonomia nacional impostas pelos critérios internacionais de definição de desenvolvimento e na incapacidade do Estado em promover a emancipação econômica do país.

Em se tratando da concepção de desenvolvimento que Guerreiro Ramos utiliza nos trabalhos dos anos 50 e início dos anos 60, pode-se destacar a centralidade da concepção de *fase* que é justamente o que, para ele, define a particularidade nacional. Como já foi dito, a sociedade brasileira é interpretada como estando em uma *fase de transição*. Os anos 50 são vistos como um marco através do qual o Brasil teria atingido certo grau de avanço do capitalismo que teria criado as condições materiais necessárias para uma mudança estrutural da sociedade brasileira¹⁷. Essa

¹⁷ O momento de transição que o autor caracteriza na superação da fase de predominância agrária, da *Lei da Complementaridade*, traria consigo algumas *tendências* tais como o centripedis-

mudança

estrutural teria como alvo a emancipação do país, sua *autodeterminação*. Contudo, tendo em vista essa fase de transição, Guerreiro Ramos identifica em *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* um estado de *crise* oriunda da tensão entre *complementaridade* e *autodeterminação*, ou seja, da coexistência de obstáculos e tendências no sentido da emancipação nacional¹⁸.

Ao refletir, especificamente, sobre os critérios de definição de desenvolvimento, procurando questionar os critérios em voga no plano internacional, Guerreiro Ramos afirma que a *Sociologia Comparada* deveria apenas ser aplicada sobre as tendências de desenvolvimento apresentadas pela sociedade, enquanto caberia à *Sociologia Diferencial* a capacidade de apreender a particularidade histórica e, com isso, definir as medidas a serem tomadas rumo ao desenvolvimento nacional. Dessa forma, propõe tais critérios de definição de desenvolvimento: 1) distribuição da mão-de-

mo da economia brasileira, o aparecimento da *consciência crítica* (da consciência da situação colonial, em vários setores da sociedade), o nacionalismo, a emergência do povo como força política, as bases de *fundação da nação*, a defesa da intervenção do Estado na economia por alguns capitalistas brasileiros, o surgimento das condições para uma Sociologia Nacional.

¹⁸ O diagnóstico dessa coexistência e da situação de crise da sociedade brasileira dos anos 50 também pode ser identificada nos trabalhos de Florestan Fernandes, mas, aqui, a tensão que os estrutura é, como já foi destacado, aquela entre o que o autor define como Ordem Social Tradicional e Ordem Social Moderna. Contudo, essa dimensão cultural também pode ser identificada nos textos *Pauperismo e Medicina Popular* e *O Problema da Mortalidade Infantil no Brasil* (1951) nos quais o autor apresenta uma visão de cultura popular como de permanência do comportamento não racional, tal como nos trabalhos de Florestan Fernandes sobre o folclore (mesmo se se levar em consideração o caráter crítico a partir do qual esse autor procura se colocar no tocante à participação da cultura popular no processo de mudança social) e em seu projeto educacional de caráter iluminista. Além daqueles trabalhos de Guerreiro Ramos essa concepção de “atraso” da cultura popular pode ser observada na 6ª. Recomendação que o autor formula: “É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de **estilos de comportamento de caráter pré-letrado**. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de **integração social** que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos”. Mas, vale dizer que essa visão não aparece como central na definição de crise como em Florestan Fernandes (RAMOS, 1995, p.106).

obra pelos ramos da atividade produtiva; 2) renda nacional *per capita*; 3) consumo *per capita* de energia; 4) urbanização; 5) produção industrial.

Com o aproximar dos anos 60, esses critérios de avaliação do desenvolvimento levam o sociólogo a caracterizar uma *fase revolucionária* a partir do diagnóstico da intensificação daquelas tendências e a identificação do povo¹⁹ como força política capaz de promover a emancipação do país. Esse diagnóstico da emergência da consciência e capacidade políticas do povo tem como base certa compreensão dos resultados do desenvolvimento do capitalismo nacional. Com base nesse diagnóstico, Guerreiro Ramos defende que o Brasil estaria vivendo uma *situação revolucionária* na qual se poderiam encontrar tendências e obstáculos. As tendências se apresentariam no desenvolvimento econômico e social alcançado pelo país até o momento, o que definiria as *condições objetivas*. Os obstáculos, por sua vez, estariam relacionados à falta de *condições subjetivas* na liderança política do *movimento emancipador*. Por isso, a crítica que o autor realiza à situação política do país caracterizada, segundo ele, pela *crise de representatividade* e pela *crise de poder* e ao Plano de Metas de JK. Isso somado à identificação da iminência da *Revolução Brasileira*, apesar da ênfase que o autor procura dar, no momento, para a necessidade de revisão crítica do marxismo.

É interessante notar como o movimento da sociedade brasileira leva os autores a reverem algumas de suas teses sem, contudo, se desfazer de suas características essenciais. É o momento de revisão do desenvolvimentismo de JK, dada a crise econômica, política e social na qual o país adentrava, e do desencadeamento de tensões sociais que dão força ao discurso marxista. Tais fatores são absorvidos pelos autores levando-os a reforçar conceitos como *classe*, *conflito social*, *revolução social*, e a questionar as teses desenvolvimentistas. De maneira específica, pode-se dizer que Florestan Fernandes, procurando focalizar a crítica ao

¹⁹ O povo, nesse caso, é compreendido como uma categoria que extrapola as classes e outros grupos de forma a ser composto não apenas de membros das classes trabalhadoras (que seriam a maioria), mas de todos os grupos empenhados num projeto de emancipação nacional que corresponderia aos interesses gerais da “comunidade brasileira” (RAMOS, 1960, p.247). Nesse sentido, a *situação proletária* dos países periféricos se sobrepõe a dos trabalhadores nacionais.

desenvolvimentismo, destaca a particularidade do processo de desenvolvimento nacional como forma de chamar a atenção aos resultados obtidos pela concentração do projeto de desenvolvimento na esfera econômica e nos interesses das classes dominantes. Ao mesmo tempo, esse diagnóstico leva o autor a enfatizar também essa área nos alvos das pesquisas fundamentais para a condução do desenvolvimento nacional. Trata-se de uma tentativa de conferir uma *abordagem sociológica* à Economia no sentido de permitir a essa área a criação de condições de desenvolvimento para o *Planejamento Democrático*²⁰. Contudo, continua a centrar o teor de suas análises nos critérios funcionais fundamentados no período anterior, sobretudo no que dizem respeito ao papel da sociologia e ao planejamento democrático, mas a partir da definição do momento como *Revolução Social*. Guerreiro Ramos, por sua vez, recorre à política para a crítica às teses desenvolvimentistas. Nesse sentido, o diagnóstico da emergência do povo abre caminho para o autor definir uma situação de *crise política* em função da não canalização dos interesses populares na política governamental e da negligência do governo em relação aos interesses gerais da nação. Assim, o autor incorpora a temática da democracia política como forma de se fazer resguardar os interesses nacionais. Não obstante, as concepções de conflito social e de revolução social não chegam a atingir suas últimas conseqüências de maneira que permanece a preocupação com os interesses da nação, sobretudo os econômicos, sobre os de classes e, com isso, ancoram um projeto reformista de desenvolvimento social, tal como em Florestan Fernandes. Essa forma de condução da problemática do desenvolvimento nacional, ou seja, o que define a solução da tensão *sociedade velha X sociedade nova*, fundamenta o que se pode chamar de formulação, pelos dois autores, de um *projeto nacional*.

²⁰ Essa é a justificativa dos projetos *A Empresa Industrial em São Paulo* e *Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento* nos quais o papel do empresariado, do Estado e do trabalhador no desenvolvimento nacional é tomado como objeto de estudo.

DUAS IDÉIAS DE BRASIL MODERNO

É a partir da concepção de desenvolvimento enquanto passagem do estágio de *mudança social espontânea* para o de *mudança cultural provocada* que Florestan defende seu projeto de desenvolvimento nacional. Esse projeto é fortemente influenciado pela formulação do projeto de *Planejamento Democrático* de Karl Mannheim²¹ e será o eixo de suas propostas de desenvolvimento nacional. Assim, o sociólogo propõe o que define como *Ordem Social Planificada*, ou seja, uma forma de organização social na qual a democracia social é definida a partir da capacidade de todos os indivíduos em determinar racionalmente os destinos da sociedade. Nesse sentido, essa forma de organização social somente poderia se concretizar a partir da expansão do que compreende como “racionalização” a todas as esferas da vida social. Não é a toa que o principal alvo sobre o qual o autor se direciona consiste no papel da *educação* no processo de desenvolvimento social. É essa instância o centro propagador dos princípios “racionais” de comportamento social²².

Como já foi dito, no final dos anos 50, já com a possibilidade de refletir sobre os resultados do projeto de desenvolvimento implantado por Juscelino Kubitschek através do Plano de Metas, Florestan Fernandes reforça esse projeto de caráter cultural através de uma crítica à centralidade adquirida pela esfera econômica nos rumos tomados pela política nacional. Por outro lado, a economia passa a ser uma dimensão destacada pelo autor como condição para o desenvolvimento. Com isso, o sociólogo passa a definir como alvos centrais para a contribuição do conhecimento científico ao desenvolvimento da sociedade brasileira as esferas econômica e social²³. Assim, mesmo procurando enfatizar essas

²¹ “O planejamento para a liberdade não significa a imposição de uma forma definida de individualidade, mas tendo o conhecimento e a experiência de decidir que tipo de educação, que tipo de grupos sociais e que tipo de situações proporcionam a melhor oportunidade de fomentar a iniciativa, o desejo de formar o próprio caráter e de decidir o próprio destino”. (MANNHEIM, 1962, p.274)

²² “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada” (FERNANDES, 1960); “Existe uma crise da democracia no Brasil?” (FERNANDES, 1979a)

²³ Com isso, pode-se identificar os projetos *A Empresa Industrial em São Paulo e Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento* no CESIT (Centro de Sociologia Indus-

duas dimensões e absorvendo, em certa medida, a temática das classes sociais e da revolução social²⁴ a compreensão do processo de mudança, ou de revolução social, se dá em termos culturais.

Na argumentação de Florestan Fernandes, a realização do projeto de controle racional, planejado da realidade social tem como pressupostos a intervenção do conhecimento científico no processo social e a superação dos descompassos entre a ordem material e moral da sociedade. Esse ponto de partida leva o autor a enfrentar os dilemas nacionais que envolvem diretamente tais pressupostos e a definir os focos de intervenção da sociologia para o desenvolvimento nacional. As *mudanças de base* propostas por Florestan Fernandes correspondem, então, à atuação da educação escolar²⁵ e da propaganda, para estimular a capacidade de escolha racional dos indivíduos; ao estabelecimento de veículos de canalização do comportamento coletivo, para viabilizar aquelas escolhas; ao desenvolvimento de mecanismos de controle do poder institucionalizado, para impedir a manipulação dos interesses coletivos; ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da educação, para garantir o uso e a criação das técnicas sociais necessárias para uma sociedade planificada; e, por fim, ao desenvolvimento de meios democráticos de mudança social, para garantir o *equilíbrio dinâmico* da sociedade (FERNANDES, 1976).

Nos textos de Florestan Fernandes, datados do final dos anos 50 e início dos anos 60, a absorção do contexto de fortalecimento do discurso marxista é perceptível pela dimensão que passam a adquirir algumas categoriais tais como as de *classes populares*, *classes dominantes*, *ideologia*, *revolução*, e *poder*. Essas categorias são instrumentos para o sociólogo tematizar: o jogo de interesses entre as classes sociais; o desenvolvimentismo como ideologia e alienação; a *revolução social* do

trial e do Trabalho) como concretização das propostas de papel da sociologia e do desenvolvimento nacional formuladas teoricamente nos anos 50 (ROMÃO, 2003)

²⁴ Como sugere o próprio título do livro *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* (1962)

²⁵ Vale lembrar que no final dos anos 50 Florestan Fernandes participa da Campanha de Defesa da Escola Pública (MAZZA, 1997; ROMÃO, 2003)

momento e; a demagogia. Assim, tendo em vista o projeto de planejamento democrático e a influência das questões levantadas por esse discurso, Florestan Fernandes chega à crítica às classes dominantes, no que se refere à defesa de interesses particularistas, à incapacidade de intervenção do Estado no desenvolvimento social e à imaturidade das classes populares. Esse é um momento no qual o autor identifica um estado de *Revolução Social*. Esse tipo de definição é pautado tanto na identificação de reações societárias que buscam participação no processo político, quanto na compreensão do projeto de Planejamento Democrático como uma possibilidade real.

Tendo em vista um projeto de desenvolvimento formulado segundo a lógica de uma Ordem Social Planificada, vale ressaltar a maneira pela qual Florestan Fernandes procura chamar a atenção das *classes dominantes* para a possibilidade de uma mudança de caráter conciliatório, tal como Mannheim em seu projeto de *reconstrução social*. Trata-se de um viés reformista que se sobrepõe de fato à possibilidade de uma revolução no sentido marxista que, como destaca o próprio autor, se coloca nos movimentos sociais de esquerda que eclodem entre o final dos anos 50 e início dos anos 60. Assim, partindo da crítica ao conservadorismo brasileiro que, segundo ele, não se preocupa em “salvar a herança social por meio da renovação”, formula uma espécie de “chantagem” às classes dominantes para que optem pelos meios democráticos e pacíficos da Ordem Social Planificada (FERNANDES, 1976a, p.211).

Contudo, essa incorporação da temática dos movimentos sociais e da compreensão dos seus objetivos confere uma dimensão importante para a argumentação de Florestan Fernandes, nesse período. Se, em meados dos anos 50, a concretização do projeto uma Ordem Social Democrática pressupunha primeiro o desenvolvimento intelectual e moral do homem comum para a nova ordem social, no final dos anos 50 e inícios dos 60 a participação das massas populares passa a ser uma necessidade premente para o sociólogo paulista. Não há como o sociólogo deixar de incorporar os movimentos sociais na reflexão, pois eles marcam fortemente sua presença na realidade social analisada. É

claro que o projeto de Planejamento Democrático tinha como base a participação das massas, mas nesse momento elas aparecem como um agente com considerável força no processo de mudança social. Por isso, mesmo defendendo o papel do intelectual e das elites para o estabelecimento da nova ordem social, o sociólogo não pode deixar de dar maior ênfase à questão democrática. Essa questão aparece como *condição* e não como *consequência* do Planejamento Democrático, mas, como já foi visto, ainda nos marcos de um projeto de caráter conciliatório²⁶.

De maneira geral, as propostas de Guerreiro Ramos têm em vista um projeto de *desenvolvimento econômico* que pode ser observado tanto na definição do que considera como *fase de desenvolvimento* e, portando da capacidade da dimensão econômica em impulsionar a mudança estrutural na sociedade, quanto na compreensão do projeto de desenvolvimento industrial como forma de realização dos interesses da sociedade brasileira como um todo naquele momento. Isso define uma distinção da concepção de democracia que os dois autores buscam como solução para o desenvolvimento do país, sendo uma mais próxima ao controle do processo de emancipação nacional e, outra, centrada na capacidade de controle racional da sociedade. Assim, mesmo tendo no horizonte um projeto de construção da nação brasileira que envolveria um projeto amplo de emancipação, o alvo central do projeto nacional de Guerreiro Ramos consiste, antes, no desenvolvimento industrial, pois, como já foi visto, é ele quem criaria as bases para a passagem para uma nova fase da realidade nacional. A centralidade da dimensão econômica na definição das medidas pragmáticas para o desenvolvimento nacional pode ser observada em vários aspectos dos trabalhos do autor, aparecendo de antemão nas recomendações aos sociólogos em *Cartilha*

²⁶ A questão democrática é o foco do texto de Florestan Fernandes, “Existe uma crise da democracia no Brasil?” de 1954. Nesse texto, mesmo o autor chamando a atenção para a dimensão histórica e da do conflito social, a perspectiva funcionalista se mostra dominantes, tanto na identificação dos problemas sociais quanto na definição do projeto de Planejamento Democrático. Nesse sentido, a crítica aos partidos e ao governo que o autor realiza está centralizada na incapacidade dessas duas instâncias em desempenhar e estimular os fatores educativos no sentido de uma Ordem Social Planejada.

Brasileira do Aprendiz de Sociólogo (1954). Além desse fator específico à esfera intelectual, essa perspectiva pode-se ser identificada: a) na definição de *crise brasileira*, apresentada em 1956, como resultado das transformações materiais pelas quais o país estaria passando; b) na convocação de uma classe dirigente para a condução, para o *planejamento*, do desenvolvimento econômico; c) na defesa do Estado como sujeito do desenvolvimento econômico; e) na crítica à inadequação das instituições brasileiras em relação à fase de desenvolvimento do país, ou seja, às tendências de emancipação nacional; f) na definição dos alvos da *Segurança Nacional* centrados na salvaguarda dos interesses econômicos nacionais; g) na crítica à política externa brasileira que deveria ser condizente com uma “nova etapa de convivência internacional”.

No ano de 1958, Guerreiro Ramos realiza uma revisão crítica do Plano de Metas formulado e aplicado pelo Governo Kubitschek. Sua construção analítica parte de uma noção de *racionalidade econômica*²⁷ que fundamenta o elo entre racionalidade e desenvolvimento nacional, tornando irracionais as medidas contrárias à “melhoria genérica das condições de vida da população” (RAMOS, 1960). Por definição, a racionalidade da programação econômica poderia ser avaliada a partir da forma de aplicação dos *excedentes de produção* e essa deveria baseada em *premissas ideológicas* vinculadas aos *interesses gerais da nação*.

Pode-se perceber uma noção de democracia relacionada à capacidade de controle do *planejamento econômico* pelas massas no sentido da consecução da emancipação nacional e, conseqüentemente, de metas de bem-estar material. Assim, tendo em vista um projeto de desenvolvimento econômico, Guerreiro Ramos convoca a política como catalisadora desse processo²⁸. Dessa forma defende a superação da crise partidária como forma de restabelecimento da representatividade que permitiria o controle das ações do governo para a efetivação dos interesses

²⁷ Isso em contraposição à idéia de *racionalidade substancial* de Mannheim (RAMOS, 1960, p.186).

²⁸ Vale lembrar que Guerreiro Ramos se candidata no início dos anos 60 à deputado federal pelo PTB.

gerais da nação²⁹. Guerreiro Ramos define algumas forças políticas que potencialmente poderiam executar tal tarefa enquanto isso não se realizasse: o Congresso, as Forças Armadas, os técnicos do Serviço Público, os setores do meio Empresarial, e as associações de trabalhadores. Dentre as respectivas atribuições, o autor destaca a ação dos empresários industriais brasileiros na realização da Revolução Brasileira enquanto Revolução Burguesa, diagnosticando, ao mesmo tempo a falta de coerência e de consciência de seu papel, fator esse compartilhado por Florestan Fernandes.

Tal como o sociólogo paulista, no final dos anos 50 e início dos anos 60, Guerreiro Ramos define uma *situação revolucionária* brasileira, ou seja, identifica as tendências de uma *Revolução Nacional* a partir do reconhecimento de condições materiais, em vista do nível alcançado pelo desenvolvimento industrial brasileiro, e de condições sociais, baseado no diagnóstico da emergência do povo como expressão do surgimento de uma consciência dos interesses nacionais. O povo torna-se, na argumentação, o principal *ator* do processo de Revolução Nacional, tendência que também pode ser percebida na argumentação de Florestan Fernandes. Dessa forma, Guerreiro Ramos retira um papel que, por ineficiência, teria deixado de ser realizado pela burguesia industrial e o atribui ao

povo. Para isso, contudo, o autor aposta numa *reforma política* a partir da qual o povo seria incorporado ao Estado tomando a direção do processo de emancipação nacional. Como, para ele, a categoria *povo*, no caso da Revolução Nacional, transcenderia os interesses das classes sociais, os interesses prevalecentes no seu projeto nacional seriam os interesses gerais da nação. Nesse sentido, a *situação proletária* dos países periféricos se sobrepõe à dos trabalhadores nacionais, apesar de o autor colocá-los enquanto maioria na composição do povo. Não é à toa que tal visão reformista aparece na definição dos *princípios* do trabalhador brasileiro nos quais destaca a definição desses enquanto *sócios* do desenvolvimento nacional, dos seus direitos de participar do Governo, da necessidade de

²⁹ Segundo Guerreiro Ramos, quando ocorre a concretização dos interesses de um só grupo, corre-se o risco de uma ação revolucionária (p. 213).

controle ideológico dos programadores econômicos (que deveriam defender os *interesses gerais*), a primazia dos *interesses gerais* sobre os sectários e a defesa das soluções nacionais aos problemas brasileiros. Assim, o autor também definiria um teor reformista para as reivindicações dos trabalhadores naquele momento³⁰.

Isso delimita os moldes reformistas da Revolução Brasileira defendida intensamente pelo autor, não só neste como em outros livros publicados no momento a despeito de qualquer nuance que o autor procure concretizar. É o caso, por exemplo do livro *A Crise do Poder no Brasil* (1961) no qual pode-se identificar um diálogo direto com a esquerda brasileira através da inserção da questão do conflito social. Contudo, o autor recoloca a reforma institucional como uma forma de assimilação dos diferentes interesses, dando mais uma vez uma solução reformista para o conflito social em iminência e definindo as possibilidades concretas de resolução da questão: a ditadura e a revolução. Como se pode perceber, a questão do conflito parece, a princípio, redefinir o projeto revolucionário do autor, mas em última instância esse aparece ainda enquanto reforma político-institucional a partir da qual deveriam prevalecer os interesses da Revolução Nacional segundo os termos já citados. Dessa forma, ao defender a efetiva capacidade de representação política dos partidos políticos, Guerreiro Ramos coloca a necessidade de *organização partidária* das aspirações populares para a conquista de suas exigências no governo³¹.

³⁰ Guerreiro Ramos faz uma identificação entre o Nacionalismo e o Socialismo (RAMOS, 1960).

³¹ O autor, aqui, propõe uma reforma administrativa por parte do Governo Jânio Quadros (RAMOS, 1961, p.100-102). Em contrapartida, em *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963) o autor se relaciona ambigualmente com a idéia de organização partidária. De um lado, ao procurar definir a Revolução Nacional em termos não marxista-leninistas e, com isso, buscar dar uma nova orientação teórica à esquerda nacional, Guerreiro Ramos incide uma crítica sobre o papel do Partido na Revolução Russa, ou seja, sobre a incorporação do socialismo nos partidos políticos. Por outro lado, o autor defende em outros momentos a importância da organização na ação política. O Socialismo seria uma nova forma de organização da sociedade, e também político-partidário, na qual prevaleceriam os interesses dos trabalhadores. Essa parece ser a forma pela qual se daria a emancipação dos países periféricos já que privilegia o autor, em dado momento, a *decisão política* em detrimento do que considera como *determinismo econômico* (p.42-45). Contudo, em outro momento, ele destaca a necessidade de desenvolvi-

Na medida em que a análise se volta para a realidade brasileira, ela parece se associar a um projeto de emancipação nacional mais próximo de uma Revolução Burguesa. Esse ainda é o teor da definição de Revolução do autor, mesmo que a considere como Socialista. Apesar de não explicitamente, o diagnóstico do desenvolvimento das forças produtivas nacionais parece dar o sentido da Revolução Brasileira para a definição da possibilidade de ajustamento do modelo marxista de revolução. Por isso, a possibilidade primeira de uma Revolução Brasileira enquanto “reorganização institucional”.

Pode-se perceber que, nas diferentes nuances da argumentação nesses trabalhos, há uma tentativa do autor de se situar na esquerda e em determinado tipo de nacionalismo. Por isso a necessidade de desconstruir algumas teses da esquerda brasileira, em especial as do Partido Comunista, e de outras vertentes nacionalistas. Isso procurando justificar seu projeto nacional enquanto revolucionário e absorvendo de modo característico a terminologia da esquerda. Além disso, o autor se refere também a um projeto existencial no qual o homem adquiriria o controle da “organização” e não o contrário. Esse seria um caso de desenvolvimento social de um tipo superior de sociedade em moldes democráticos³². Contudo, o diálogo com as teses desenvolvimentistas continua a aparecer e, ainda, como forma de solucionar as questões sociais.

Os movimentos da constituição do capitalismo ou da modernização brasileiros removeram conjuntamente a história das idéias e isso é perceptível na maneira pela qual os dois autores enfrentaram os problemas relacionados a esses processos. Nesse sentido, ambos

mento das forças produtivas para a realização da “verdadeira revolução”, o que definiria a especificidade da revolução nesses países. Essa ambigüidade aparece na medida em que o autor cita como exemplo a especificidade das revoluções africanas, a chinesa e mesmo a russa, mostrando como a decisão política pode prevalecer num processo revolucionário.

³² Em *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1953), Guerreiro Ramos realiza um diagnóstico estreitamente relacionado à esfera cultural que daria suporte à sua proposta de *Revolução Nacional*. Trata-se, segundo ele, do aparecimento da *atitude parentética* que consistiria na capacidade de reflexão do homem sobre os condicionantes sociais e de realização do poder do mesmo sobre a sociedade. Sendo assim, a democratização dessa atitude levaria ao “período da história consciente do homem” (p.146).

procuraram definir os patamares metodológicos em função da identificação do “problemas sociais” e das possibilidades de superação dos mesmos. Separando-se no encaminhamento dessas questões no transcorrer dos anos 50, encontraram-se na onda dos movimentos revisionistas. O enfrentamento desse novo clima político e intelectual leva Florestan Fernandes a dar maior importância à dimensão econômica no projeto de Planejamento Democrático e Guerreiro Ramos a se voltar para a temática da democracia política, sustentando, inclusive, a democratização da cultura. Contudo, a despeito da incorporação das categorias marxistas e da reflexão alcançada a partir delas, pode-se ainda, reconhecer a manutenção dos projetos formulados na década anterior e que tendiam, de um lado para a *educação* e para a *mudança cultural* na sociedade e, de outro, para a realização da emancipação nacional e de um estado de bem-estar material. Se os acontecimentos relativos ao processo de desenvolvimento nacional e às expectativas otimistas das possibilidades do Brasil se tornar uma nação moderna aproximam os dois sociólogos, a forma e o conteúdo de suas formulações expressam duas maneiras distintas de construção de um projeto para o país, constituindo dois caminhos e duas *Idéias de Brasil Moderno*.

ABSTRACT: This work has as objective to demonstrate the way for which two Brazilian sociologists, Florestan Fernandes and Guerreiro Ramos, in the years 50 and beginning 60, constructed two conceptions of Modern Brazil through its theoretical presuppositions, understood as form of construction of a Brazilian Sociology. Of this form, the work searches to associate this attempt of construction of the foundations of a Brazilian Sociology with the proper process of national development and, mainly, with the formulation of a National Project.

KEYWORDS: Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, brazilian sociology, national development

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960.
- _____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2a. edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1972 (a primeira edição do livro é de 1967)
- _____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1976 (a primeira edição do livro é de 1962).
- _____. *Mudanças sociais no Brasil*. 3ª. edição, São Paulo: DIFEL, 1979a (a primeira edição do livro é de 1960)
- _____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2ª. edição, Petrópolis: Vozes, 1979b (a primeira edição do livro é de 1961)
- _____. *A sociologia no Brasil*. (2ª. edição), Petrópolis, Vozes, 1980 (a primeira edição do livro é de 1977)
- IANI, Octavio. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo, Brasiliense, 2004.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema da mortalidade infantil no Brasil. *Sociologia*, São Paulo, 13 (3), p.1-43, 1951a.
- _____. *O Processo da Sociologia no Brasil (esquema de uma história das idéias)*. Rio de Janeiro, s/ ed., 1953.
- _____. “A problemática da realidade brasileira”. In: *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.
- _____. *Condições Sociais do Poder Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957a.
- _____. *Ideologias e Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957b.
- _____. *A Redução Sociológica* (introdução ao estudo da razão sociológica). Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- _____. Estrutura atual e perspectivas da sociedade brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, 18, p.48-59, 1958.
- _____. *O Problema Nacional do Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- _____. *A Crise do Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- _____. *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- _____. *A Redução Sociológica* (introdução ao estudo da razão sociológica). 2ª edição, corrigida e aumentada, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.
- _____. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995 (a 1ª. edição é de 1957)

- _____. *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*. In: RAMOS, Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, 1995 (a 1ª edição é de 1954).

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BAUER, Otto. “A Nação”. In: GOPAL, Balakrishnan (org) *Um Mapa da Questão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BARIANI JR, Edison. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)*. Araraquara, 2003. Dissertação de Mestrado, FCL-UNESP.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do Romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. “O todo e as partes”. In: *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LUKÁCS, Georg. “Narrar ou descrever?”. IN: *Ensaios sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. “A polêmica entre Balzac e Stendhal”. IN: *Ensaios sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. “Les illusions perdues”. IN: *Ensaios sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MANNHEIM, Karl. *O homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- _____. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

- _____. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. “O pensamento conservador”. In: MARTINS, José de Souza (org) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- _____. *Ideologia e utopia*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MAZZA, Débora. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964)*. Campinas, 1997. Tese de Doutorado- IFCH-Unicamp.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) *História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do CESIT: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo, Dissertação de Mestrado – FFLCH-USP, 2003.
- SOARES, Luiz Antonio Alves. *A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico*. Rio de Janeiro, Copy & Arte, 1993.
- _____. Entrevista. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.
- TOLEDO, Caio. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas, Unicamp, 1997.

A CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO BRASIL: REVISÃO DA LITERATURA

*Vidal Dias da Mota Junior**

RESUMO: Nos últimos anos, a criação de municípios tornou-se um dos fenômenos da política brasileira que mais despertou interesse nas diversas áreas das ciências sociais. Portanto, esse trabalho objetiva destacar os principais estudos e os seus respectivos perfis adotados para a compreensão do fenômeno criacionista municipal. Analisaram-se os estudos mais conhecidos e identificou-se que existe uma pluralidade na interpretação do fenômeno, pluralidade esta que ainda não esgotou as possibilidades de interpretação e de discussão sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: criação de municípios, governo local, federalismo

1 - INTRODUÇÃO

O Estado Brasileiro, em toda a sua história política, sempre foi marcado por constantes mudanças na configuração do seu espaço interno, na distribuição de poder e em sua organização político-espacial. Diante deste panorama, é possível observar que se refere a um país em um processo contínuo de construção e organização do território. Um fato ilustrativo é a criação de novos municípios.

Todos os períodos da História do Brasil são marcados pela criação de novos governos locais, ou seja, municípios. No desenvolvimento territorial brasileiro, o município sempre foi um *locus* que vivenciou experiências de autonomia e de tutela, ou seja, períodos de descentralização e centralização política e administrativa.

[□] Doutorando em Ciências Sociais - IFCH/UNICAMP. Bolsista do CNPq. Orientador: Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira da Costa. E-mail: vidaljr@unicamp.br

Mas, independente do contexto histórico-político, a criação de municípios tem sido uma constante no país.

Existem poucos estudos sistematizados sobre a criação de municípios no Brasil, principalmente, nas ciências sociais, especificamente, na ciência política. Os existentes, em sua maior parte são normativos. São raras as análises imparciais sobre essa temática.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo, a partir de teses como de Tomio (2002) e Siqueira (2003) e Mota Júnior (2002), destacar as principais vertentes que, nas ciências sociais, investigam o fenômeno da criação de municípios.

REVISÃO DA LITERATURA

Em um primeiro momento, foi possível identificar trabalhos que adotam uma perspectiva funcionalista, abordando o fenômeno de forma sistêmica e com o mínimo espaço para as motivações dos atores na análise.

Neste grupo, enquadra-se o estudo de Mesquita (1992) sobre as emancipações ocorridas no Rio Grande do Sul, segundo o qual, as principais causas das emancipações referem-se ao processo de modernização.

Para a autora, o Brasil apresenta um “sistema político disfuncional”, pois ela identifica uma “inadequação entre o modelo político administrativo brasileiro e a realidade do interior do Brasil”.

Essa inadequação, por sua vez, tornaria o governo municipal e a localidade governável categorias não-coincidentes. Assim, as emancipações municipais, influenciadas por esse descompasso, adequariam funcionalmente os papéis dos governos locais.

Conforme Siqueira (2003), a problemática desse trabalho é que o modelo construído pela autora não resiste à verificação empírica, não apresentando uma explicação satisfatória para o fenômeno emancipatório. Além disso, Mesquita não considera em sua análise os interesses dos atores envolvidos no processo.

Em segundo lugar, têm-se os trabalhos que buscam explicar as emancipações municipais considerando as motivações dos atores locais.

O trabalho de Shikida (1998) é um estudo sobre o surgimento de municípios no estado de Minas Gerais, no qual o autor estabelece uma relação entre a estrutura do federalismo brasileiro e a ocorrência de emancipações municipais, identificando dois mecanismos que estimularam o surgimento dos novos municípios: a legislação mineira, que estabelecia critérios legais bastante brandos e a perspectiva de um possível aumento no repasse do FPM.

Shikida levanta as seguintes hipóteses causais para o fenômeno emancipacionista: 1) o descontentamento da população dos distritos com as políticas locais e, 2) a distância da sede dos municípios.

Uma crítica possível a este trabalho refere-se ao estabelecimento de uma relação causal entre variáveis que, na verdade, atuam mais como indicadores correlacionados. Ou seja, o aumento da parcela do FPM pode estimular a ocorrência de emancipação municipal, mas esse aumento, por si só, não explica o fenômeno emancipatório, principalmente, por não mostrar casos em que essas variáveis são presentes, mas que não obtiveram sucesso no processo de emancipação.

A segunda referência nessa linha de abordagem é o trabalho de Klering (1998). A proposta do autor é analisar o impacto econômico da emancipação municipal nos novos municípios criados no Rio Grande do Sul, no período recente. Sob uma avaliação geral, esse texto é bastante problemático, tanto em termos teóricos como em termos metodológicos, contribuindo pouco para o entendimento do processo emancipatório no país.

Em termos metodológicos, Klering utiliza apenas dados que possam corroborar o argumento que ele defende, isto é, o argumento favorável às emancipações. O único indicador considerado na análise é a participação dos novos municípios no PIB estadual. Os casos estudados e mostrados pelo autor destacam emancipações bem-sucedidas como aquelas ocorridas no município de Feliz –RS e região. É importante ressaltar que o município de Feliz é considerada uma cidade exemplo de qualidade de vida e desenvolvimento humano. Para Klering, isso é um resultado claro das conseqüências positivas da emancipação dos distritos.

Em terceiro lugar temos os Trabalhos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). O IBAM, hoje é uma das principais instituições municipalistas brasileiras que mantém uma equipe de técnicos que analisam e publicam periódicos voltados para os municípios. Muitos trabalhos de seus pesquisadores abordam a temática da emancipação municipal.

Conforme Siqueira (2002), todos os trabalhos do IBAM tem um ponto em comum: defendem os interesses dos pequenos municípios e são favoráveis à continuidade do processo emancipatório nos moldes em que vinha ocorrendo durante o período entre a promulgação da Constituição de 1988 até a Emenda Constitucional no. 15/1996, que suspendeu o processo e alterou os critérios para a realização da emancipação municipal.¹

Há também, os trabalhos que abordam as emancipações municipais associadas a atores políticos estaduais.

Nos trabalhos de Abrucio (1998a: 132-135 e 153-154; 1998b: 104), a criação de novos municípios relaciona-se diretamente à lógica de atuação do Executivo estadual, configurando-se num instrumento a partir do qual o governador poderia ampliar a sua base de apoio. Nessa perspectiva, o governador é tido como o principal agente e maior beneficiário com o surgimento de novos municípios.

Conforme Abrucio, nos primórdios da República,

“o controle político que o governador exercia sobre o poder local acontecia por três razões: primeiro porque o poder federal era ainda muito frágil, pouco competia com os estados no processo de conquista de apoio dos chefes políticos locais. Segundo, a base legal da República Velha dava pouca autonomia política e financeira para os municípios, o que redundava em dependência política e econômica do poder local para com o governador (1998:38).”

¹ No IBAM destacam se, principalmente, os trabalhos de BREMAEKER, F. (1992, 1994, 1996) e NORONHA, R. (1991, 1995, 1996) Seus trabalhos têm um forte cunho municipalista. Apesar de buscarem uma metodologia consistente para a apresentação dos dados e argumentos, os autores não buscam ter uma postura isenta nos resultados e conclusões. Para esses autores, num limite, a criação de municípios é algo que contribui para o avanço da descentralização e da democracia no Brasil.

Para Abrucio a criação de municípios no período recente ocorre no momento de um novo fortalecimento dos governadores de Estado no cenário político brasileiro. O autor chamou os governadores de “Barões da Federação” devido aos seus poderes desempenhados, sobretudo no período de redemocratização e pós-Constituição de 1988. Os governadores constituíram-se como os atores políticos mais fortes dentro da federação. A União e os municípios ficaram a mercê de seus interesses. As emancipações, portanto, são frutos desse processo. Surge aí o fenômeno chamado por Abrucio de ultrapresidencialismo estadual.

Se o federalismo estadualista explica em grande medida o poderio dos governadores no plano nacional, no âmbito interno dos estados a força dos Executivos Estaduais resultou da formação de um sistema ultrapresidencialista. A dinâmica ultrapresidencialista estadual tornava os governadores fortíssimos perante a classe política local que normalmente aderiu e apoiava o governo estadual. Além disso, o ultrapresidencialismo garantia boa margem de manobra para que os governadores controlassem as bases políticas dos líderes locais.” (1998:23-4)

Em quinto lugar, têm-se os trabalhos que visam explicar a emancipação municipal por meio da análise do arranjo institucional que condicionou o processo emancipatório.

Trata-se, principalmente, da pesquisa realizada por Tomio (2002), cuja hipótese principal defende que o processo emancipatório é resultante do arranjo institucional, que moldou um contexto favorável à criação dos municípios. É, certamente, o trabalho mais completo feito até hoje sobre as emancipações pós-1988 no âmbito da Ciência Política.

A partir de uma análise comparativa da legislação, que regulamentou a criação de municípios, no período recente, em cinco Estados brasileiros (RS, SC, SP, BA e PE), o autor discute o papel dos mecanismos institucionais que orientaram as estratégias dos atores e determinaram os resultados políticos.

O trabalho de Tomio teve como objeto: 1) a investigação do arranjo institucional que determinou os limites (incentivos, disponibili-

de de localidades emancipáveis, forma de participação dos atores, mecanismos processuais etc.) das decisões estaduais sobre a criação de municípios e 2) a comparação, entre os estados, da interação (modelada pelos mecanismos institucionais) entre os atores políticos relevantes, que produziu, através de processos decisórios distintos, os dois resultados desse processo: a criação de novos municípios e a transformação institucional na regulamentação das emancipações (para facilitar ou dificultar as mesmas), determinando a extensão, o ritmo e a intensidade de cada processo emancipacionista estadual.

Com isso, o autor definiu os objetivos de sua tese que foram: 1) a *identificação dos mecanismos institucionais* que, enquanto variáveis independentes do processo, determinaram a configuração do ambiente de decisão política que, por um lado, gerou o incremento municipal e, por outro, propiciou que esse fenômeno ocorresse de forma desigual nas diferentes unidades da federação; 2) a *descrição/interpretação do processo histórico de mudança nas instituições políticas*, sobretudo a regulamentação na esfera estadual, que definiu o ritmo e a amplitude emancipacionista nessas últimas duas décadas, tanto em geral quanto em cada estado; 3) a *compreensão de como e em que medida a percepção das conseqüências desse fenômeno estimulou alguns atores políticos a alterar, ou tentar alterar, os mecanismos institucionais* que propiciaram as condições favoráveis às emancipações, e quais os motivos do sucesso ou fracasso dessas tentativas; 4) a *identificação de como se estruturou a lógica do processo de interação política* entre os atores, fundamentalmente os membros dos executivos e legislativos estaduais, determinando que decisões políticas favoráveis ou contrárias às emancipações fossem vitoriosas em cada Estado brasileiro.

O referencial teórico de Tomio embasa-se nos pressupostos da Teoria da Escolha Racional e do Neo-Institucionalismo.²

Para o autor, os atores que participam da criação de novos municípios “são indivíduos conscientes de suas preferências e agem racionalmente (escolhem entre alternativas e definem suas estratégias na interação com outros atores em função de suas expectativas futuras) para que

² Tomio inspira-se, principalmente, nos trabalhos de ELSTER, J. e de OLSON, M.

os resultados das decisões políticas atendam a seus interesses; 2) determinam a natureza de suas escolhas pela perspectiva de ganhos egoístas (re-eleição, maximização da oferta de recursos fiscais, ganhos pecuniários por esquemas fisiológicos, incremento e/ou melhora das políticas públicas, etc.); 3) e definem suas estratégias, em situações de interação, contrangidos pelas regras (instituições) e por suas expectativas quanto às escolhas dos outros atores políticos envolvidos no processo decisório” (TOMIO, 2002:15).

Outro aspecto relevante no trabalho de Tomio foi a identificação dos atores que participam do processo de criação de um novo município. Para ele, no processo decisório estadual há quatro tipos de atores políticos que participam das deliberações, com maior ou menor capacidade de determinar a emancipação municipal:

- 1) Existem as **lideranças políticas locais**, indivíduos que residem na localidade/distrito que postula a emancipação e, geralmente, iniciam o processo de secessão formando um grupo de interesse com diversos graus de formalidade.
- 2) Os **eleitores** que se manifestam em plebiscito são o segundo tipo de ator político. Mesmo que existam motivos sentimentais, telúricos e/ou regionalistas, tal qual as lideranças locais, a emancipação atende aos interesses dos eleitores, pois implica na disponibilidade de uma maior quantidade de recursos fiscais na mesma unidade territorial sem a necessidade de ser pago nenhum centavo a mais de imposto.
- 3) Os **deputados estaduais** são o terceiro tipo de atores políticos que, em virtude das regras instituídas, possuem diversos instrumentos para controlar o processo legislativo das emancipações. Esses atores participam de todas as fases do processo e interagem com todos os outros atores em vários momentos distintos. Além disto, os legisladores estaduais são os únicos atores políticos que detém, formalmente, o direito de interromper a emancipação da localidade em todos os momentos do processo.
- 4) O quarto ator político, o **executivo estadual**, poderia expressar várias preferências de acordo com sua base partidária e as coalizões presentes no legislativo.

Outro aspecto da obra de Tomio é a identificação de três tipos distintos de instituições presentes no processo emancipacionista: **1) delimitadoras** (federais, estaduais e municipais), definem o estoque de localidades emancipáveis, isto é, as localidades ou distritos passíveis de ser legalmente emancipados (entre 1988 e 1996, o período em que ocorreram os maiores surtos emancipacionistas, por atribuição da nova constituição, as regulamentações estaduais tiveram maior importância normativa no processo); **2) estimuladoras** (legislação que regulamenta as transferências de recursos aos municípios, o FPM e os fundos estaduais), ampliaram o interesse das lideranças políticas e do eleitorado das localidades na transformação da mesma em município, sobretudo a partir da década de 80, devido ao incremento das transferências de recursos fiscais aos municípios (principalmente pela ampliação do FPM nos impostos federais, IR e IPI); **3) processuais** (Constituição Federal, legislação federal e estadual e regimentos internos das Assembléias Legislativas), determinam a forma que o processo legislativo deve seguir até a promulgação da lei e a possibilidade que cada ator tem para interferir durante esse processo, “*interrompendo*” ou “*impulsionando*” a criação dos municípios.

Por fim, o trabalho de Tomio é de grande relevância para estudo das emancipações municipais ocorridas no Brasil após a Constituição de 1988, pois se trata de uma análise comparativa inédita sobre as legislações estaduais no que se refere ao processo de criação de municípios. Além disso, possui uma riqueza em termos de variedade de dados e informações sobre o processo emancipatório em diferentes estados, que serve de apoio para futuras pesquisas sobre o tema. Porém, ressalta-se que esse modelo de análise proposto pelo autor não de conta para explicar as emancipações ocorridas antes de 1988.

Outro trabalho salutar é o de Siqueira (2003) como referência na análise dos processos emancipatórios, especificamente no Estado de São Paulo. A autora buscou correlacionar os aspectos político-institucionais com os dados demográficos e econômicos como forma de compreender a criação dos municípios paulistas.

... o processo emancipatório em São Paulo, durante a década de 1990, registrou uma maior intensidade nas áreas

com menores índices econômicos e demográficos naquelas regiões com histórico antigo ou bastante recente de ocupação territorial e desenvolvimento econômico. Essa constatação é válida para 60% dos casos analisados. (SIQUEIRA, 2003: 108)

Seu estudo trouxe grande contribuição, principalmente, pela agregação de dados quantitativos sobre população, economia e outros dados das regiões paulistas em que ocorreram criações de municípios, no entanto, sua obra tornou-se muito atrelada às explicações demográficas e econômicas. Ou seja, para a autora, principalmente, o período de 1946-64 as emancipações municipais estão interligadas com o processo de expansão demográfica e econômica do país. Argumenta que o atual período é fruto de um arranjo institucional, mas não fornece dados sólidos sobre isso. Vê-se que não oferecem subsídios para a compreensão dos aspectos políticos que envolvem essas últimas seis décadas de emancipação em São Paulo. A autora não demonstrou dados empíricos sobre os processos de emancipação e as motivações políticas que, de fato, encaminharam tais municípios pelos processos decisórios. Ou seja, apenas dados quantitativos como crescimento da população e da economia não podem ser vistos como determinantes de emancipações.

Mota Junior (2002) realizou um estudo de caso, sobre a emancipação do distrito de Itaoca no Estado de São Paulo. Nesse estudo o autor demonstrou que a criação do município foi causada, principalmente, pelos interesses de atores externos à comunidade local. No tocante ao município de Itaoca, a emancipação foi estimulada e organizada por deputados estaduais que buscavam ampliação de sua base eleitoral. Entretanto, esse foi um estudo que identificou as especificidades de um caso, que não pode ser generalizado para o Estado ou para o país como um todo.

Em último lugar, há os trabalhos que se posicionam explicitamente contrários à emancipação municipal. Dentre eles, o mais expressivo dessa vertente é o artigo de Gomes & Macdowell (2000), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

A tese central defendida pelos autores é a de que dois aspectos da descentralização política - a intensa criação de municípios e o aumento das receitas municipais - estão trazendo prejuízos para a economia do país.

Na visão destes autores, os pequenos e médios municípios já existentes, somados ao surto de pequenos e micromunicípios em todo país, no período recente, estão contribuindo para uma queda na atividade produtiva nacional.

Essa queda deve-se, em parte, pelo fato de os repasses constitucionais terem uma maior participação na composição da receita dos pequenos municípios, o que desestimularia o desenvolvimento da atividade econômica nessas localidades.

O objetivo central dos autores é criticar o aumento nos recursos disponibilizados aos pequenos municípios a partir do aumento do repasse do FPM. Para tanto, os autores, numa abordagem superficial, superestimam a participação dos grandes centros na produção econômica, subestimando a dos médios e pequenos municípios.

Além disso, afirmam que a criação de pequenos municípios beneficia a poucos, pois uma parcela reduzida da população, que possui uma pequena demanda por serviços públicos, acaba recebendo uma maior renda *per capita* com as transferências federais.

Não se trata de um trabalho que vise construir uma explicação para o processo emancipatório, sendo que o tema da emancipação aparece subordinado à questão central dos autores, que é a crítica ao aumento nos repasses federais aos municípios.

Mesmo assim, não é possível aproveitar as observações sobre a criação de municípios, porque todas as conclusões desses autores são desprovidas de comprovação empírica consistente.

Por meio deste balanço da literatura, constatou-se a inexistência de trabalhos que insiram o tema da emancipação municipal no processo histórico de ocupação do território brasileiro, considerando, principalmente, as estratégias e motivações políticas dos atores locais, dos eleitores, do legislativo estadual e do executivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se ao longo desse texto que a discussão em torno da criação de municípios é recente e que a mesma não possui uma solidez teórica e metodológica que permita uma análise mais precisa do fenômeno.

As diversas abordagens têm, em grande parte, adquirido um aspecto normativo. A maioria dos textos, produzidos por agências governamentais ou por organizações representativas como é o caso do IBAM, tem até hoje se preocupado com a defesa ou à crítica das emancipações. Os trabalhos acadêmicos demonstram maiores avanços na compreensão da questão, pelo menos no que diz respeito a imparcialidade no processo de análise. Baseados, principalmente, em referenciais da teoria dos jogos, do novo institucionalismo e da escolha racional, alguns autores, como Tomio (2002), mostram como as instituições e os atores atuam no processo de emancipação dos distritos.

A abordagem institucionalista tem gerado avanços na compreensão sobre o fenômeno. Todavia, ainda carece na literatura, sobre a criação dos municípios brasileiros, estudos que abordem de forma mais precisa as motivações e estratégias políticas locais em que sejam considerados aspectos como a cultura política local, a estrutura do poder local e os interesses político-partidários que caracterizam determinados períodos políticos da história do país ou de determinada região. Acredita-se que com isso, pode se ter um avanço a compreensão do fenômeno, seu significado e sentido dentro do estado federativo brasileiro.

Abstract: The creation of cities one of the phenomenons of Brazilian politics that has been considered very interesting various areas of social sciences in the last years. This paper aims to emphasize the main studies and its respective profiles, which were adopted for understanding the municipal creationist phenomenon. Most known the known studies were analyzed and an existent plurality in the phenomenon was identified interpretation, but we must say that they had not still extinguished the possibilities of interpretation and discussions on this theme.

Keywords: creation of cities, local government, federalism

REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, F. L. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- ABRUCIO, Fernando Luiz e Ferreira; COSTA, Valeriano. Modelos federativos e o caso brasileiro in: *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro*, Konrad-Adenauer. Série Pesquisas, n. 123, 1998.
- BREMAEKER, François. Mitos e verdades sobre as finanças dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, IBAM, 1994;
- COSTA, Valeriano. *Tendências e desafios do federalismo no Brasil*. mimeo. 2002
- GOMES, Gustavo Maia & MACDOWELL, Maria Cristina. “Os Elos Frágeis da Descentralização: Observações sobre as finanças dos municípios brasileiros”, *Textos para discussão*, IPEA, 1997;
- _____. “Descentralização política, federalismo fiscal e Criação de Municípios: O que é mau para o econômico nem sempre é bom para o Social”. *Textos para Discussão*, N.º 706, IPEA, Brasília, 2000
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 4ª. Edição. Coleção Tudo é História, São Paulo, Brasiliense, 1985;
- KLERING, Luis Roque. Experiências recentes em municípios brasileiros: os novos municípios e as conquistas da autonomia, in *O município na América Latina*, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998;
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 1986.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997;
- MOTA JÚNIOR, Vidal Dias da. *A criação de pequenos municípios como um fenômeno da descentralização política: o caso de Itaoca – SP*. 2002. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

- MELHEM, Célia Soibelman. *Política de Botinas Amarelas: O MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec: Departamento de Ciência Política da USP, 1988;
- NORONHA, Rudolf de. Criação de Novos Municípios: o processo ameaçado. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, abr/dez. 1996;
- Queiroz, M. I. P de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo. Alfa-Omega, 1976;
- _____. O Coronelismo numa interpretação Sociológica, in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, o Brasil Republicano 1.º Vol. ,
- SHIKIDA, Cláudio Djissey. Análise crítica do crescimento do estado através da criação de novos municípios. *Projeto Nemesis* - Dep. de Economia – PUC-Minas, Belo Horizonte, 1999;
- SIQUEIRA, C. *Emancipação Municipal pós-Constituição de 1988: um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas*. Dissertação de Mestrado. IFCH/Unicamp, 2003;
- SOUZA, Celina. Federalismo e descentralização na constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol 44, n. 3, 2001, pp. 513 a 560.
- TOMIO, F. R. L. Instituições, Processo Decisório e relações executivo-legislativo nos Estados: *Estudo Comparativo sobre o processo de criação de municípios após a Constituição de 1988*. Campinas, Tese de Doutorado, Unicamp, 2002.

RESENHA

Rohden, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 248p. (Coleção História e Saúde).

Daniela Tonelli Manica*

Complementando a discussão sobre a constituição de uma ciência fundamentada na construção da diferença sexual, tema do primeiro livro de Fabíola Rohden,¹ a autora procura agora desvelar os debates travados entre políticos, médicos e juristas nas primeiras décadas do século XX sobre os temas da contracepção, aborto e infanticídio.

A autora apresenta, no primeiro capítulo, intitulado *A sociedade e a reprodução: um problema político*, um panorama geral sobre como a reprodução vai se tornando um problema político, cada vez mais debatido no Brasil, Europa e Estados Unidos. A baixa da taxa de fecundidade aparece como uma das causas para que o aborto e a contracepção se configurem como questões que dificultariam a consolidação dos projetos nacionais. A maternidade, destino natural reservado para as mulheres, e o casamento são definidos como as soluções para o povoamento da pátria e o progresso da nação e da espécie humana. No Brasil, a questão da miscigenação representa um dos desafios colocados para a elite política preocupada com a formação da nação. Nesse contexto, os médicos conquistam um espaço fundamental para a configuração dessas questões e a busca de intervenções que representem uma solução.

No segundo capítulo, *Aborto e infanticídio na medicina: perturbações e desordens*, Fabíola mostra como os debates sobre essas questões podem revelar os métodos, agentes e práticas relacionados à reprodução. Em outras palavras, as dimensões sociais relativas à gravidez. A vitimização

*

¹* Doutoranda em Antropologia Social – IFCH/Unicamp.

ROHDEN, Fabíola. 2001. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

das mulheres acometidas pela loucura puerperal funciona, então, como uma explicação científica para seu comportamento e também como um desvio da discussão sobre o controle da natalidade. No processo de classificação dos tipos de aborto e dos sujeitos envolvidos, Fabíola aponta também a busca dos médicos na distinção das suas práticas e, portanto, do seu universo de intervenção. Essa mesma intenção aparece nos debates sobre a contracepção tratados no terceiro capítulo, *O controle da natalidade: a sociedade em risco*. Os debates que resultaram da discussão sobre a possibilidade de aborto (inspirada pelo caso das mulheres estupidizadas na Primeira Guerra) trazem também à tona as relações entre eugenia, modernidade, nação e trabalho que pautam o discurso médico.

O quarto capítulo trata do *Aborto e infanticídio na justiça: crimes e combates*. Abordando o jogo de responsabilidades que pautava a relação entre médicos e pacientes, e os processos de denúncia, inquérito e exames periciais, a autora procura apontar os pressupostos que fundamentam o olhar de juristas e médicos sobre as questões relacionadas a família e comportamento sexual, concentrados na construção da moral sexual da mulher, na sua ingenuidade e instinto maternal.

O capítulo seguinte, sobre *O infanticídio: um crime excepcional*, apresenta uma discussão mais pormenorizada sobre alguns casos. A solução de atribuir à mulher o estado de loucura puerperal e privação da inteligência, como no caso de Gloria Lourenço da Silva, tratado pela autora, mostra a dificuldade em se admitir a possibilidade do crime do infanticídio. A idéia de instinto maternal e amor materno, juntamente com a construção da loucura puerperal como um estado patológico que desviaria a vítima desses sentimentos naturais estão intrinsecamente relacionadas com os programas nacionais de proteção à criança e à maternidade que se passam a implantar.

O sexto capítulo aprofunda as conexões contextuais entre os discursos sobre casamento, reprodução e sexualidade e os projetos nacionais. Estas conexões são evidenciadas pelo empenho na atribuição da responsabilidade da mulher sobre a evolução da espécie e o futuro da pátria, bem como pela necessidade de educação destas para o cumprimento dessa missão. A aproximação entre a medicina e o Estado, mediada pela

atuação do sistema jurídico na era Vargas, evidenciam como as questões da população e da constituição da nação brasileira participaram ativamente na configuração do controle da natalidade como um problema sobre o qual pensava a elite política da época.

A autora mostra como o empenho em diagnosticar, controlar e intervir sobre o processo reprodutivo, particularmente no que se refere à atuação das mulheres e outros profissionais em relação a esta questão, passou a partir de então a significar ao mesmo tempo a consolidação dos projetos de uma nação forte e saudável e de um campo científico e jurídico que colaborava na concretização desses projetos. O deslocamento das questões reprodutivas para o âmbito do Estado, através principalmente da atuação de médicos e juristas em relação às questões de aborto, infanticídio e contracepção, temas trabalhados pela autora neste livro, apontam para as concepções de gênero, as regras sociais e sexuais e os valores de maternidade e família que passaram a ser constituídos ou reafirmados. Nesse processo, foi fundamental a tentativa de delimitação dos domínios do público e privado, natureza e cultura, indivíduo e sociedade.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

INFORMAÇÕES GERAIS

A Revista *TEMÁTICAS* publica trabalhos originais de alunos, professores e pesquisadores em Ciências Sociais, na forma de artigos, resenhas, entrevistas, comunicações e traduções. Só serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos.

Prioritariamente, os trabalhos devem ser redigidos em português ou espanhol. O *Resumo* e as *Palavras-chave*, que precedem o texto, escritos no idioma do artigo, os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É permitida a reprodução parcial ou total dos trabalhos da Revista *TEMÁTICAS* em outras publicações ou sua tradução para outro idioma, desde que citada a fonte original.

A publicação de artigos não é autorizada aos membros do Conselho Editorial da Revista *TEMÁTICAS*.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em disquete e acompanhados dos *printers* (3 cópias impressas, fiéis do disquete, sendo 2 cópias sem nome do autor do texto), em um dos seguintes programas: *Word 6.0* ou superior, não devendo exceder 12.000 palavras. O Conselho Editorial se reserva o direito de não considerar a publicação de trabalhos que ultra-

passem os limites estabelecidos. Sem a obediência das normas, o texto não será publicado.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: folha de rosto com *Título*; *Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *programa e área* aos quais está(ão) vinculado(s), vínculo docente, endereço residencial e telefone para contato; no corpo do texto: *Título*, *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (com até 7 palavras tiradas do *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto*; *Abstract* e *Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Palavras-chave); *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto), *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, se houver).

Referências Bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Exemplos:

- Livros e outras monografias:

FIGUEIREDO, A.C., FIGUEIREDO, M. *O plebiscito e as formas de governo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, 98 p.

- Capítulos de livros:

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C.S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.47-66.

- Dissertações e teses:

BITENCOURT, C.M.F. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- Artigos de periódicos:

LESSA, S. Lukács: Trabalho, objetivação, alienação.
Trans/Form/Ação, São Paulo, v.15, p.39-51, 1992.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Torres, 1978). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Segundo Schaff (1992)...” Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Delouya, 1994, p.54). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Marx, 1984a) (Marx, 1984b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Lamounier & Meneguello, 1986) e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Weffort et al., 1988).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números arábicos, na entrelinha superior.

As opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

RESENHAS E TRADUÇÕES

As resenhas devem seguir o padrão de publicação de *Temáticas* contendo no máximo 6000 palavras.

temáticas

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DOS PÓS-GRADUANDOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

Pedidos: **Temáticas**

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Setor de Publicações
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Caixa Postal 6.110
CEP: 13083-970 - Campinas - SP - Brasil
Fone: (019) 3521.1604 / Livraria: 3521.1603
Fax: (019) 3788.1589

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>
[http://revistatematicas.blogspot.com/](http://revistatematicas.blogspot.com/pub_ifch@unicamp.br)
pub_ifch@unicamp.br

Tiragem: 300 exemplares

SOLICITA-SE PERMUTA Exchange Desired

Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

DOSSIÊ ESTUDOS RURAIS

introdução ao dossiê

nashieli rangel loera

produção familiar e pluriatividade no município de araraquara,

sp

darlene aparecida de oliveira ferreira e josé carlos alves pereira

experiências e representações do "ser jovem" em rosário das
almas

vanda silva

jovens rurais e agricultura familiar: desafios para a modernidade

josé carlos alves pereira

novas ruralidades: identidade, meio ambiente e turismo no vale
do ribeira, sp

marisa barbosa araújo luna

identidade étnica italiana e agroturismo em venda nova do
imigrante, espírito santo

verena seva nogueira

cultura cabocla: uma identidade cultural em construção no
mundo rural

pedro martins e tânia welter

artigos

florestan fernandes e guerreiro ramos na construção de uma *idéia de
Brasil moderno*

tatiana gomes martins

a criação de municípios no brasil: breve revisão da literatura

vidal dias da mota junior

resenha

*a arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio
no início no século XX. rio de janeiro/ rj, editora fiocruz, 2003, 248p de
fabiola rolden*

daniela tonelli manica

normas para apresentação de originais

issn 1413-2486